

Em breve, o site da Army Press também passará a oferecer conteúdo disponível exclusivamente on-line. A ampliação de nossa presença digital nos permitirá proporcionar mais conteúdo aos leitores, mais oportunidades aos colaboradores de artigos e melhores recursos de pesquisa. Novas funções estarão disponíveis em breve. Acesse nosso site: <http://armypress.dodlive.mil>.



<http://militaryreview.armymil>

PB - 100 - 17 - 01 / 02 / 03

Headquarters, Department of the Army

PIN: 201128-000

Approved for public release; distribution is unlimited

# Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

PRIMEIRO TRIMESTRE 2017

**Olimpíadas Rio – 2016** p3

Gen Ex Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro

**Avaliação Estratégica da Política de  
Defesa da Bolívia** p10

Cristián Faundes

**A Fórmula de Lenin para  
Moldar a Opinião Pública pelo  
Agendamento** p60

Cel (Res) William M. Darley, Exército dos EUA

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

## ARTIGOS

### 3 Olimpíadas Rio – 2016

Uma Leitura Geopolítica

Gen Ex Paulo Cesar de Castro,  
Exército Brasileiro

*Este artigo se propõe a analisar como o poder dos estados se reflete no esporte e expressa o respectivo desenvolvimento cultural.*

### 10 Avaliação Estratégica da Política de Defesa da Bolívia

Cristián Faundes

*Considerando o acelerado crescimento econômico da Bolívia ao longo da última década, assim como a crescente sofisticação de seu processo de formulação da política de defesa, parece oportuno realizar uma avaliação, de um ponto de vista estratégico, de seus recursos militares disponíveis e atual doutrina, no que tange à consecução dos futuros objetivos de sua política nacional.*

### 19 Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz

Ten Cel Rafael Rodriguez  
Maj William Shoemate  
Maj Justin Barnes  
Sra. Karen Burke

*Com as mudanças certas no processo de aquisição, o Exército pode garantir que a Força permaneça adaptável por meio de inovação eficaz.*

### 30 Entendendo o Inimigo Atual

Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna  
Sebastian Gorka

*Para compreender a estratégia do movimento jihadista global da atualidade, faz-se necessário entender as obras de um pequeno grupo de islamistas, que redigiram os mais importantes textos estratégicos sobre a guerra contra os "infiéis": Sayyid Qutb, Ayman al-Zawahiri, Gen S. K. Malik e Anwar al-Awlaki.*



#### Foto da Capa:

Uma cena da Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos no Rio, 5 de agosto de 2016, no Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro, Brasil. (Foto do Exército dos EUA - Tim Hippi)

## 38 “Recomendar o Bem”

A Moralidade Islâmica e por que ela Importa

Capelão (Maj) Seth H. George,  
Exército dos EUA

*Para ajudar a entender qual pode ser o papel dos EUA em derrotar o EI e outras organizações jihadistas, este artigo apresentará duas ideias que talvez sejam novas para a maioria dos leitores: um dever moral e legal islâmico chamado “recomendar o bem e proibir o ilícito” e como os jihadistas criaram uma narrativa populista, usando esse dever para estabelecer sua própria legitimidade moral e legal.*

## 47 O Colapso da Coreia do Norte ou a Reunificação Coreana

A Importância da Preparação sobre a Previsão

Bryan Port

*A preparação para um colapso da Coreia do Norte ou uma reunificação das Coreias é mais importante do que a sua previsão — presumindo que, em algum momento, enfrentaremos essa situação sem nenhum esforço direto para provocá-la. A preparação é fundamental devido à importância estratégica desses possíveis acontecimentos.*

## 60 A Fórmula de Lenin para Moldar a Opinião Pública pelo Agendamento

Cel (Res) William M. Darley,  
Exército dos EUA

*Lenin utilizou três conceitos interligados para definir uma pauta de questões públicas que facilitou sua tomada e consolidação do poder político na Rússia nos idos de 1917. Neste artigo, a relação entre os conceitos é demonstrada por meio do desenvolvimento gradual de um modelo rudimentar, que visa a elucidar como cada um deles se relaciona com os demais no processo de definição da pauta de debate público, ou agendamento.*

# Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Primeiro Trimestre 2017 Tomo 72 Número 1  
Professional Bulletin 100-17-01/02/03  
Authentication no. 1632208

Comandante, Centro de Armas Combinadas: General Michael D. Lundy  
Editora-Chefe da Military Review: Tenente Coronel Erica L. Cameron  
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley  
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo  
Gerente de Produção: Major Steven Miller  
Administração: Linda Darnell

## Edições Ibero-Americanas

Assistente de Tradução: Emilio Meneses  
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

## Edição Hispano-Americana

Tradutora/Editora: Albis Thompson  
Tradutor/Editor: Ronald Williford

## Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer  
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

## Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Danilo Mota Alencar  
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Mauricio Alejandro Rojo Fuentes

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, bimestralmente em português, espanhol e inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) [usarmy.leavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil](mailto:usarmy.leavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil).

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

## 72 Treinamento para a Ação Decisiva

**Major Will Shoemate, Exército dos EUA**  
**Major Benjamin Jensen, Exército dos EUA**

*Este artigo discute formas em que o Exército pode prover o treinamento que garantirá que as unidades estejam prontas para conduzir operações terrestres unificadas por meio de ação decisiva.*

## 81 O Perigo das Ilusões — e Como Evitar que Essas Causem Conflitos

**Uma Perspectiva sobre a China**

**Cel Michael J. Forsyth, Exército dos EUA**

*Para evitar mal entendidos e as subsequentes consequências que possam ocorrer, os Estados Unidos precisam esforçar-se para desfazer a noção de que os EUA estão tentando conter a China.*



Uma cena da Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos no Rio, 5 de agosto de 2016, no Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro, Brasil. (Foto do Exército dos EUA - Tim Hipps)

# Olimpíadas Rio – 2016

## Uma Leitura Geopolítica

Gen Ex Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro

**O**límpia celebrou-se por ter sediado competições entre atletas oriundos de todas as cidades-estados da Grécia antiga. Os jogos eram celebrados de quatro em quatro anos<sup>1</sup> em honra aos deuses do Olimpo. Até hoje não foi encontrada qualquer fonte segura que permitisse aos historiadores apontar a data precisa de criação daquelas famosas

competições. Assim, adota-se 776 aC como marco original das olimpíadas, ano que corresponde à mais remota referência escrita aos lendários jogos gregos. Os vencedores eram laureados com o “kotinos,” coroa de flores de oliveira<sup>2</sup>. Teodósio I, imperador romano, suprimiu-as em 394 dC, decisão que interrompeu a série original das olimpíadas<sup>3</sup>.

Pierre de Frédy (1863 – 1937), Barão de Coubertin, historiador e pedagogo francês, nasceu em Paris, filho de família nobre<sup>4</sup>. Publicou inúmeras obras sobre educação e esportes. Entrou para a história pela iniciativa e tenaz liderança para que fossem restabelecidos aqueles notáveis jogos da Grécia antiga. Eternizou-se como Pierre de Coubertin e legou à humanidade as Olimpíadas da Era Moderna, também disputadas de quatro em quatro anos. Foi o criador do Comitê Olímpico Internacional e da bandeira olímpica, cujos aros simbolizam a união dos cinco continentes habitados por meio do esporte.

O Rio de Janeiro sediou a XXXIª Olimpíada da Era Moderna<sup>5</sup>, a primeira na América do Sul. De Olímpia, recebeu a chama sagrada e de Londres, a bandeira olímpica. Atletas, representantes da elite esportiva de seus países, legaram exemplos de coragem, respeito, patriotismo, tenacidade, perseverança, dedicação, espírito de equipe, preparo físico, mérito e amor ao esporte. Os vencedores foram premiados com medalhas de ouro, prata e bronze, os “kotinos” de hoje. Receberam-nas com gestos de alegria e lágrimas de emoção ao tempo em que contemplavam o hasteamento das respectivas bandeiras sob os acordes do hino nacional do vencedor.

A Olimpíada, maior evento esportivo mundial, premia apenas os atletas. Contudo, é usual que os países sejam ordenados segundo o número de medalhas conquistadas por seus representantes, o que permite comparar o resultado auferido pelos respectivos países.

Este artigo se propõe a analisar como o poder dos estados se reflete no esporte e expressa o respectivo desenvolvimento cultural. Foi adotado como parâmetro o desempenho dos atletas expresso pelo número de medalhas que conquistaram para suas pátrias<sup>6</sup>.

## O Conselho de Segurança<sup>7</sup> no Olimpo

A Organização das Nações Unidas (ONU) é a expressão jurídica de uma vitória militar, ensinava o General Cerdá, professor da Escola Superior de Guerra do Exército Argentino. Em sua estrutura, o Conselho de Segurança sobressai-se por ser o único órgão cujas decisões devem ser obrigatoriamente adotadas pelos estados-membros. Dentre seus quinze integrantes, poder especial é conferido aos cinco vencedores da Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos da América (EUA), China, Reino Unido, Rússia e França têm assento permanente e poder de veto, a par de serem potências nucleares<sup>8</sup>.

Já lá se vão setenta anos do término daquela guerra e muita água passou sob várias pontes. No Rio de Janeiro, atletas daqueles países ratificaram o amplo predomínio desportivo das nações que representaram. Os resultados apresentados na tabela n° 1 falam por si só:

Eis o reflexo cultural de sadias ações políticas, econômicas, psicossociais e científico-tecnológicas conduzidas por líderes competentes ao longo do tempo, malgrado os problemas que todos enfrentaram. Em tempos de globalização, salta aos olhos que os esportes espelham, em verdadeira grandeza, o poder nacional de cada um dos estados que têm direito a veto e assento permanente no Conselho de Segurança.

## A Economia e as Olimpíadas

A expressão econômica do poder nacional pode ser isolada a fim de se concluir sobre sua projeção no resultado das olimpíadas. Para tal, este artigo se vale do produto interno bruto (PIB), expressão do poder da economia de cada país. A tabela n° 2 apresenta a

PAÍS	POSIÇÃO	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL	POSIÇÃO
EUA	1°	46	37	38	121	1°
Reino Unido	2°	27	23	17	67	3°
China	3°	26	18	26	70	2°
Rússia	4°	19	18	19	56	4°
França	7°	10	18	14	42	5°

Observação: a França e a Alemanha obtiveram o mesmo total de medalhas.

**TABELA N° 1 – Classificação quanto ao número de medalhas de ouro e total de medalhas**

Posição PIB	Medalhas					
	Posição	Ouro	Prata	Bronze	Total	Posição
1° EUA	1°	46	37	38	121	1°
2° China	3°	26	18	26	70	2°
3° Japão	6°	12	8	21	41	7°
4° Alemanha	5°	17	10	15	42	5°
5° Reino Unido	2°	27	23	17	67	3°
6° França	7°	10	18	14	42	5°
7° Índia	67°	0	1	1	2	57°
8° Itália	9°	8	12	8	28	9°
9° Brasil	13°	7	6	6	19	12°
10° Canadá	20°	4	3	15	22	11°

**TABELA Nº 2 – PIB X Medalhas de ouro e total de medalhas**

posição das dez maiores economias do mundo em 2015<sup>9</sup> e as confronta com os resultados que conquistaram seus atletas nos Jogos Olímpicos Rio 2016, o que assegura algumas constatações.

A primeira refere-se à Rússia, detentora de excelente resultado olímpico, mas cuja economia não figura entre as dez maiores do mundo. Em decorrência de diferentes causas internas e externas o PIB da Federação Russa situou-se em décimo segundo lugar, o que não configura distorção significativa. Quanto aos demais estados com assentos permanentes e poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, todos estão em ambos os pódios, olímpico e econômico.

A segunda constatação diz respeito à Índia, potência nuclear e com população superior a um bilhão de habitantes. Apesar de ostentar o sétimo PIB do mundo, o país logrou rotundo fracasso olímpico, evidência de que seus poderes militar e econômico estão muito dissociados do que seria um desempenho desportivo compatível. A Índia ainda está olhando para o Monte Olimpo a muitos quilômetros de distância.

E como não admirar o desempenho dos países do Eixo, derrotados na Segunda Guerra Mundial? A pouco mais de setenta anos, a Alemanha sofreu as consequências do nazismo, dos bombardeios, da ocupação aliada e comunista e da divisão territorial

durante a Guerra Fria. A Itália, por sua vez, padeceu sob o nazifascismo que implicou, em certo momento da guerra, a existência de dois governos, um ao sul e o outro ao norte do Arno. E o Japão, cultura milenar, foi o único país do mundo sobre o qual foram lançados dois artefatos nucleares. Hiroshima e Nagasaki são chagas que sangram ainda hoje na alma japonesa.

Os três países conquistaram posições de destaque entre as dez maiores economias do mundo e entre os dez melhores resultados na Olimpíada. Que lições podem ser extraídas? Entre outras, a determinação dos respectivos povos na superação de desafios inimagináveis. Seus resultados resultam de trabalho denodado, do mérito, dos valores culturais e de exemplar sentimento de superação.

A quarta constatação refere-se ao Brasil, cujo resultado olímpico é o melhor de sua história, ainda que sua economia esteja amargando os impactos da incompetência, da irresponsabilidade e da desonestidade em todos os níveis de governo. O Brasil merece parágrafo especial.

## O Brasil e Sua Melhor Olimpíada

É gratificante constatar o desempenho dos atletas brasileiros na XXXIª Olimpíada da Era Moderna. Seus atletas, tenham ou não conquistado medalhas,

Posição na América do Sul	MEDALHAS					
	Posição	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL	Posição
1° Brasil	13°	7	6	6	19	12°
2° Colômbia	23°	3	2	3	8	31°
3° Argentina	27°	3	1	0	4	45°
4° Venezuela	65°	0	1	2	3	51°

**TABELA Nº 3 – Medalhas dos países da América do Sul**

merecem aplausos calorosos. Legaram-nos exemplos de dedicação, respeito aos adversários, vigor físico, abnegação, combatividade e raça. Encheram-nos de orgulho. Suas conquistas levaram o pavilhão nacional dezenove vezes ao pódio, colocando-nos na 13ª e na 12ª posição segundo, respectivamente, o critério do número de medalhas de ouro e total de medalhas. O Brasil ombreou-se com os melhores países do mundo.

Convida-se agora o leitor a voltar seus olhos para a América do Sul, área estratégica prioritária para o Brasil. A Tabela nº 3 demonstra a indiscutível primazia da Terra de Santa Cruz.

O Brasil conquistou mais medalhas de ouro do que todos os demais países do subcontinente juntos. O mesmo fenômeno se observa no tocante à soma das medalhas de prata, de bronze e, conseqüentemente, ao total de medalhas. O predomínio auriverde é absoluto nesse espaço geopolítico.

Eis o momento para enaltecer o “Programa Atletas de Alto Rendimento”<sup>10</sup>, criado em 2008, parceria entre o Ministério da Defesa e o dos Esportes. Seu objetivo inicial era o de preparar atletas para os 5º Jogos Mundiais Militares do CISM, organizados pelo Brasil em 2011, no Rio de Janeiro.

A conquista com louvor daquele primeiro objetivo estimulou as autoridades militares e desportivas a prosseguir na preparação de atletas para competir nos Jogos Olímpicos Rio-2016. E, uma vez mais, as Forças Armadas corresponderam aos elevados índices de credibilidade que lhes credita o povo brasileiro. Os atletas militares conquistaram treze das dezenove medalhas brasileiras. Fizeram-nos vibrar com seus feitos esportivos e, também, pelas seguidas demonstrações de

respeito aos símbolos nacionais, prestando-lhes continência quando da execução do hino e do hasteamento do pavilhão nacional. Somos-lhes gratos. Eles fizeram a diferença. Missão cumprida!

## O Desenvolvimento Humano e as Olimpíadas

É relevante, ainda, associar qualidade de vida e vitórias desportivas. Para tanto, está disponível o índice de desenvolvimento humano (IDH).

O IDH permite avaliar o impacto das políticas econômicas na qualidade de vida e no bem-estar da população por intermédio da conjugação de diferentes fatores, tais como alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade. Segundo o IDH pode-se classificar os países como de desenvolvimento humano: muito alto, alto, médio e baixo<sup>11</sup>. Na Tabela nº4 estão correlacionadas posições ocupadas por alguns países nas Olimpíadas Rio-2016 com seus respectivos IDH<sup>12</sup> publicados em dezembro de 2015.

Constata-se que, dentre os treze primeiros colocados, dez têm IDH muito alto o que permite afiançar que o resultado olímpico desses países reflete o bem-estar e a qualidade de vida de sua população. Vê-se que seus resultados nos esportes são consequência natural do sistema de educação que têm desenvolvido, aplicado e aperfeiçoado ao longo dos tempos.

No mesmo conjunto, observa-se que China, Rússia e Brasil têm longo caminho a percorrer, malgrado os expressivos resultados de seus atletas. No caso específico do Brasil, pode-se afirmar que são necessários esforços sérios e perseverantes em todas as expressões do poder nacional a fim de que aos louros colhidos por

País	Posição Medalhas	IDH	Posição	Classificação do IDH
	Ouro		IDH	
EUA	1°	0,915	8°	Muito alto
Reino Unido	2°	0,907	14°	Muito alto
China	3°	0,727	90°	Alto
Rússia	4°	0,798	50°	Alto
Alemanha	5°	0,916	6°	Muito alto
Japão	6°	0,891	20°	Muito alto
França	7°	0,888	22°	Muito alto
Coreia do Sul	8°	0,898	17°	Muito alto
Itália	9°	0,873	27°	Muito alto
Austrália	10°	0,935	2°	Muito alto
Holanda	11°	0,922	5°	Muito alto
Hungria	12°	0,828	44°	Muito alto
Brasil	13°	0,755	75°	Alto
Colômbia	23°	0,720	97°	Alto
Argentina	27°	0,836	40°	Muito alto
Venezuela	65°	0,762	71°	Alto
Índia	67°	0,609	130°	Médio
África do Sul	30°	0,666	116°	Médio

**TABELA Nº 4 – Medalhas de ouro X IDH**

nossos atletas correspondam louros colhidos por nossos patrícios em sua qualidade de vida. Quando esse sonho se concretizar, o Brasil ascenderá de posição no IDH e em futuras olimpíadas.

Nota-se que, no conjunto dos países da América do Sul, teria havido homogeneidade, não fora a Argentina por exibir IDH muito alto. Entretanto, é curioso sublinhar que à qualidade de vida dos argentinos não correspondam resultados expressivos nas Olimpíadas. A Colômbia, por seu turno, enfrentou décadas de narcoguerrilha, cujo processo de pacificação parece ter sido finalizado ao término dos jogos do Rio de Janeiro. Assim, seu resultado olímpico é coerente com o cenário

que enfrentou e enfrenta. A Venezuela, por sua vez, vítima de regime totalitário travestido de democracia, ainda registra IDH superior ao brasileiro. Mesmo que seja ultrapassada em breve, nossa posição é, no mínimo, desconfortável.

E o conjunto dos países integrantes do BRICS? Nesse grupo sobressaem Brasil, Rússia e China detentores de IDH alto. Já a qualidade de vida e o bem-estar das populações da África do Sul e a Índia - IDH médio - não nos fazem inveja. Seus resultados na Olimpíada bem expressam o que se afirma. BRICS é um grupo heterogêneo: três potências nucleares, duas com assento permanente no Conselho de Segurança, duas com



Cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos Rio 2016, no Maracanã, 21 August 2016 (Fernando Frazão/Agência Brasil).

IDH médio e três com expressivos resultados olímpicos. Pode-se inferir que constituem mais um foro de discussão no qual seus dirigentes procuram encontrar objetivos comuns para cinco culturas diferentes.

## Conclusões

A cultura da Grécia antiga foi tão pujante que suas manifestações superaram os séculos e continuam produzindo frutos em abundância. Em plena Era do Conhecimento, os olhares do mundo se voltam para Olímpia de quatro em quatro anos. A par de homenagear a sede original dos jogos é comovente testemunhar a saída da chama sagrada que será conduzida à cidade escolhida para palco dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

Se a Grécia é o berço dos jogos, a França pode se vangloriar de ser a terra do Barão de Coubertin, nobre parisiense a quem o mundo tributa homenagem pela retomada dos jogos, transformados hoje no maior evento esportivo do planeta.

Iluminado pelos gregos e grato ao Barão, o Rio de Janeiro se regozija e se orgulha por ter sido a primeira

cidade da América do Sul a sediar a competição. De Olímpia recebeu o fogo sagrado e de Londres, a bandeira olímpica. Ao mundo, a Cidade Maravilhosa exibiu seus cartões postais e, hoje, comemora o êxito logrado na XXXIª Olimpíada da Era Moderna, uma vitória carioca e brasileira.

O resultado final dos jogos, ainda que individual, ensejou esta leitura geopolítica, pela comparação das medalhas conquistadas - “kotinos” - com alguns indicadores de poder.

Dessa leitura pode-se concluir que os países com assento permanente e direito a veto no Conselho de Segurança da ONU revelam nos esportes um fiel retrato de seus respectivos poderes nacionais. São potências políticas, militares, culturais e desportivas.

Conclui-se, também, que dentre essas cinco potências apenas a Rússia não figura entre os dez maiores PIB medidos em 2015. Por ocupar a décima segunda posição, não chega a ser um ponto fora da curva. Chamam a atenção os PIB da Alemanha, do Japão e da Itália, países praticamente pulverizados

ao fim da Segunda Guerra Mundial e hoje potências econômicas e desportivas. São exemplos de superação.

A Índia, ao contrário, ainda que detentora do sétimo PIB do mundo, é um fracasso desportivo, o que evidencia acentuado desequilíbrio entre as expressões de seu poder nacional.

O Brasil, nono PIB do conjunto analisado, conquistou seu melhor resultado olímpico em todos os tempos, fato que implica justo orgulho nacional e estimula o País a galgar posições mais elevadas em ambos os pódios, econômico e olímpico.

Ratifica-se que, na América do Sul, espaço geopolítico prioritário para projeção do poder, a hegemonia olímpica brasileira é indiscutível. Essa posição de destaque decorreu da sinergia dos esforços de autoridades desportivas, governamentais e, notadamente, militares. O “Programa Atletas de Alto Rendimento” confirmou o acerto de sua concepção e condução pelas Forças Armadas. Atletas militares e civis, laureados ou não, merecem o aplauso e a

gratidão dos brasileiros. Seu exemplo é o principal legado que deixaram para todos nós. Que nos estimule a acelerar nosso progresso na senda da vitória.

Concluiu-se, por último, que há íntima correlação entre o IDH e os resultados da Olimpíada. Os países de IDH muito alto tiveram excelente desempenho desportivo, reflexo natural do elevado nível cultural e educacional de suas nações. A China e a Rússia são exceções que confirmam a regra.

Ao Brasil cumpre elevar a qualidade de vida de seu povo, a despeito dos óbices que venha a enfrentar. Sua primazia econômica e desportiva na América do Sul não condiz com o IDH que apresenta. Nosso país tem potencial suficiente para almejar posições ainda mais elevadas nos pódios olímpico e econômico, e muito mais altas no pódio da qualidade de vida e bem-estar de seu povo.

Que a chama olímpica que inflamou a autoestima da alma brasileira durante a XXXIª Olimpíada da Era Moderna brilhe eternamente, e que as bênçãos dos deuses do Olimpo fortaleçam a vontade nacional. ■

*O Gen Ex Paulo Cesar de Castro é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras, na arma de Artilharia. É pós-graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior, pela Escola de Guerra Naval (EGN) e pela Escola Superior de Guerra, do Exército Argentino. Comandou, como coronel, o 21º Grupo de Artilharia de Campanha; como Gen Bda, a ECEME; como Gen Div, a 4ª Região Militar e a 4ª Divisão de Exército. Como Gen Ex, foi chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército até 11 de maio de 2011, quando foi transferido para a reserva. Atuou nas operações Rio-92, Rio, Minas Gerais e Ouro Preto, todas de garantia da lei e da ordem. É doutor em Ciências Navais pela EGN e doutor em Ciências Militares pela ECEME.*

## Referências

1. Disponível em: <http://www.turismogrecia.info/guias/grecia/os-jogos-olimpicos-na-grecia-antiga>. Acesso em 26 de agosto de 2016.
2. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ol%C3%ADmpia>. Acesso em 26 de agosto de 2017.
3. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/movimento-olimpico/historia-do-olimpismo>. Acesso em 27 de agosto de 2016.
4. Disponível em: [http://www.suapesquisa.com/quemfoi/pierre\\_coubertin.htm](http://www.suapesquisa.com/quemfoi/pierre_coubertin.htm). Acesso em 27 de agosto de 2016.
5. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_dos\\_Jogos\\_Ol%C3%ADmpicos\\_da\\_Era\\_Moderna](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_dos_Jogos_Ol%C3%ADmpicos_da_Era_Moderna). Acesso em 28 de agosto de 2016.
6. O Globo. RIO 2016, página 15. RIO DE JANEIRO: O Globo, 22 de agosto de 2016.
7. Disponível em: <http://www.un.org/es/sc/about>. Acesso em 29 de agosto de 2016.
8. Exceto a China, estas potências têm, também, no âmbito da ONU status especial no âmbito do Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares. A China aderiu ao Tratado após ter-se tornado potência nuclear.
9. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_PIB\\_nominal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal). Acesso
10. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa\\_Atlas\\_de\\_Alto\\_Rendimento](https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Atlas_de_Alto_Rendimento). Acesso em 31 de agosto de 2016.
11. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_%C3%8Dndice\\_de\\_Desenvolvimento\\_Humano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano). Acesso em: 31 de agosto de 2016.
12. Estimativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2014, publicadas em 14 de dezembro de 2015.



Bolivianos, em manifestação por acesso ao oceano em 03 Ago 15, em La Paz, Bolívia, seguram cartazes com o texto “O mar voltará para a Bolívia”. A Bolívia perdeu seu território costeiro após ser derrotada pelo Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883). Há décadas, defende que lhe deveria ser concedido acesso soberano ao mar, para exportar seu gás natural. A Bolívia tem, atualmente, um acesso quase gratuito ao oceano, pagando as despesas de transporte, mas nenhuma taxa para exportar cerca de 1,6 milhão de toneladas de carga pelos portos do Chile anualmente, incluindo níquel, chumbo, prata e zinco oriundos das minas bolivianas. (Foto de David Mercado, Reuters)

# Avaliação Estratégica da Política de Defesa da Bolívia

Cristián Faundes

**C**onsiderando o acelerado crescimento econômico da Bolívia ao longo da última década, assim como a crescente sofisticação de seu processo

de formulação da política de defesa, parece oportuno realizar uma avaliação, de um ponto de vista estratégico, de seus recursos militares disponíveis e atual

doutrina, no que tange à consecução dos futuros objetivos de sua política nacional. Esta análise é oportuna, considerando a demanda cada vez mais veemente da Bolívia por uma saída soberana para o Oceano Pacífico como objetivo nacional permanente. Uma das políticas em questão reflete o interesse da Bolívia em expandir seu território mediante a reivindicação de trechos da Costa do Pacífico que havia cedido ao Chile em uma guerra passada e que hoje fazem parte do território soberano chileno. Na condução desta análise, será utilizada a fórmula de *finis, modos e medios* para sintetizar o conceito de estratégia que predomina no hemisfério.

A Bolívia de Evo Morales alcançou, recentemente, um grau de estabilidade política e crescimento econômico sem paralelo em sua história. Esse progresso anda de mãos dadas com o surgimento de uma nova elite, que assumiu o poder político em 2006 com a firme vontade e determinação de transformar o país, consolidando, pela primeira vez, 36 etnias, em uma tentativa de estabelecer um autêntico Estado Plurinacional<sup>1</sup>. Para isso, estão sendo assentadas novas bases políticas, que, por sua vez, geram um novo modelo institucional de governança. Com a reeleição de Morales no final de 2014 e a tomada de posse de seu terceiro mandato em janeiro de 2015, prevê-se que esses tipos de política que visam a consolidar um Estado Plurinacional prossigam por mais cinco anos<sup>2</sup>.

Considerando esses fatos, parece prudente conduzir uma avaliação da política de defesa da Bolívia com respeito aos seus vizinhos geográficos de um ponto de vista estratégico, segundo o modelo elaborado por Arthur Lykke, que se baseia na fórmula de *finis, modos e medios*<sup>3</sup>. Essa avaliação é especialmente relevante em virtude do recente ressurgimento da reivindicação boliviana de que o país tem o direito moral e legal de recuperar o território cedido ao

Chile após uma guerra travada há mais de um século. A área faz parte do Chile atualmente, mas a Bolívia exige acesso soberano ao Oceano Pacífico e requer que o local seja útil para o estabelecimento de um porto.

A reafirmação dessa demanda territorial foi institucionalizada como um importante objetivo estratégico boliviano, como está evidente em documentos essenciais de nível estratégico da Bolívia, como os relacionados a seguir: *Plan Nacional de Desarrollo* ["Plano Nacional de Desenvolvimento"] (2007); *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia* ["Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia"] (2009); e *Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia* ["Bases para a Discussão da Doutrina de Segurança e Defesa do Estado Plurinacional da Bolívia"] (2010). Uma descrição clara dessa política consta do *Plan Nacional de Desarrollo*,

conforme segue:

A Bolívia declarou que sua reintegração marítima à Costa do Pacífico é um objetivo permanente de sua política externa, com base em direitos históricos e jurídicos. Essa reintegração se justifica por imperativos comerciais, econômicos e políticos, assim como pelo acesso à exploração de recursos marinhos<sup>4</sup>.

O objetivo estratégico nacional de recuperar o território cedido anteriormente e obter um corredor soberano até o Oceano Pacífico também está evidente na reestruturação da burocracia administrativa do governo, que estabeleceu, sob a diretriz do Ministério de Relações Exteriores, o *Consejo de Reivindicación Marítima*

e a *Dirección Estratégica de Reivindicación Marítima* (ambos criados em abril de 2011), e na publicação de *El Libro del Mar* (2014)<sup>5</sup>.



Um selo de 2012 emitido pelo governo boliviano com um mapa que mostra o antigo acesso da Bolívia ao mar. Na parte superior do selo, aparece a frase: "A costa boliviana tomada pelo Chile em 1879". Na parte inferior, há o seguinte texto: "A Bolívia reivindica seu acesso ao mar". (Foto cedida por Cristián Faundes)

Outros fatores que reforçam a necessidade de monitorar as medidas tomadas pela Bolívia na busca desse objetivo são as mudanças internas que vêm ocorrendo no país, conforme descritas a seguir:

- ◆ O rápido crescimento de seu produto interno bruto (PIB), que, em 15 anos, aumentou em 360%, alcançando US\$ 30,6 bilhões em 2013, o que permite iniciativas mais agressivas<sup>6</sup>.
- ◆ O rápido crescimento de seu orçamento de defesa ao longo de um período de seis anos, entre 2008 e 2014, que quase dobrou, com um aumento de 93%<sup>7</sup>.
- ◆ O posicionamento da Bolívia como quinto maior comprador de sistemas de armas da China, alcançando US\$ 289 milhões, logo atrás do Paquistão e de Bangladesh<sup>8</sup>.
- ◆ Avanços na política de defesa nacional com base no *Libro Blanco de la Defensa*, publicado em 2004<sup>9</sup>.

Com base no que foi apresentado até agora, e seguindo a fórmula e as definições de Lykke, será conduzida uma avaliação das principais diretrizes da política de defesa boliviana conforme segue: os *fins* constituem os objetivos; os *modos* consistem nos conceitos estabelecidos para alcançar tais objetivos; e os *meios* são os recursos em que esses conceitos se apoiam. Nesse sentido, também incorporamos a perspectiva relevante de H. Richard Yarger, outro renomado estudioso militar, que observa que uma estratégia válida deve incluir uma avaliação equilibrada de fins, modos e meios; caso contrário, o êxito da estratégia estaria em risco<sup>10</sup>.

## Fins

A Constituição da Bolívia amplia a missão básica tradicional das Forças Armadas, de modo a abarcar aspectos internos relacionados ao desenvolvimento social e econômico e à estabilidade política. Estabelece como sua missão fundamental “defender e conservar a independência, segurança e estabilidade do Estado, sua honra e a soberania do país; assegurar o domínio da Constituição, garantir a estabilidade do Governo legalmente constituído e participar do desenvolvimento integral do país”<sup>11</sup>. Embora reafirme essas missões das Forças Armadas, o *Plan Nacional de Desarrollo* vai além, incumbindo o setor de defesa de apoiar a inclusão socioeconômica e de lutar contra a pobreza<sup>12</sup>. Em consequência, o documento

*Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia* determina quatro objetivos de segurança e defesa:

- ◆ *Segurança e defesa integral*. Garantir a soberania e independência da nação; proteger o território e sua população; e defender seus recursos naturais estratégicos contra ameaças internas e externas.
- ◆ *Participação no desenvolvimento integral da nação*. Aumentar a participação do setor de defesa no desenvolvimento integral do país para melhorar a qualidade de vida dos bolivianos.
- ◆ *Integração e paz*. Promover a integração e a paz regional e mundial no setor de Defesa.
- ◆ *Defesa civil*. Desenvolver uma infraestrutura excelente e versátil nesse âmbito<sup>13</sup>.

Nesse sentido, é digno de nota que o *Libro Blanco de Defensa* da Bolívia promova a reivindicação de acesso soberano ao Pacífico, designando-o como um objetivo nacional permanente<sup>14</sup>. Em consequência, incorpora, entre os fins do setor de defesa, “vencer as resistências opostas à consecução dos objetivos nacionais”<sup>15</sup>. O documento, mostra, abertamente, que a política de defesa boliviana se apoia nessas aspirações, afirmando, em particular, o compromisso de “manter inalterável nosso firme desejo de retorno ao Pacífico com soberania”<sup>16</sup>.

Todos os aspectos citados anteriormente denotam uma política voltada a expandir as fronteiras do país usando os meios que forem necessários. Isso é reforçado no documento *Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia*, em que os objetivos do Estado incluem o de “promover a reivindicação marítima com soberania” como vital para o desenvolvimento do país<sup>17</sup>. O Presidente Evo Morales se referiu a esse objetivo de um modo direto e explícito em um discurso proferido diante da Assembleia Legislativa em 22 Jan 11: “[A região de] Atacama antes era da Bolívia. É verdade. Esperamos recuperá-la logo”<sup>18</sup>. Cabe destacar que Atacama, nome do território em questão, é uma das 15 regiões político-administrativas do Chile (a terceira, especificamente), contando com uma superfície de 75.176 km<sup>2</sup> (equivalente ao território do Panamá).

## Modos

A política de defesa boliviana incorpora as Forças Armadas em tarefas de segurança interna e externa, o que, na prática, consiste em um enfoque das Forças



Integrantes da Polícia da Marinha da Bolívia marcham durante desfile militar em Cochabamba, Bolívia, 07 Ago 08. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

militares como um suporte ao desenvolvimento interno, segurança pública e combate ao narcotráfico e ao contrabando. Nesse contexto, a presidência de Morales expressa a vontade de formular uma política de defesa “com o objetivo de restabelecer e fortalecer as capacidades institucionais”<sup>19</sup>. Desenvolve, então, um série de planos e programas voltados a equipar e modernizar as Forças Armadas; estabelecer controle do território; apoiar o desenvolvimento social e econômico, incluindo a inclusão socioeconômica e a luta contra a pobreza; realizar campanhas de saúde e educação com a participação de militares; prestar apoio à população civil no caso de emergências e desastres; apoiar o desenvolvimento de fronteiras; e apoiar a proteção ambiental e do patrimônio cultural em áreas protegidas<sup>20</sup>. Além disso, em 2010, foi criada uma série de iniciativas, incluindo, entre outras, as de otimizar a estrutura operacional conjunta e o desdobramento estratégico das Forças Armadas; fomentar a cultura de respeito aos direitos humanos; constituir as Forças Armadas como protetoras da democracia e da institucionalidade do Estado; reforçar o sistema de defesa civil do Estado; fortalecer

os projetos do setor de defesa em apoio aos empreendimentos produtivos do Estado; e melhorar a integração militar regional para fins de segurança e defesa<sup>21</sup>.

De uma ótica militar, a Bolívia não parece contemplar, atualmente, um cenário de curto prazo que envolva iniciar uma agressão militar fora de suas fronteiras, embora identifique uma situação potencial de agressão convencional contra o país, com base na qual adota um modelo de defesa militar incomum de corresponsabilidade civil-militar<sup>22</sup>. Essa concepção bidimensional consiste nos seguintes elementos:

- ◆ O uso da Força militar convencional sob o emprego conjunto de unidades versáteis;
- ◆ No caso de um cenário de agressão com poder de fogo superior, a força militar convencional será modificada e instruída a evitar o combate direto a fim de obter maior liberdade de manobra de forma não convencional, em um esquema de luta irregular, adotando a chamada “Doutrina de Republicuetas”, que incorpora o cidadão como defensor do Estado<sup>23</sup>.

Em outras palavras, a Bolívia — ciente de que é um país pobre, que teria dificuldade em apoiar ou manter



um confronto convencional — parece estar contemplando um cenário de insurgência contra adversários potenciais. Um resultado é o interessante trabalho que está sendo feito para fortalecer as Forças Especiais bolivianas, que se especializam na guerra não convencional.

O rumo desses acontecimentos deve ser avaliado e monitorado tendo em vista a política declarada de reivindicação marítima, que tem lugar de destaque na concepção de defesa, sendo curiosamente expressa em relação ao ambiente de desenvolvimento nacional: “ao constituir-se a Reivindicação Marítima em uma

aspiração vital para o desenvolvimento da Bolívia, o Estado vê a imperiosa necessidade de extremar os esforços diplomáticos necessários que viabilizem o uso dos oceanos e mares do mundo, com o fim de obter o desenvolvimento econômico e de usufruir os benefícios que as atividades relacionadas geram”<sup>24</sup>.

## Meios

Com respeito à avaliação dos meios disponíveis para a consecução dos objetivos estratégicos, cabe ressaltar que o crescimento acelerado do orçamento de defesa



da Bolívia está diretamente relacionado ao aumento do PIB. Portanto, atualmente, as melhoras no setor de defesa podem ocorrer sem um efeito perceptível sobre as verbas para outros projetos relacionados ao desenvolvimento do país. De fato, o orçamento de defesa se manteve entre 1,5% e 1,7% do PIB do país entre 2008 e 2014. Nesse sentido, pode-se concluir que, sem uma percepção de ameaça incomum na Bolívia, essa taxa deve manter-se estável no curto e médio prazo. Ampliando a perspectiva, se considerarmos que a meta do governo é alcançar um PIB de US\$ 100 bilhões em

As Forças Armadas bolivianas receberam, formalmente, 31 viaturas blindadas da República Popular da China, como parte de um acordo de apoio militar, durante cerimônia realizada em La Paz, Bolívia, 29 Jul 16. (Foto de Daniel Espinoza, Agencia Boliviana de Información)

2020, então é possível projetar um orçamento de defesa de US\$ 1,5 bilhão<sup>25</sup>. Considerando que o orçamento de defesa da Bolívia em 2014 foi de US\$ 490 milhões, podemos projetar, ao analisar o crescimento do PIB, que a Bolívia poderia triplicar seu orçamento de defesa nos próximos cinco anos<sup>26</sup>.

Quanto à destinação das crescentes verbas à disposição do setor de defesa, o foco está em melhorar as condições das tropas, quartéis e salários. Os projetos de investimento têm como objetivo melhorar as condições de habitabilidade das tropas e investir nas unidades militares de fronteira<sup>27</sup>. Segundo o que indica o Ministro da Presidência da Bolívia, Ramón Quintana Taborga, 80% do orçamento das Forças Armadas se destina ao pagamento de soldados<sup>28</sup>. O aumento dos salários tem como objetivo reduzir a desigualdade nas fileiras. Por exemplo, em 2009, houve um aumento salarial de 26% para os militares de baixa graduação e, em 2012, um ajuste de 8% para os sargentos.

Apesar das melhorias, conforme mencionado anteriormente, a Bolívia não tem a capacidade em materiais bélicos para conduzir operações convencionais prolongadas, incluindo sistemas de radar capazes e aeronaves efetivas de interceptação e de defesa aérea.

Os meios que o país possui são de segunda linha, em comparação com as capacidades dos países vizinhos. Em consequência, as Forças Armadas da Bolívia são, atualmente, incapazes de sustentar operações ofensivas convencionais, de combate noturno ou até mesmo de manobra contra adversários com mais recursos financeiros e mais capazes tecnologicamente<sup>29</sup>. Agravando a falta de capacidade tecnológica e de material bélico, em virtude da relativa fraqueza da base industrial do setor de defesa, cujo foco tem sido, primordialmente, em apoiar o desenvolvimento (com exceção dos estaleiros da Marinha), a Bolívia depende fortemente da importação de peças de reposição, munições e outros materiais bélicos em geral.

A falta de capacidade convencional decorre, em parte, de uma ênfase em decisões sobre aquisição de materiais que visam a apoiar o desenvolvimento de

capacidades de duplo emprego, que possam ser aplicadas tanto à guerra não convencional quanto às necessidades de segurança pública interna, incluindo as necessárias para apoiar a luta contra o narcotráfico e o contrabando, situações de emergência e resgate, operações contra crimes fronteiriços e o patrulhamento de regiões com problemas de segurança<sup>30</sup>. Essas iniciativas com dupla finalidade são úteis para fortalecer as capacidades de guerra não convencional

das Forças Especiais, as quais, cabe observar, são um método tradicional que os países subdesenvolvidos preferem para conduzir guerras e que tiveram, por vezes, grande êxito na consecução de objetivos.

## Considerações Finais

A política de defesa da Bolívia descreve, explicitamente, vários objetivos, que ampliam a concepção tradicional das Forças Armadas, atribuindo-lhes tarefas que apoiam a segurança interna, a estabilidade

política, o desenvolvimento econômico e social e a defesa civil. Essas tarefas respondem, em última análise, às necessidades urgentes de um dos países mais pobres da América Latina, mas também ampliam, de maneira significativa, a esfera de ação da Força Militar, basicamente pondo à prova suas capacidades logísticas e organizacionais.

Em consequência, a política de defesa se estrutura a partir de diversos conceitos, que parecem obscurecer a noção de um esforço puramente militar e ampliar o foco sobre o que é, em essência, um dos problemas básicos da nação, o desenvolvimento do país em termos gerais. Nesse sentido, por mais que exista uma correlação entre fins e modos, observa-se um desequilíbrio, segundo os termos de Yarger, entre a essência das Forças Armadas e a utilidade dos meios militares, que dependem de sua capacidade de serem aplicados



O Presidente da China, Xi Jinping, dá as boas-vindas ao Presidente boliviano Evo Morales durante cerimônia realizada em 19 Dez 13, antes de reunião no Grande Salão do Povo, em Beijing, na China. (Foto cedida pelo Ministério do Governo da Bolívia)

para proporcionar uma contribuição militar eficiente e eficaz em atividades normalmente consideradas inerentes ao segmento civil da sociedade.

De uma outra perspectiva, entende-se que as condições atuais de desenvolvimento do país o impedem de desenvolver uma capacidade de projeção de força. Portanto, o país emprega seus recursos militares para favorecer o desenvolvimento interno. Entretanto, enquanto sua aspiração marítima por um acesso livre, útil e soberano ao Oceano Pacífico através do território chileno persistir, o setor de defesa da Bolívia terá de adaptar suas políticas para gerar conceitos que lhe permitam alcançar tal objetivo e, por uma questão de política, desenvolver os meios necessários

para materializá-la. Essa possibilidade de ajuste decorre do fato de que o país está crescendo como nunca, o que permite projetar um aumento de 300% no orçamento de defesa nos próximos cinco anos.

Por fim, como observado anteriormente, o principal fornecedor de armas à Bolívia é a República Popular da China. Em consequência, é plausível que o rumo da política boliviana com respeito ao restabelecimento de controle sobre a região de Atacama atraia uma dimensão mais ameaçadora à questão, que deveria ser de preocupação especial para o hemisfério em geral: o fortalecimento de seu relacionamento com seu aliado ideológico e estratégico, a República Popular da China. ■

*Cristián Faundes é pesquisador do Centro de Estudios Estratégicos, Academia de Guerra del Ejército de Chile. É mestre em Segurança e Defesa, especializado em Política de Defesa, pela Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos (Chile), e em Ciências Militares, especializado em Conflito e Negociação Internacional, pela Academia de Guerra del Ejército (Chile). Concluiu o Curso Avançado de Segurança e Defesa Hemisférica pelo Inter-American Defense College, da Organização de Estados Americanos, em Washington D.C. Participou, ainda, de cursos de especialização no William Perry Center for Hemispheric Defense Studies e Eisenhower School for National Security and Resource Strategy, National Defense University, Washington D.C.*

## Referências

1. Centro de Estudios Estratégicos de la Academia de Guerra (CEEAG), "Relaciones Chile-Bolivia Implicancias para la Defensa", ciclo de conferencias ofrecidas pelo CEEAG ao Exército chileno. Setembro-Novembro, 2014.
2. Em 2015, o Presidente boliviano Evo Morales convocou um novo plebiscito para pedir ao povo boliviano, uma segunda vez, que fosse aprovada uma emenda à Constituição que lhe permitisse servir por um quarto mandato presidencial consecutivo (de 2020 a 2024). Os cidadãos votaram contra a modificação em um plebiscito realizado em fevereiro de 2016.
3. Arthur F. Lykke Jr., "Toward an Understanding of Military Strategy", eds. Joseph R. Cerami e James F. Holcomb, *U.S. Army War College Guide to Strategy* (Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2001), p. 179–85, acesso em 6 jul. 2016, <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/ssi/00354.pdf>.
4. Supreme Decree 29272, *Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien: Lineamientos Estratégicos (2006-2011)*, Ministry of Development Planning, 12 September 2007, (La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2012) acesso em 28 jul. 2014, [http://www.sns.gob.bo/planificacion/documentos/5\\_PND%20VERSION%20OFICIAL.pdf](http://www.sns.gob.bo/planificacion/documentos/5_PND%20VERSION%20OFICIAL.pdf).
5. Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia, *El Libro del Mar*, 2nd ed. (La Paz: Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia, 2014), acesso em 7 jul. 2016, <http://embajadadebolivia.it/sites/default/files/archive/LIBRO%20DEL%20MAR-BOLIVIA-EDICION%20BILINGUE%202014.pdf>.
6. World Bank, "World DataBank", World Bank Group website, acesso em 6 jul. 2016, <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>.
7. Marcela Donadio e María de la Paz Tibiletti, *Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y el Caribe* (Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina [Latin American Security and Defence Network, or RESDAL]), 2014), p. 142.
8. "La Industria Militar China Está Atestando Golpes a Occidente", RT TV-Novosti, 25 October 2013, acesso em 6 jul. 2016, <http://actualidad.rt.com/actualidad/view/109419-china-industria-armas-mundial>.
9. Ministerio de Defensa de la República de Bolivia, *Libro Blanco de Defensa de Bolivia* (La Paz: Instituto Geográfico Militar, 2004), acesso em 6 jul. 2016, <http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Bolivia%20-%202004.pdf>.
10. H. Richard Yarger, "Towards a Theory of Strategy: Art Lykke and the Army War College Strategy Model", n.d., acesso em 7 jul. 2016, <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/army-usawc/stratpap.htm>.
11. Estado Plurinacional de Bolivia, *Constitución Política del Estado* (La Paz: Gaceta Oficial de Bolivia, 2009), p. 244.

12. Ministry of Development Planning, Supreme Decree 29272, p. 91.
13. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Bases para la Discusión de la Doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia* (La Paz: Ministerio de Defensa, 2010), acesso em 7 jul. 2016, [http://www.ceedcds.org.ar/Srd-LibBL/BOL/BASES\\_DISC\\_POL\\_DOCTRINA\\_DEF.pdf](http://www.ceedcds.org.ar/Srd-LibBL/BOL/BASES_DISC_POL_DOCTRINA_DEF.pdf).
14. Ministerio de Defensa, *Libro Blanco*, p. 21.
15. *Ibid.*, p. 36.
16. *Ibid.*, p. 42.
17. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Discusión de la Doctrina*, p. 26.
18. C. Vergara e I. Toro, "Gobierno Boliviano Aclara Que Dichos de Morales Sobre Atacama Fueron 'Una Broma'", *La Tercera*, 23 January 2011.
19. Ministry of Development Planning, Supreme Decree 29272, p. 86.
20. *Ibid.*, p. 88–92.
21. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Discusión de la Doctrina*, p. 40–46.
22. Ministerio de Defensa de la República de Bolivia, *Libro Blanco*, p. 45.
23. Ministerio de Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia, *Discusión de la Doctrina*, p. 34.
24. *Ibid.*, p. 45.
25. Declaração do Vice-Presidente boliviano, Álvaro García Linera, apud Alejandro Tapia, "Los Desafíos Que Tendrá Evo Morales en Su Tercer Mandato", *La Tercera*, 19 jan. 2015.
26. Donadio e Tibiletti, p. 142.
27. *Ibid.*, p. 141.
28. "Sargentos y Suboficiales Bolivianos Convocaron a Una Nueva Marcha", *Télam* website, 28 April 2014, acesso em 7 jul. 2016, <http://www.telam.com.ar/notas/201404/61052-bolivia-conflicto-fuerzas-armadas.html>.
29. Carl Marowski, "La Seguridad y la Defensa en Bolivia", Discussion Paper No. 35, Strategic Studies Center, Chilean Army War College.
30. René Quenallata, "Bolivia Expone al Mundo Vulnerabilidad de Su Defensa Militar" *Opinión* website, 28 July 2013, acesso em 7 jul. 2016, <http://www.opinion.com.bo/opinion/articulos/2013/0728/noticias.php?id=101669>. A renovação da frota de viaturas militares da Bolívia desde 2006 é algo digno de nota: 148 caminhões, 42 ônibus, 142 vans, 40 viaturas e motocicletas QT; a aquisição de 9 aeronaves *Diamond* e 6 caças, 6 helicópteros *Robinson R-44*, 2 *AS350* e 2 *EC145 Eurocopters*; e uma frota de aeronaves de transporte de pessoal.

## Condolências pelo Acidente Aéreo com Time Brasileiro de Futebol

**N**a madrugada do dia 29 de novembro de 2016, um trágico acidente aéreo vitimou a quase totalidade dos integrantes do time de futebol brasileiro da ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL. A aeronave que transportava os jogadores e a comissão técnica da equipe esportiva, além de jornalistas que acompanhavam o time, caiu em uma região de florestas, próxima à cidade de MEDELLÍN, COLÔMBIA, matando 75 pessoas, dos 81 passageiros a bordo, e deixando os 06 sobreviventes com sérios ferimentos e grave risco de morte.

A catástrofe comoveu toda a população brasileira, sendo considerada a maior tragédia da história do futebol nacional. Além da irreparável perda de pessoas amadas pelas famílias e admiradas pelos torcedores do esporte-símbolo do Brasil, a queda do avião representou o fim de um sonho acalentado por toda uma cidade que via naquele grupo o exemplo de um Brasil vencedor.

O time da "Chapecoense" vinha traçando uma rota vitoriosa no Futebol, há seis anos, quando conseguiu

sair da quarta divisão do Campeonato Nacional, entrando na divisão de elite, e chegar à disputa de uma final de uma competição internacional, a Copa Sul-Americana. Essa trajetória era uma verdadeira inspiração para os habitantes de uma cidade do sul do BRASIL (CHAPECÓ, PARANÁ), que acompanhavam todos os passos da equipe.

A revista *MILITARY REVIEW* possui uma importante ligação com a sociedade brasileira, estabelecida e fortalecida durante os mais de 50 anos que edita e distribui a edição especial, na língua portuguesa, para leitores brasileiros, compartilhando assuntos militares de interesse mútuo para o segmento militar brasileiro e norte-americano. Neste momento de dor e sofrimento, a equipe da *MILITARY REVIEW* apresenta sua solidariedade e suas condolências a todos os torcedores da equipe vitimada, todos os moradores da cidade de CHAPECÓ-PR e todos os brasileiros, desejando que o exemplo de dedicação profissional passado por aqueles inesquecíveis dirigentes e atletas da Chapecoense não seja jamais esquecido e continue a inspirar atitudes positivas em todo o povo brasileiro.



O domo de realidade virtual do Natick Soldier Systems Center do Exército dos EUA permitirá que pesquisadores possam avaliar o impacto do ambiente sobre a capacidade cognitiva de militares, incluindo a tomada de decisões, memória espacial e senso de orientação, 24 Feb 2016. (David Kamm, U.S. Army Natick Soldier RD&E Center)

# Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz

Ten Cel Rafael Rodriguez

Maj William Shoemate

Maj Justin Barnes

Sra. Karen Burke

**E**ste artigo reflete as recomendações desenvolvidas por uma equipe do Grupo de Estudos Estratégicos do Comandante do Exército (Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group — CSA SSG) [O Comandante do Exército (Chief of Staff of the Army) é o mais alto cargo na hierarquia do Exército ocupado por um militar, já que o Secretário do Exército (Secretary of Army) é um civil — N. do T.]. O CSA SSG é um instituto de pesquisa que conduz pesquisa independente sobre assuntos escolhidos pelo Comandante do Exército<sup>1</sup>. A equipe estudou uma questão estratégica essencial: Como pode o Exército fazer com que o seu processo de aquisição leve a uma inovação eficaz?

É amplamente aceito que o processo de aquisição do Exército é pesado, conforme têm sido claramente demonstrado por vários estudos de caso e forças-tarefa que foram estabelecidos com o intento de melhorá-lo. Por exemplo, em 2009, a Task Force on Defense Acquisition Law and Oversight (Força-Tarefa sobre as Leis e a Supervisão da Aquisição da Defesa) recomendou significativas reformas para aumentar a unidade de esforço entre todos os participantes no processo de aquisição, o recrutamento de pessoal com habilidades e experiência comerciais e a concentração em resultados que atenderiam as necessidades dos combatentes<sup>2</sup>. No entanto, tentativas como essa para melhorar o processo têm, em grande parte, fracassado, e a inovação tem sofrido por essa razão.

O “Sistema de Combate do Futuro” (Future Combat System — FCS) exemplifica as conclusões da força-tarefa. Originalmente, o FCS foi idealizado como um esforço principal de inovação do Exército. Contudo, os gerentes do programa FCS fracassaram em todas as fases da aquisição em planejar eficientemente, gerar requisitos realistas e administrar o complexo programa. O seu fracasso foi devido, principalmente, a um processo de aquisição não aperfeiçoado que não incluía uma análise adequada e nem atingia a prontidão tecnológica antes do programa ser posto em andamento<sup>3</sup>.

Um obstáculo crítico para que as soluções inovadoras cheguem ao alcance dos combatentes é a dificuldade em introduzir novas ideias, tecnologias e conceitos oriundos da comunidade científica e de pesquisa nos programas de aquisição<sup>4</sup>. Os programas de aquisição oferecem pouca flexibilidade — com requisitos e programações rígidos, protocolos de testes e orçamentos

fixos que dissuadem a integração das soluções inovadoras. Além disso, uma medida chave do sucesso dos esforços de pesquisa e desenvolvimento (P&D) é o número de transferências da comunidade de P&D para os programas de aquisição. Essa medida direciona os investimentos em P&D para os programas de aquisição, requisitos e linhas de financiamento já existentes, e não para aqueles que podem trazer uma inovação eficaz.

A equipe conduziu uma extensa pesquisa antes de chegar às conclusões sobre como o Exército pode promover o tipo de processo de aquisição necessário para estar pronto para os conflitos do futuro. No entanto, as recomendações finais são adaptadas principalmente de um estudo, de 2014, por Joseph P. Lawrence III, intitulado “A Strategic Vision and a New Management Approach for the Department of the Navy’s Research, Development, Test and Evaluation (RDT&E) Portfolio” (“Uma Visão Estratégica e um Novo Modelo de Administração para o Portfólio de Pesquisa, Desenvolvimento, Testes e Avaliação [PDT&A] do Departamento da Marinha”, em tradução livre)<sup>5</sup>. As propostas de Lawrence, embora orientadas para melhorar o processo de aquisição da Marinha, aplicam princípios estratégicos relevantes para todo o Departamento de Defesa. Portanto, para as finalidades de garantir que a aquisição apoie a inovação eficaz da Força, o Exército deve adotar as seguintes recomendações:

1. Separar a pesquisa (desenvolvimento de tecnologia) do desenvolvimento de produtos.
2. Estabelecer uma diretoria de P&D do Exército para estabelecer prioridades de aquisição do Exército coerentes com conflitos futuros previstos.
3. Realinhar o gerenciamento das aquisições sob o Comando do Exército (Headquarters, Department of the Army — HQDA).
4. Aumentar a produção de protótipos e a experimentação competitivas.

Essas mudanças são necessárias porque o Exército sofre de um tipo de paralisia de aquisição — uma capacidade limitada de levar boas ideias e novas aplicações tecnológicas para o campo de batalha rapidamente, como evidenciada pela quantidade de organizações *ad hoc* que são criadas durante tempos de conflito<sup>6</sup>. Por exemplo, durante os conflitos da última década, o Exército precisava de tecnologias de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (IRVA)



Deryck James, do Army Research Laboratory (ARL), opera o Stream Line PRO Light Detection and Ranging (LiDAR) no Curso de Orientação para a Prevenção de Acidentes em Operações Aero terrestres, de 2016, no Forte Stewart, Geórgia, demonstrando capacidades aprimoradas não disponíveis nos sistemas atuais de lançamento aéreo de precisão. Em resposta a um pedido do Comando da África do Exército dos EUA, o ARL iniciou um programa para reduzir o tamanho, peso e poder dos atuais sistemas LiDAR Doppler disponíveis no mercado. O novo sistema pesa menos de 45 libras (20kg), tem dimensões menores que dois pés cúbicos (56 centímetros cúbicos) e opera com baterias padrão de 24 volts, com menos de 100 watts potência requerida. (Exército dos EUA)

para sistemas de comando e controle de nível grupo de combate, porém tentativas para integrar os programas IRVA na aquisição do Exército fracassaram devido a problemas com as partes interessadas na P&D e regulamentos federais sobre o uso de frequências [de rádio]<sup>7</sup>. O processo de aquisição do Exército, contudo, não necessita de reformas amplas — pois essas foram tentadas anteriormente. Tampouco, é a paralisia de aquisição o resultado de subinvestimento.

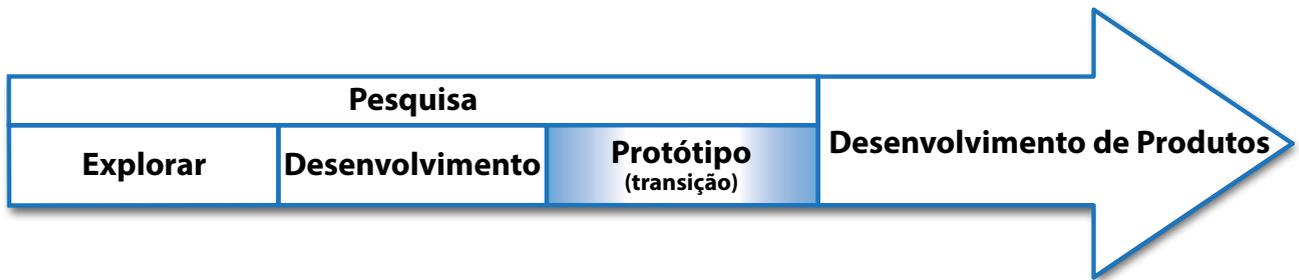
O problema provém de como o Exército tradicionalmente enxerga e executa a P&D, e de como define a palavra *inovação*. Por exemplo, o Exército tende a se concentrar no curto prazo. Além disso, o Comando do Exército, às vezes, busca soluções tecnológicas novas e impactantes ao invés da inovação eficaz. Alguns empregam a palavra inovação limitadamente, para

significar a invenção de novas tecnologias. No entanto, a inovação também pode incluir a exploração de uma capacidade ou recurso existente de uma forma nova e inteligente para resolver um problema. A análise objetiva baseada em dados para o entendimento de problemas pode influenciar o pensamento criativo que leva a soluções econômicas e não materiais.

O Exército não é alheio à inovação. Jeffrey J. Clarke, ex-Diretor do Centro de História Militar, descreve o rico histórico de inovação do Exército no prefácio do livro *A History of Innovation: U.S. Army Adaptation in War and Peace* (“A História da Inovação: A Adaptação do Exército dos EUA em Tempos de Guerra e Paz”, em tradução livre):

Desde as façanhas da Expedição Lewis e Clark, no início do século XIX, até os avanços médicos e de engenharia associados com a construção do Canal de Panamá iniciada no final [daquele século], ... [a inovação do Exército também inclui] iniciativas militares em armas, táticas, organização, treinamento e outras áreas<sup>8</sup>.

Com as mudanças certas no processo de aquisição, o Exército pode garantir que a Força permaneça adaptável por meio de inovação eficaz. As recomendações da equipe do CSA SSG são elaboradas para garantir que a inovação do Exército prospere dentro dos limites orçamentários. Elas podem ajudar a garantir que os investimentos em P&D abordem ambas as necessidades, de curto e de longo prazo.



(O gráfico foi adaptado de Joseph P. Lawrence III)

**Figura 1. O Fluxo de Pesquisa e Desenvolvimento do Processo Tradicional**  
(com Ponto de Transição Ressaltado)

## Recomendação 1: Separar a Pesquisa do Desenvolvimento de Produtos

O Exército precisa separar a pesquisa (onde as tecnologias são descobertas ou criadas) do desenvolvimento de produtos (onde as tecnologias são refinadas para utilização). Essa separação aumentaria a descoberta de soluções inovadoras. Facilitaria a determinação da viabilidade de uma tecnologia antes de recursos significativos serem gastos no desenvolvimento de produtos.

Os pesquisadores e cientistas do Exército exploram e desenvolvem tecnologias para resolver as lacunas de capacidade do Exército e manter a superioridade militar. Eles fazem isso principalmente como integrantes do Comando de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia (Research, Development and Engineering Command — RDECOM). Por outro lado, os diretores executivos de programas, e os seus gerentes de projetos e produção subordinados, realizam o desenvolvimento de produtos como parte de programas aprovados [*Program of Record* consiste em uma “iniciativa de aquisição que tenha sido INCLUÍDA (registrada) NA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA (no processo de programação ou orçamento) ou que tenha atingido a iniciação formal do programa, o que normalmente significa que ele passou para a fase de engenharia e desenvolvimento de fabricação, do processo de gestão de aquisições,” GAO-13-179, *Army Networks: Size and Scope of Modernization Investment Merit Increased Oversight* — N. do T.] formais orientados pelos requisitos fixos de capacidade. O seu objetivo é fazer transição dos sistemas de desenvolvimento para a produção e depois para a distribuição às unidades.

Frequentemente, os gerentes de produção financiam engenheiros dos centros de pesquisa, desenvolvimento e engenharia (CPDE) do RDECOM — geralmente os mesmos CPDE que acompanham a tecnologia de apoio. A Figura 1 (adaptada de Lawrence) ilustra o ponto de transição entre a pesquisa e o desenvolvimento de produto, onde a construção de protótipos leva a inovações<sup>9</sup>. Contudo, nesse ponto de transição, os protótipos tendem a ser influenciados pelo consumidor *antes* dos requisitos de produto serem gerados e aprovados.

Embora o processo funcione às vezes, há algumas consequências imprevistas. Por exemplo, o Exército tende a se concentrar no constante aperfeiçoamento de equipamentos e sistemas existentes, sem realizar considerações adequadas sobre o retorno do investimento. Essa abordagem leva a uma cultura compartimentada baseada no produto em vez de uma estratégia sólida e de um portfólio equilibrado de investimento que pode abordar os problemas mais urgentes do Exército. Alternativamente, ao focar, inicialmente, na geração de protótipos de novas capacidades e conceitos em vez dos programas baseados em produtos para a melhoria de caminhões, aeronaves e fuzis, os órgãos responsáveis pelos processos de aquisição podem proporcionar melhores respostas às necessidades mais abrangentes do Exército para o cumprimento de missões.

A separação intencional entre a pesquisa e o desenvolvimento de produtos evitaria, também, que as tecnologias ainda inacabadas entrassem em programas formais onde seriam expostas a processos rígidos e a requisitos fixos que poderiam levar a um alto risco de fracassos, adiamentos e custos excedentes. Uma análise da aquisição do Exército, de 2010, conhecida como o relatório Decker-Wagner declara, “até com esse

processo [de aquisição] trabalhoso, novos sistemas de armas continuam a entrar prematuramente no processo de desenvolvimento de engenharia e de fabricação com risco tecnológico, deixando um legado de custos excedentes de programa, reduzidas quantidades distribuídas e terminações [de projetos]<sup>10</sup>.

A mesma ideia é ressaltada em um relatório publicado pela organização Business Executives for National Security (BENS). O relatório observa que o Departamento de Defesa incentiva efetivamente o risco desnecessário nos programas de desenvolvimento de produtos de aquisição com tecnologias não comprovadas e requisitos incertos<sup>11</sup>. A exigência de um alto índice de sucesso na transição de ciência e tecnologia (C&T) coloca o maior risco do programa C&T onde não deve existir — no desenvolvimento de produtos.

Segundo Lawrence, o risco de fracasso deve ser principalmente na fase de pesquisa da P&D<sup>12</sup>. O custo de fracasso durante a pesquisa é menor do que durante o desenvolvimento de produtos. Novas ideias e teorias podem ser apresentadas e testadas, protótipos construídos e experimentos conduzidos independente do desenvolvimento de produtos. Permitir pesquisadores explorar ideias sem ter que resultar no aperfeiçoamento de um produto específico proporcionaria ao Exército um tremendo ganho porque isso daria liberdade de explorar soluções criativas para os desafios do Exército antes de ter que encarar requisitos e processos de aquisição rígidos. Por outro lado, o fracasso durante o desenvolvimento de produtos leva a resultados muito diferentes, com custos muito mais elevados, como observado no relatório Decker-Wagner<sup>13</sup>. Então, como é que o Exército pode realinhar o risco e colocá-lo na fase de desenvolvimento de tecnologia e aumentar o índice de inovação na sua cultura?

Lawrence, um especialista em aquisições na National Defense University, é um forte advogado da utilização de protótipos e experimentação como fase inicial do processo, durante o desenvolvimento de tecnologia. Ele defende o “emprego inicial de experimentos e/ou demonstrações pelos comandos de sistemas para resolver problemas de riscos de tecnologia, antes de iniciar o desenvolvimento de produtos, reduzindo custos e atrasos na programação; e o uso de testes de campo iniciais com protótipos como um mecanismo para alcançar a velocidade da frota/força”<sup>14</sup>. Ainda, Lawrence

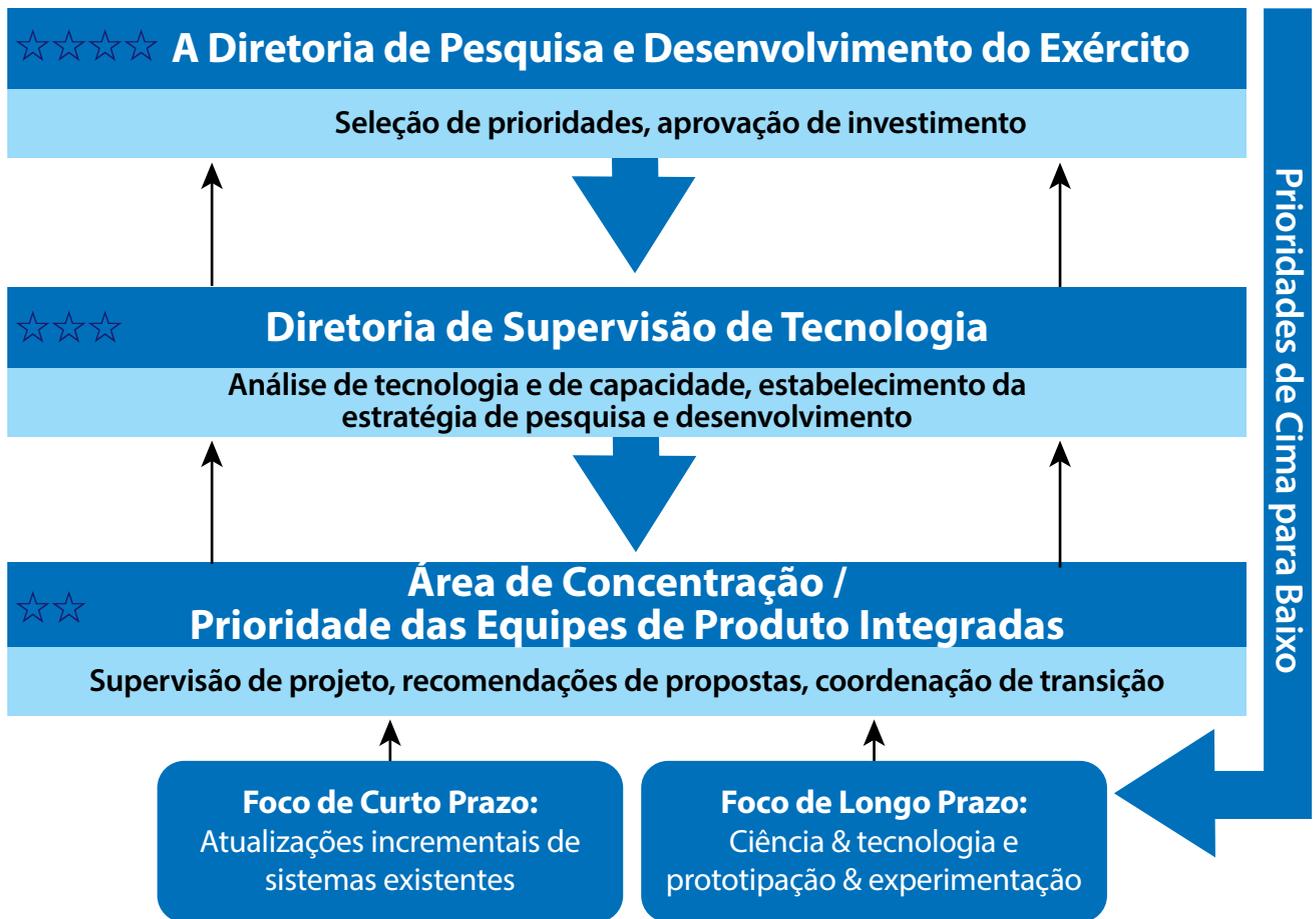
observa que o uso de protótipos deve ser um mecanismo para o aperfeiçoamento de requisitos, aproveitando a expertise do cliente e sua avaliação sobre o valor do produto e reduzindo o risco que, de outra forma, é inerente na introdução de novas tecnologias. A adoção de uma abordagem semelhante à que Lawrence descreve permitiria ao Exército localizar e resolver, antecipadamente, riscos existentes no processo de P&D, onde fracassos contribuem com valiosas descobertas que influenciam as decisões futuras do Exército — e onde os fracassos custam muito menos.

Além disso, a separação da pesquisa do desenvolvimento de produtos evita que o Exército exerça demais influência sobre os investimentos em C&T, para privilegiar os programas e as tecnologias de curto prazo existentes. As lacunas de capacidade, exigências operacionais, direção estratégica e flexibilidade para ideias inovadoras devem orientar o foco das pesquisas, não os programas aprovados vigentes. Essencialmente, a estratégia de investimento em vigor, que enfatiza a melhoria gradual contínua dos sistemas existentes para as ameaças e ambientes operacionais atuais, fecha uma porta de entrada eficaz para a P&D do Exército que permitiria acompanhar as necessidades crescentes do Exército.

Antes de criar um programa aprovado, deve haver um refinamento iterativo dos requisitos das novas capacidades realizado entre os combatentes, técnicos, patrocinadores e os órgãos responsáveis pelos processos de aquisição. Os cientistas e engenheiros devem ter a liberdade para explorar novas ideias e progredir em direção a uma visão estratégica mais ampla que orientaria o seu trabalho.

## **Recomendação 2: Estabelecer uma Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército**

Uma diretoria de P&D estabelecida no alto escalão do Exército transporia a lacuna entre o desenvolvimento de tecnologia e o desenvolvimento de produtos. Ela garantiria que o Comandante do Exército e Alto Comando do Exército pudessem identificar problemas e estabelecer prioridades para orientar os órgãos de aquisição no alinhamento dos seus investimentos em P&D. Ela pode aumentar a participação direta de militares no estabelecimento de prioridades de aquisição e na direção de investimentos em P&D. Sem



(Gráfica da Innovation and Improved Acquisition Team, Cohort IV, Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group 2015,2016)

## Figura 2. A Estrutura Recomendada de Controle de Pesquisa e Desenvolvimento

essa participação, a capacidade do Comandante do Exército de influenciar as aquisições para satisfazer ameaças e necessidades operacionais futuras será frustrada pela falta de sincronização entre os militares, civis e congressistas envolvidos no processo.

A diretoria não seria um novo organismo de governo. Ela seria uma redefinição de missões das diretorias de nível oficial-general de quatro estrelas e de civis superiores, como o Army Science & Technology Assessment Group (Grupo de Avaliação de Ciência e Tecnologia do Exército) ou do Army Requirements Oversight Council, AROC (Conselho de Supervisão dos Requisitos do Exército). Isso conseguiria unidade de propósitos por toda a liderança superior do Exército, por meio do revigoramento da governança corporativa de P&D e do desenvolvimento de uma estratégia de P&D no Exército.

No início de 2016, o Comandante do Exército Gen Ex Mark A. Milley assumiu o controle do processo

de requisitos ao convocar os comandantes de quatro estrelas para participar dos fóruns do AROC<sup>15</sup>. Ao revigorar outros grupos de comandantes superiores de forma semelhante, eles podem estabelecer prioridades para a Força atual e futura, equilibrar o portfólio de P&D e determinar uma estratégia de P&D construída sobre uma fundamentação analítica. Uma diretoria do Exército (ilustrada na Figura 2) operaria como uma equipe de controle, direcionando os recursos de P&D para as necessidades mais urgentes de curto e longo prazos e promoveria unidade por todos os laboratórios, comandos operacionais e redes de indústria e academia. Uma diretoria composta de generais de quatro estrelas pode estabelecer uma única estratégia de P&D do Exército e exercer bastante influência para contornar os processos burocráticos e os gargalos organizacionais<sup>16</sup>. Para ser efetiva, a diretoria precisaria de acesso a análises válidas para possibilitar a tomada de decisões consistentes e precisas.



Um militar da 25ª Divisão de Infantaria testa um veículo aéreo não tripulado PD-100 na Área de Treinamento Bellows, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, em Havaí, 22 Jul 2016. (Sgt Christopher Hubenthal, Exército dos EUA)

### Recomendação 3: Realinhar o Gerenciamento das Aquisições

A terceira recomendação se concentra no alinhamento da P&D, os Program Executive Officer ou PEO dos programas aprovados de aquisição [munição, sistemas de combate, aviação, etc. — N. do T.] e as funções de sistemas de engenharia sob uma única cadeia de comando. O desalinhamento entre a C&T (longo prazo) e o desenvolvimento de produtos (curto prazo) tem criado incentivos contraproducentes que levam à integração de tecnologias inconclusas nos sistemas do Exército e aos investimentos em esforços não prioritários.

A Figura 3 representa um realinhamento dos participantes no processo de aquisição que melhoraria a sua capacidade para responder à orientação proveniente da diretoria, refinada pela direção e prioridades do Comandante do Exército. Os laboratórios existentes no Exército, os CPDE, os PEOs e os gerentes de programa proveriam análise formal, C&T, P&D e integração de sistemas dentro de uma proposta diretoria

de supervisão de tecnologia. Mais importante, um comando de execução (i.e., um proposto comando de modernização) iria unificar e integrar as organizações de P&D para executar os programas bem conceituados alinhados com as necessidades do Exército.

Esse realinhamento ajustaria os esforços de desenvolvimento de tecnologia com os de desenvolvimento de produtos para ajudar a resolver os principais problemas do Exército e manter a diretoria informada sobre as potenciais linhas de ação. Isso seria especialmente importante quando a diretoria e o Comandante do Exército precisassem tomar decisões difíceis, como a redefinição dos esforços e do financiamento de programas.

A estrutura organizacional do Comando do Exército proposta desenvolveria abordagens estratégicas para os problemas ao equilibrar os investimentos por meio de análises de custo-benefício e negociações. Uma estratégia de P&D baseada em análises — fundamentada nas opiniões compartilhadas dos ambientes

operacionais futuros e apoiada por dados do uso de protótipos e da experimentação operacionais — agregaria as metas e objetivos compartilhados pelo Exército. Combinada com um processo de verificação de tecnologia e de capacidades chefiada pelo RDECOM, a estratégia de P&D seria integrada com locais de testes operacionais para informar a diretoria e as organizações responsáveis pela execução da aquisição sobre como acelerar a inovação e reduzir o risco nos programas de registro. Os locais de testes integrados com essa estratégia de P&D incluiriam a Rapid Equipping Force (Força de Alocação Rápida), o Asymmetric Warfare Group (o Grupo de Combate Assimétrico) os centros de treinamento de combate e os laboratórios de combate do Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC) do Exército dos EUA.

Ao colocar a P&D, a utilização de protótipos, PEOs, os gerentes de produção e o financiamento da engenharia de sistemas sob um único quadro de prioridade do Comando do Exército, em parceria com o Subsecretário do Exército para Aquisição, Logística e Tecnologia, o Comandante do Exército pode executar, de maneira mais eficaz, um programa de P&D eficiente e baseado na necessidade. Ainda, esse realinhamento promoveria o benefício adicional de criar uma cultura mais flexível, concentrada e responsiva entre os CPDE do Exército, os PEOs, os gerentes de produção e os centros de excelência.

Uma vez realizado o realinhamento, o trabalho de identificar e verificar analiticamente as tecnologias e as



(Gráfica da Innovation and Improved Acquisition Team, Cohort IV, Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group 2015,2016)

**Figura 3 Alinhamento Organizacional Recomendado para o Sistema de Aquisição do Exército**

capacidade pode começar. A utilização de protótipos e a experimentação antecipada seriam essenciais para esse processo.

### Recomendação 4: Aumentar a Utilização de Protótipos e a Experimentação Competitivas

Como podem as autoridades superiores do Exército influenciar o processo de aquisição para maximizar os benefícios provenientes da P&D? A recomendação final é controlar estrategicamente a utilização de protótipos e a experimentação como um portfólio distinto que evolua de acordo com a visão estratégica do Exército. Isso é semelhante à captura de terreno chave, no campo de batalha.

O Comandante do Exército tem influência limitada sobre a Força atual, considerando que os investimentos orçamentários são estabelecidos até 2025. No entanto, com essas recomendações, Milley poderia alinhar a P&D do Exército para satisfazer as necessidades da Força futura da mesma forma que ele realinhou os requerimentos das capacidades do Exército durante a revigoração do AROC. O Comandante do Exército tem grande influência sobre o futuro. Milley tem demonstrado que acolhe todas as oportunidades para direcionar a P&D para o sucesso da força no futuro. Na opinião dele, o futuro deve ser influenciado por uma análise baseada na utilização de protótipos e na experimentação, e inspirada por ideias compartilhadas em uma rede de especialistas<sup>17</sup>.

Desde 2016, a maioria dos recursos para construção de protótipos é gerenciada pelos PEO, em um processo que não permite uma produção antecipada de protótipos e sua experimentação, sem restrições, o que poderia influenciar positivamente em soluções de múltiplas capacidades. O Comandante do Exército, como o chefe militar da diretoria de P&D, deve supervisionar estrategicamente os esforços e as estratégias sobre o emprego de protótipos. Isso garantiria que as prioridades do Exército sejam atingidas, e proveria as capacidades necessárias para a Força atual e futura.

Por meio dos esforços de utilização de protótipos, o Comandante do Exército recebe as necessidades dos usuários de duas fontes principais: primeiro, da Força atual (por meio do FORSCOM, Comando de Forças) e dos comandos combatentes, e, segundo, da Força futura projetada, influenciada pelas comunidades tecnológicas de C&T e dos dados do conceito operativo futuro. Os produtos desses dados são requisitos estratégicos, prioridades e financiamento para as duas forças<sup>18</sup>. Para a Força atual, a diretoria e o Comandante do Exército podem identificar o equipamento necessário para aprimoramentos incrementais de



O protótipo do Comanche RAH-66 da Boeing-Sikorsky fez seu primeiro voo em 4 Jan 96, em West Palm Beach, Flórida. O programa foi cancelado em 2004, um pouco antes da sua produção em massa. (Foto cortesia da Wikimedia Commons)

## Custos Irrecuperáveis dos Programas de Aquisição Eliminados

O Exército desperdiça mais dinheiro com os programas de aquisição cancelados do que qualquer outra entidade no Departamento de Defesa. “O Exército tem, ambos, o maior número de programas cancelados e a maior porcentagem de custos desperdiçados em PDT&A [pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação], em comparação com o Departamento de Defesa e as outras Forças Singulares. A quantidade de financiamento desperdiçada foi relativamente constante para o Exército entre 2004 e 2010, com uma queda acentuada após esse período. A maioria do problema do Exército nesse período foi devido ao cancelamento do Future Combat System (FCS, “Sistema de Combate do Futuro”), mas em cada ano entre 2006 a 2010, o Exército gastou mais do que US\$ 1 bilhão em programas que no final foram cancelados”<sup>1</sup>.

Segundo Patrick Clowney, Jason Dever e Steven Stuban, o valor desperdiçado no fracassado FCS é estimado em US\$ 20 bilhões<sup>2</sup>. Outro exemplo de um programa de aquisição fracassado é o total de US\$ 6 bilhões gastos no helicóptero RAH-66 Comanche<sup>3</sup>. Helicópteros excedem os seus orçamentos com mais frequência do que a maioria dos outros programas de aquisição da Defesa<sup>4</sup>. Um terceiro exemplo é do Joint Tactical Radio System (“Sistema Conjunto de Rádio Tático”), estimado em US\$ 11 bilhões<sup>5</sup>.

## Referências

1. Under Secretary of Defense, Acquisition, Technology, and Logistics (USD[AT&L]), Performance of the Defense Acquisition System, 2013 Annual Report, (Washington, DC: USD[AT&L], 28 Jun. 2013), p. 13. Os relatórios anuais sobre o desempenho do sistema de aquisição da Defesa são disponíveis em <http://www.acq.osd.mil/news.html>.
2. Patrick Clowney, Jason Dever e Steven Stuban, “Department of Defense Acquisition Program Terminations: Analysis of 11 Program Management Factors,” Defense Acquisition Research Journal 78, Jul. 2016, table 1.
3. Ibid.
4. USD (AT&L), Performance of the Defense Acquisition System, 2015 Annual Report, (Washington, DC: USD[AT&L], 16 Sep. 2015), p. 28.
5. Clowney, Dever e Stuban, “Department of Defense Acquisition Program Terminations: Analysis of 11 Program Management Factors,” table 1.

capacidade. Para a Força futura, eles podem identificar as tecnologias essenciais para o portfólio de C&T. O Comandante do Exército teria os meios para controlar a P&D estrategicamente para que inovação do Exército possa prosperar, até durante reduções da Força.

## Conclusão

O Exército pode criar espaço para que a inovação prospere dentro do processo de aquisição. Pode fazer isso ao (1) separar a pesquisa (o desenvolvimento de tecnologias) do desenvolvimento de produtos, (2) estabelecer uma diretoria para orientar a P&D, obtendo unidade de esforço, (3) realinhar o controle do processo de aquisição sob o Comando do Exército e (4)

controlar estrategicamente a utilização de protótipos e a experimentação para que se enquadre dentro da visão estratégica para a Força atual e futura do Exército.

O Exército precisa aplicar precisão analítica para determinar como investirá na descoberta de tecnologias que possam garantir que o Exército dos EUA seja bem-sucedido nos conflitos futuros. O Exército precisa começar a superar a inflexibilidade do processo de aquisição e prover soluções interdisciplinares para assuntos complexos. Isso não exige uma reestruturação completa do sistema por meio de reformas. A meta deve ser a identificação de persistentes e significantes aperfeiçoamentos do sistema de aquisição que sobreviverão às frequentes mudanças de autoridades no alto-escalão da Força. ■

*O Tenente-Coronel Rafael Rodriguez, do Exército dos EUA, serviu anteriormente como colaborador do Chefe do Estado-Maior do Exército no Strategic Studies Group (Grupo de Estudos Estratégicos). É bacharel pela Academia Militar dos EUA, em West Point, Nova York, e mestre em Análise de Defesa pela Naval Postgraduate School. Serviu em várias funções de comando e estado-maior em unidades aeroterrestres e de Forças Especiais, onde participou rotineiramente em operações de contingência, no exterior.*

*O Maj William H. Shoemate é engenheiro do Exército dos EUA, servindo anteriormente como colaborador do Chefe do Estado-Maior do Exército no Strategic Studies Group. É bacharel pela University of the Ozarks e mestre pelo U.S. Army Command and General Staff College. Serviu em várias funções de comando e estado-maior e foi observador/controlador/treinador no Centro Nacional de Treinamento em Forte Irwin, Califórnia.*

*O Maj Justin Barnes é assessor jurídico do Exército do EUA e serviu anteriormente como colaborador do Chefe do Estado-Maior do Exército no Strategic Studies Group. Se formou "summa cum laude" (com a maior honra) pela University of St. Thomas School of Law e é graduado pela Indiana University. Foi professor assistente do Departamento de Direito Administrativo e Civil e editor da Military Law Review do Judge Advocate General's Legal Center and School. Serviu em várias funções de assessoria jurídica do Exército.*

*A Sra Karen Burke é profissional de aquisição no Comando de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia (RDECOM). É colaboradora do Chefe do Estado-Maior do Exército no Strategic Studies Group e possui mais de 20 anos de experiência em funções do sistema de aquisição da Defesa, na área de ciência e tecnologia, e gerência de programas conjuntos. É mestre em Gerência de Engenharia pelo Western New England College e bacharel pelo Framingham State College. Possui a certificação Nível III em Gerência de Programas e Engenharia de Sistemas e é integrante do Corpo de Aquisição do Exército.*

## Referências

1. Website do Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group (CSA SSG), acesso em: 21 jun. 2016, [http://csa-strategic-studies-group.hqda.pentagon.mil/SSG\\_Index.html](http://csa-strategic-studies-group.hqda.pentagon.mil/SSG_Index.html). Os autores

eram integrantes da Improved Acquisition Team, Cohort IV, entre 5 jul. 2015 e 10 jun. 2016.

2. Task Force on Defense Acquisition Law and Oversight,

*Getting to Best: Reforming the Defense Acquisition Enterprise* (Washington, DC: Business Executives for National Security, July 2009), acesso em: 30 jun. 2016, <http://www.bens.org/document.doc?id=12>. Outros estudos de aquisição incluem Office of the Under Secretary of Defense, Acquisition, Technology and Logistics, *Performance of the Defense Acquisition System* (Washington, DC: Office of the Under Secretary of Defense, Acquisition, Technology and Logistics, 2013), acesso em: 30 jun. 2016, <http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/Performanceofthe-DefenseAcquisitionSystem-2013AnnualReport.pdf>; e Government Accountability Office (GAO), *Defense Acquisitions: DOD's Research and Development Budget Requests to Congress Do Not Provide Consistent, Complete, and Clear Information*, GAO-07-1058 (Washington, DC: GAO, 5 Sep. 2007).

3. Christopher G. Pernin et al., *Lessons from the Army's Future Combat Systems Program* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, September 2012), acesso em: 30 jun. 2016, [http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2012/RAND\\_MG1206.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2012/RAND_MG1206.pdf).

4. Thomas Russell, Diretor Técnico do Army Research Lab (Laboratório de Pesquisa do Exército), entrevistado por Karen Burke, Rafael Rodriguez e William Shoemate sobre as iniciativas do Army Research Lab, 21 jan. 2016, em Adelphi, Maryland.

5. Joseph P. Lawrence III, *A Strategic Vision and a New Management Approach for the Department of the Navy's Research, Development, Test and Evaluation (RDT&E) Portfolio* (Washington, DC: National Defense University, August 2014).

6. Army Science Board, FY 2009, *Institutionalization of Innovation in the Army* (Washington, DC: Army Science Board, December 2009), p. 11–14.

7. National Telecommunications and Information Administration (NTIA), *Manual of Regulations and Procedures for Federal Radio Frequency Management (Redbook)* (Arlington, VA: NTIA, September 2015), acesso em: 30 jun. 2016, <https://www.ntia.doc.gov/page/2011/>

[manual-regulations-and-procedures-federal-radio-frequency-management-redbook](#).

8. Jeffrey J. Clarke, "Foreword," in ed. Jon T. Hoffman, *A History of Innovation: U.S. Army Adaptation in War and Peace* (Washington, DC: U.S. Army Center for Military History, 2009), p. v.

9. *Ibid*, p. 5, 3.

10. Gilbert F. Decker e Louis C. Wagner Jr., "Army Strong: Equipped, Trained and Ready," relatório final da 2010 Army Acquisition Review (Aberdeen Proving Ground, Maryland: U.S. Army Research, Development and Engineering Command, 2011), p. iv.

11. Task Force on Defense Acquisition Law and Oversight, "Getting to Best," p. 28.

12. Lawrence, "A Strategic Vision," p. 10.

13. Decker and Wagner, "Army Strong," p. 92.

14. Lawrence, "A Strategic Vision," p. 6.

15. Brant Dayley, colaborador do Chefe do Estado-Maior do Exército no Strategic Studies Group entre julho de 2014 e junho de 2015, entrevistado por Karen Burke e Rafael Rodriguez sobre os discernimentos sobre a inovação do Exército, 11 fev. 2016, em Arlington, Virgínia.

16. Joseph Lawrence, "Prototyping and Experimentation for Improved Acquisition: Setting the Stage" (lecture, National Defense University, Washington, DC, 14 Sep. 2015).

17. *Report to Congress on Chief of Staff of the Army Acquisition Authorities, In Response to Section 801 of the National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2016 Pub. L. 114-92* (March 2016) (declaração do 39º Comandante do Exército Gen Ex Gen. Mark A. Milley). Consulte também Jen Judson, "US Army Chief Moves to Center of Acquisition Universe," Defense News online, acesso em: 30 jun. 2016, <http://www.defensenews.com/story/defense/land/army/2016/03/10/us-army-chief-moves-center-acquisition-universe/81588944/>.

18. *Ibid*, p. 16.



Integrantes da Frente al Nusra, da Al Qaeda, esperam em uma trincheira perto da aldeia de al-Zahra, ao norte de Aleppo, na Síria, 25 Nov 14. Integrantes da Frente al Nusra e outros insurgentes islamistas sunitas se chocaram com combatentes pró-governo ao tentarem se apossar da aldeia muçulmana xiita. (Foto de Hosam Katan, Reuters)

# Entendendo o Inimigo Atual

## Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna

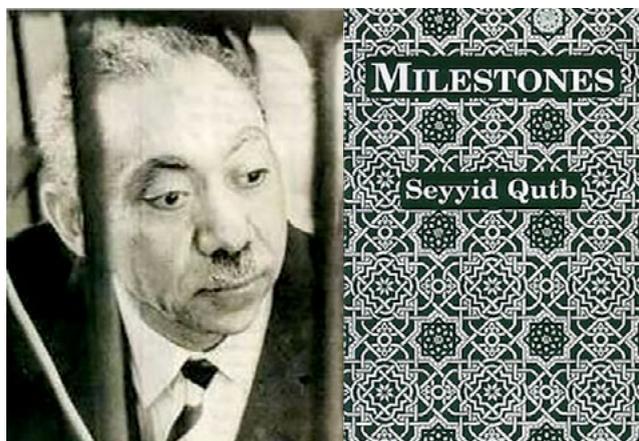
Sebastian Gorka

*Nota do Editor: Este artigo foi extraído de um capítulo de Defeating Jihad: The Winnable War, de Sebastian Gorka, Ph.D., sendo incluído na versão em inglês*

*da revista Military Review simultaneamente à publicação do livro completo pela editora Regnery Publishing, em abril de 2016. Gorka é o Catedrático de Teoria Militar*

“Major General Matthew C. Horner” na Marine Corps University. Agradecemos sua autorização para republicarmos este material extremamente relevante.

**D**a mesma forma que é preciso estudar Carl von Clausewitz, Maquiavel ou Napoleão para entender o modo de guerra ocidental moderno, há escritores e pensadores principais, os quais todos os que queiram derrotar nosso atual inimigo jihadista devem conhecer intimamente. Para compreender a estratégia do movimento jihadista global da atualidade, faz-se necessário entender a obra de um pequeno grupo de islamistas, que redigiram os mais importantes textos estratégicos sobre a guerra contra os “infieis”: Sayyid Qutb, Ayman al-Zawahiri (atual líder da Al Qaeda), Gen S. K. Malik e, finalmente, o falecido líder norte-americano da Al Qaeda, Anwar al-Awlaki. Juntas, as obras desses pensadores islamistas com uma “visão global” moldam as ações e planos de todos os grupos terroristas jihadistas da atualidade, do Boko Haram à Al Qaeda, da Frente al Nusra ao Estado Islâmico (EI).



Sayyid Qutb é o autor do livro *Os Marcos*, de 1964, que se tornou um manual de campanha para os jihadistas. Continua sendo um texto doutrinário para a Irmandade Muçulmana. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

## Os Marcos: Todos Devem Lutar Pelo Califado

Qutb, um funcionário de baixo escalão do governo egípcio, é o autor do mais influente texto moderno sobre a jihad. Seu livro, *Ma'alim fi-al-Tariq* (“Os Marcos”, também conhecido como “Marcos na Estrada”), publicado em 1964, tornou-se o “manual de campanha” para jihadistas em todas as partes do mundo e continua sendo um texto doutrinário essencial para a

organização Irmandade Muçulmana, da qual Qutb era um dos principais integrantes. Escrito depois que Qutb visitou os Estados Unidos da América (EUA) em um programa de intercâmbio logo após a Segunda Guerra Mundial, o livro descreve as razões pelas quais a comunidade muçulmana perdeu sua posição de proeminência no mundo e como a nação ímpia e infiel dos EUA deve ser destruída a fim de livrar o mundo de *jahiliyya*, a ignorância pagã em relação a Allah que, mais uma vez, tem contaminado as mentes e almas de muçulmanos em todo o mundo.

Nessa purificação violenta do mundo e restauração da grandeza islâmica por meio do restabelecimento do império teocrático que foi o califado, a arma mais poderosa é uma “guerra santa”, ou jihad. O que é mais significativo: Qutb é explícito em sua crença de que o Islã não deve ser entendido apenas como uma religião, e sim como um “partido revolucionário”, com uma missão de supremacia política, de mobilizar as massas e conquistar o poder global para a glória de Allah. Para Qutb, o Islã não se restringe a uma questão de crença pessoal. Vez após outra, em seu curto livro, Qutb repete que o Islã tem a missão de recriar o califado, mas, desta vez, como um império teocrático que abarque o mundo inteiro.

Não é por acaso que, considerando essa ótica, seu livro utiliza, amiúde, materiais de outras ideologias que promoveram a revolução, especialmente o fascismo e o comunismo, que é a razão pela qual Qutb (e, mais tarde, Osama Bin Laden) frequentemente empregou a terminologia marxista, como “vanguarda” para explicar o papel especial da pequena minoria de revolucionários religiosos “esclarecidos”.

Qutb acabou sendo preso pelo regime de Gamal Abdel Nasser por seu papel central na Irmandade e envolvimento em uma conspiração para assassinar o presidente, sendo executado em agosto de 1966. Contudo, suas ideias sobre a jihad e a guerra religiosa perduram, e seu livro está disponível não apenas em todo o Oriente Médio, como também em muitos “centros culturais” islâmicos nos EUA, o que constitui um problema, porque os outros dois lugares onde ele é encontrado com mais frequência são: na posse de alvos jihadistas de alto valor no campo de batalha e com terroristas capturados aqui nos EUA.

As ideias de Qutb conectam, de um modo bastante específico, líderes insurgentes como Abu Bakr

al-Baghdadi, do EI, com terroristas individuais, como os irmãos Tsarnaev, responsáveis pelos atentados a bomba na maratona de Boston, porque todos eles concordam com a análise fundamental apresentada no livro:

- Os muçulmanos são, mais uma vez, como as tribos árabes pagãs de Meca da época de Maomé.
- Deixaram de se submeter à vontade de Allah, em parte porque estão seguindo líderes que são, eles próprios, falsos muçulmanos e fantoches do Ocidente, mas também porque foram corrompidos pelos valores heréticos dos infieis.
- Em consequência, não há um verdadeiro Estado islâmico na atualidade, apenas fingimento e falsidade.
- A resposta é um retorno a Allah e o restabelecimento de sua soberania na Terra mediante a recriação de seu califado teocrático em uma jihad.

Para Qutb, ser muçulmano não era um exercício pessoal, teórico ou individualista. Um indivíduo só poderia ser um verdadeiro muçulmano se participasse da erradicação do infiel e de todas as suas influências e fosse parte integrante de uma guerra que trouxesse o império de volta.



Osama Bin Laden (à esquerda), acompanhado de seu assessor e intérprete, o doutor Ayman al-Zawahiri (à direita), durante uma entrevista com o jornalista paquistanês Hamid Mir, em Cabul, 08 Nov 11. Após a morte de Bin Laden, Zawahiri assumiu o papel de principal líder da Al Qaeda. (Foto cedida pela Wikipedia)

## Zawahiri: Uma Superpotência Já Foi, Falta a Outra

Zawahiri, que hoje comanda a Al Qaeda — após Bin Laden ser eliminado na missão de operações especiais em Abbottabad, no Paquistão —, também tem contribuído de maneira significativa para o cânone da estratégia jihadista; mais, na verdade, que seu antigo chefe.

Um cirurgião egípcio oriundo de uma importante família do Cairo, Zawahiri também fazia parte da Irmandade Muçulmana, como Qutb, mas se tornou, mais tarde, um dos líderes do grupo terrorista Jihad Islâmica Egípcia. Preso e encarcerado pelas autoridades egípcias por suas crenças extremistas e sua meta pessoal de derrubar o governo egípcio, Zawahiri foi libertado, posteriormente, e acabou indo para o Paquistão durante a jihad antissoviética dos anos 80, onde usou seus conhecimentos médicos para tratar dos *mujahedins* feridos em combate contra os russos.

No Paquistão, Zawahiri acabou conhecendo Bin Laden e mergulhando ainda mais no mundo dos “*mujahedins* árabes”, passando a integrar o Escritório de Serviços Árabes (MAK, a partir do nome em árabe). Depois que o chefe do MAK, Abdullah Azzam, foi morto, em 1989, e Bin Laden assumiu o controle da organização, a ideologia puritana wahabita do saudita começou a misturar-se com as ideias de Zawahiri, influenciadas pela Irmandade Muçulmana, e, subsequentemente, o MAK se transformou na Al Qaeda (“A Base” em árabe), com Zawahiri na função de novo subcomandante de Bin Laden.

Sob o novo nome, o grupo jihadista foi redefinido, porque Bin Laden e Zawahiri lhe atribuíram uma missão global. Em vez de se concentrar, exclusivamente, em um tipo de alvo — ou invasores estrangeiros em solo muçulmano ou líderes árabes apóstatas e não islâmicos e seus governos no Oriente Médio —, *A Base* se dedicaria a ambos e, o que é mais importante para os EUA, a Al Qaeda levaria a jihad



O livro "Cavaleiros sob a Bandeira do Profeta", de Ayman al-Zawahiri, publicado pelo jornal *Asharq al-Awsat*, baseado em Londres, descreve sua visão de mundo política e religiosa. Explica qual papel um movimento jihadista global deve exercer no futuro e que os muçulmanos são responsáveis por conduzir a jihad. (Imagem cedida por The Counter Jihad Report)

capaz de abalar a estabilidade de algumas nações árabes, com assassinatos e várias ações subversivas e conspirações. Contudo, todos haviam sido limitados por seu foco estreito no infiel próximo ou inimigo apóstata. Quer fosse a tentativa por parte da Jihad Islâmica Egípcia de derrubar o governo laico no Cairo, quer fossem os grupos jihadistas combatendo os indianos "pagãos" na Caxemira, todos haviam sido limitados por seu provincianismo operacional. Sob o comando de Bin Laden e Zawahiri, tudo isso mudaria, e a Al Qaeda se transformaria na autodesignada "vanguarda" de um movimento global que acabaria chocando o mundo com a morte e destruição que foi capaz de causar na terça-feira, dia 11 de setembro de 2001.

A Al Qaeda se reorganizou, então, ao longo de três frentes:

- ◆ Exportar jihadistas para novos teatros de operações de guerrilha em todo o mundo.
- ◆ Transformar-se na "face" global da jihad em termos de propaganda.
- ◆ Estabelecer células em todo o mundo para executar ataques terroristas contra o infiel.

Nos anos 90, a Al Qaeda recrutou novos combatentes jihadistas e os enviou à Bósnia, nos Bálcãs;

para o "ventre da fera", no coração das terras infiéis. Esse avanço para dentro do "território inimigo" fez com que a Al Qaeda acabasse realizando o que nenhum outro grupo jihadista havia conseguido antes.

Desde que a Irmandade Muçulmana havia declarado, nos anos 20, que o califado tinha de ser restabelecido — à força, se necessário —, vários grupos jihadistas haviam sido fundados por todo o mundo, do Oriente Médio ao Sudeste Asiático e da África à Ásia Central. Alguns haviam tido mais êxito que outros, e a própria Irmandade havia sido

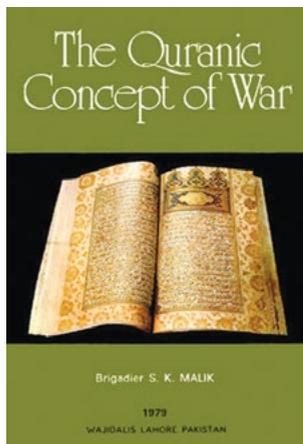
à Tchetchênia, na Rússia; à Caxemira, na Índia, e a todas as principais zonas de guerra onde muçulmanos estavam em combate contra não muçulmanos. Ao mesmo tempo, Bin Laden saiu das sombras da guerra no Afeganistão e gravou mensagens de vídeo e áudio dirigidas a um público mundial de "guerreiros santos" dispostos, transformando-se em tamanha "personalidade" da mídia internacional, que veículos como os canais CNN e ABC o entrevistaram.

Tudo isso estava acontecendo ao mesmo tempo que Bin Laden e Zawahiri recrutavam muçulmanos fundamentalistas, não apenas para se tornarem guerrilheiros, mas também para se tornarem agentes clandestinos em células terroristas infiltradas em nações infiéis ocidentais, ou nações onde houvesse uma presença infiel grande o suficiente para oferecer um ambiente rico em alvos. Em consequência de seu sucesso em estabelecer sua rede em mais de 50 países em todo o mundo, a Al Qaeda foi capaz de levar a guerra santa até o *kuffar* (infiel) repetidas vezes nos anos 90, com Bin Laden e Zawahiri sendo responsáveis ou conectados de alguma forma aos seguintes eventos:

- ◆ O primeiro ataque ao World Trade Center;
- ◆ As explosões na Embaixada dos EUA no Leste da África, em 1998;
- ◆ O bombardeio do *USS Cole* no Iêmen, em 2000.

Apesar de todos esses bem-sucedidos ataques contra os EUA durante aquela década, não estávamos preparados, como nação, nem aptos a detectar e prevenir o atentado terrorista mais mortífero da história e, assim, no dia 11 de setembro de 2001, a Al Qaeda foi alçada a uma posição de importância mundial, com a qual outros grupos jihadistas só haviam sonhado.

Durante todo esse período e especialmente após os ataques do 11 de Setembro, sempre que se falava na Al Qaeda, era Bin Laden quem atraía toda a atenção, por razões óbvias, por ele ser o líder do grupo e apresentar uma imagem que se encaixava com o estereótipo do guerreiro jihadista ascético. Esse foco em Bin Laden impediu que se reconhecesse que o mestre ideológico da Al Qaeda era, na verdade, Zawahiri. Era esse jihadista egípcio e de mais idade, que havia estudado e aperfeiçoado suas habilidades teológicas e retóricas no banco dos réus do sistema judiciário egípcio e nas prisões do Cairo, quem mais interagiria *on-line* com outros muçulmanos, para explicar e justificar a nova campanha global de terrorismo que a Al Qaeda havia iniciado. Esse



S. K. Malik, um oficial-general no Exército paquistanês, escreveu "O Conceito Corânico da Guerra", em 1979. O livro se tornou um dos tratados mais influentes sobre por que a jihad é necessária e como deve ser conduzida. O prefácio foi escrito pelo Gen Zia-ul-Haq, ex-ditador militar do Paquistão, que considerava a guerra santa e a difusão do islamismo à força uma obrigação para todos os fiéis muçulmanos. (Imagem cedida por *The Gorka Briefing*)

nas dois meses após os ataques, a obra *Knights Under the Prophet's Banner* ("Cavaleiros sob a Bandeira do Profeta", em tradução livre)—ou, mais coloquialmente, *Warriors Under the Flag of Mohammad* ("Guerreiros sob a Bandeira de Maomé", em tradução livre)—retomou temas de Qutb e Azzam, mas os reformulou para a nova era de guerra santa, em que a Al Qaeda é a "marca" jihadista mundial para o século XXI.

Em suma, o argumento de Zawahiri é que o islamismo precisa se revitalizar, com um ataque a tudo o que seja não islâmico, e que essa restauração de um estado de grandeza virá quando cada fiel empunhar a espada da jihad. Chegou a hora de cada ser humano escolher de que lado da história viverá ou morrerá. Os mujahedins árabes do Afeganistão, os fundadores da Al Qaeda, mostraram o caminho. Nos anos 80, havia duas superpotências mundiais. Uma delas, a União Soviética, foi tola o suficiente para invadir terras muçulmanas ao enviar tropas para o Afeganistão. Isso fez com que os "melhores muçulmanos" decidissem lutar em uma guerra santa contra os invasores *kuffar*. Apesar de terem um número menor de homens e armas, os

papel foi fundamental para estabelecer a "marca" Al Qaeda entre muçulmanos potencialmente receptivos por todo o mundo.

Em preparação para a reação aos ataques do 11 de Setembro e para a atenção mundial que eles gerariam, Zawahiri chegou a escrever um livro semiautobiográfico sobre sua experiência com a jihad e sobre por que havia chegado a hora em que todos teriam de escolher de que lado ficariam na guerra religiosa para pôr fim a todas as guerras. Enviada para um veículo de comunicação árabe em Londres, o jornal *Asharq al-Awsat*, que a publicou em série, *on-line*, ape-

jihadistas venceram, uma façanha que só foi possível porque estavam combatendo por Allah, e Allah possibilitou sua vitória.

Não só os mujahedins derrotaram a União Soviética no Afeganistão, dois anos depois, seu inimigo implodiu, quando a URSS se dissolveu no dia de Natal, em 1991. Hoje, no despontar de um novo século, resta apenas uma superpotência infiel, os EUA, e ela também sucumbirá à espada do Exército de Allah.

A mensagem final de "Cavaleiros sob a Bandeira do Profeta" era muito simples: Deus está do lado dos jihadistas. Sua futura vitória sobre toda falta de crença, incluindo a destruição dos EUA, é inevitável<sup>1</sup>. Os membros da raça humana têm uma simples escolha a fazer: aderirem à "Caravana da Jihad" ou serem destruídos.

## General Malik: a Guerra Contra a Alma do Infiel

Contudo, o pensador ideológico e estratégico mais importante para o movimento jihadista global na atualidade é um indivíduo do qual a maioria das pessoas, incluindo integrantes da comunidade de Inteligência norte-americana, nunca ouviu falar.

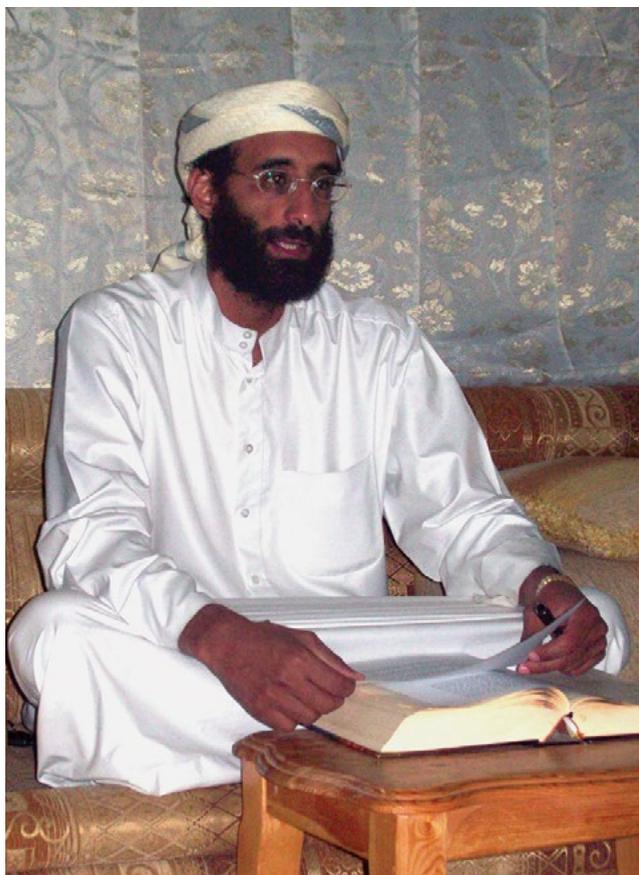
Em 1979, ao mesmo tempo que os influentes acontecimentos mencionados anteriormente se desenrolavam em Teerã, Meca e Cabul, Malik publicou um livro espantoso no Paquistão, com o título *The Quranic Concept of War* ("O Conceito Corânico da Guerra"). O livro é notável não apenas por sua conexão direta com acontecimentos posteriores, como o 11 de Setembro, e sua justificação de atos abomináveis como esse, mas também pela natureza de seu conteúdo, difícil de categorizar. Isso porque o livro não se parece com nenhuma obra estratégica dos cânones do pensamento militar ocidental.

No livro, o ex-oficial-general destrói os princípios centrais do pensamento militar ocidental, em particular, as influentes teorias de Clausewitz. Desde as notáveis campanhas de Napoleão, que foram analisadas e explicadas por Clausewitz, as academias militares e escolas de guerra ocidentais ensinam, como se fosse uma "sagrada escritura", a declaração do prussiano de que a guerra é um instrumento do Estado-nação, uma ferramenta violenta a ser empregada na promoção do interesse nacional quando todas as demais ferramentas fracassarem. Ensinamos que a guerra é apenas uma extensão da política, é a política com armas, ou, nas palavras do grande

prussiano: “é a continuação da política por outros meios”. [Extraído da tradução de *Da Guerra*, de Clausewitz, pelo CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle — N. do T.]

Entretanto, Malik vira de ponta-cabeça séculos de entendimento da guerra com seu livro, ao afirmar que ela não tem nada a ver com o Estado-nação — o qual é, de qualquer forma, um conceito herético do Ocidente infiel — ou com o serviço à nação ou objetivos políticos mundanos. Em vez disso, segundo o entendimento de Malik, a guerra serve a um único propósito: a realização da soberania de Allah aqui na Terra. Segundo o general paquistanês, toda guerra deve servir unicamente ao objetivo de recriar o califado, o império teocrático do Islã, de modo que a palavra de Allah possa reinar suprema novamente.

Em segundo lugar, também em uma negação do pensamento estratégico ocidental, Malik rejeita a



Anwar al-Awlaki, nascido nos EUA, serviu como imã e palestrante islâmico tanto nos EUA quanto no Iêmen. Sua influência persiste mesmo após sua morte em 2011, em um ataque por VANT. Seus sermões continuam a estimular a violência jihadista, tendo inspirado elementos como o Major Nidal Hasan e os irmãos Tsarnaev. (Foto cedida por Muhammad ud-Deen, Wikimedia Commons)

forma pela qual o infiel vai à guerra. Ao se aprestarem para a guerra, as Forças norte-americanas ou aliadas executam o que chamam de *Preparação de Inteligência do Campo de Batalha*<sup>2</sup>, que serve, em parte, para identificar, as chamadas “vulnerabilidades principais” ou “centros de gravidade” dentro das forças e infraestrutura do inimigo, a fim de localizar os alvos mais valiosos, os quais, se destruídos, incapacitarão o inimigo ou forçarão sua capitulação. Malik afirma que o conceito do infiel, de vários centros de gravidade ou vulnerabilidades principais na guerra, é tão enganoso quanto a ideia de que a guerra serve a fins políticos. Segundo o general paquistanês, há somente um alvo importante na guerra, que nem chega a ser físico. Na guerra, segundo Malik, sempre existe apenas um centro de gravidade: a alma do inimigo. O inimigo infiel deve ser convertido ao Islã ou aniquilado.

Por último — e vemos, aqui, a relevância desse livro para grupos como a Al Qaeda e o EI — já que o único alvo que importa é a alma do infiel, Malik conclui que a arma mais efetiva na guerra é o terror. O sistema de crenças do inimigo deve ser completamente destruído, e o terrorismo é a forma mais efetiva de realizar isso. É por isso que o 11 de Setembro foi tão importante. São os ataques suicidas extremamente simbólicos, as crucificações, as decapitações, os atentados a bombas feitas com panelas de pressão em maratonas e os vídeos de imolações que destruirão a determinação do infiel de prosseguir.

Para que ninguém pense que “O Conceito Corânico da Guerra” tenha sido obra de um oficial paquistanês radical e desiludido, cabe observar que o prefácio do livro foi escrito pelo Gen Muhammad Zia-ul-Haq, Chefe do Estado-Maior do Exército [equivalente a Comandante do Exército no Brasil — N. do T.] e Presidente do Paquistão na época. No prefácio, Zia deixou claro que a jihad pela causa de Allah “não é de domínio exclusivo do militar profissional”, ecoando a *fatwa* de Azzam, segundo a qual a guerra santa era considerada uma obrigação de todos os fiéis muçulmanos.

As obras de Qutb, Zawahiri e Malik, descritas anteriormente, têm sido encontradas em posse de alvos de alto valor, de líderes jihadistas, em todos os teatros de operações de conflitos onde esteja sendo travada uma guerra santa. As ideias desses pensadores estratégicos moldaram a visão de mundo e os objetivos da Al Qaeda, do EI e de todo grupo terrorista

jihadista hoje empenhado em recriar o califado, para que o Islã possa reinar supremo.

Contudo, quando se trata da ameaça de violência jihadista aqui nos EUA e do perigo de que militares e cidadãos norte-americanos se transformem em terroristas, há mais um indivíduo que precisamos discutir.

## **Awlaki: Deixe a Terra do Infiel ou Mate-o**

Nascido no Estado do Novo México em 1971 de pais iemenitas, Anwar al-Awlaki acabaria por se tornar o líder jihadista espiritual de toda uma nova geração de terroristas. Apelidado de “Bin Laden da internet”, Awlaki estudou teologia islâmica e se tornou o imã de uma mesquita na cidade de Falls Church, no Estado da Virgínia, antes de passar o resto de seus dias como um dos principais líderes da Al Qaeda. Foi eliminado por ordem da Casa Branca em um ataque por veículo aéreo não tripulado (*drone*) conduzido em 2011.

A importância de Awlaki — mesmo depois de sua morte, graças ao grande número de vídeos e gravações que deixou — foi o fato de aplicar seu conhecimento da cultura e sociedade dos EUA ao desafio de recrutar jovens norte-americanos para a causa da jihad, fazendo, assim, com que uma guerra santa tivesse apelo para uma geração pós-Guerra do Afeganistão.

Isso tornou-se especialmente importante depois que os ataques do 11 de Setembro provocaram uma forte resposta de segurança nacional nos EUA, fazendo com que ficasse bem mais difícil que um outro ataque semelhante fosse executado por árabes do Oriente Médio viajando com vistos norte-americanos.

Com efeito, pode-se ver a mão de Awlaki, ou sua influência, por trás dos seguintes ataques:

- ◆ O massacre do Forte Hood, onde estava em contato com o assassino, o Major Nidal Hasan;
- ◆ A tentativa de explodir a Times Square, por Faisal Shahzad;
- ◆ O plano de explodir um avião no dia de Natal, de Umar Farouk Abdulmutallab; e até
- ◆ O atentado a bomba na maratona de Boston

A importância de Awlaki foi mais bem ilustrada por seu papel ideológico e teológico no atentado a bomba de Boston. Tive a honra de servir como perito para o U.S. Attorney’s Office [com funções semelhantes, neste caso, às do Ministério Público Federal — N. do T.] na preparação para esse julgamento, que foi o mais significativo

após o 11 de Setembro até o ataque em San Bernardino, na Califórnia, em dezembro de 2015.

Na fase de preparação, concederam-me acesso aos materiais jihadistas encontrados no *hard drive* do irmão Tsarnaev que sobreviveu, documentos que foram revelados durante o processo judicial e que deveriam ser leitura obrigatória para todos os que queiram entender como o terrorismo jihadista é uma ameaça concreta e presente nas ruas norte-americanas.

Tsarnaev tinha baixado vários exemplares da revista *Inspire*, da Al Qaeda, assim como uma série de gravações de palestras de Awlaki intituladas *Hereafter*, que se concentram nas recompensas que muçulmanos devotos receberão no céu quando se tornarem *shahid*, mártires pela causa do califado.

Em um dos exemplares de 2010 da revista on-line *Inspire*, Awlaki, escreve seu próprio artigo, intitulado “Shaykh Anwar’s Message to the America People and the Muslims of the West” (“Mensagem do Shaykh Anwar ao Povo Norte-Americano e aos Muçulmanos do Ocidente”, e inclui uma declaração-chave:

Eu, por exemplo, nasci nos EUA, e vivi lá durante 21 anos. Era o meu lar. Eu era um pregador do Islã envolvido no ativismo islâmico não violento. Entretanto, com a invasão norte-americana do Iraque e a contínua agressão norte-americana contra os muçulmanos, não pude conciliar morar nos EUA e ser muçulmano, e acabei chegando à conclusão de que *uma jihad contra os EUA é uma obrigação para mim, da mesma forma que é uma obrigação para todos os outros muçulmanos aptos.*

O que é mais significativo, Awlaki apresenta uma escolha bastante operacional aos muçulmanos que vivem em países não islâmicos como os EUA, uma escolha baseada no princípio de *al wala al barra*. Considerado, originalmente, apenas como uma exigência de fazer o que agrada a Allah e de rejeitar tudo de que Allah não vá gostar, Awlaki agora afirma aos muçulmanos dos EUA e do Ocidente que, na atualidade, *al wala al barra* deve ser compreendido da seguinte forma:

Aos muçulmanos dos EUA, tenho o seguinte a dizer. Como pode sua consciência permitir-lhes viver em convivência pacífica com uma nação que é responsável pela tirania e crimes cometidos contra seus irmãos e irmãs? Como podem prestar lealdade a um

governo que está comandando a guerra contra o Islã e os muçulmanos?

Portanto, este é o conselho que lhes ofereço.

*Há duas escolhas: ou a hijra [migração] ou a jihad. Ou vão embora ou lutem.* Vão embora e vivam entre muçulmanos ou fiquem para trás e lutem com sua mão, sua riqueza e sua palavra.

Convido os jovens, especificamente, para ou lutar no Ocidente ou se juntar aos irmãos nas frentes da jihad: Afeganistão, Iraque e Somália.

Awlaki foi o catalisador para alguns dos mais graves ataques e conspirações jihadistas que ocorreram em solo norte-americano após o 11 de Setembro. Sua mensagem, transmitida em mídias profissionais e atraentes, apelou aos cidadãos norte-americanos e imigrantes de um modo pelo qual as antigas e frias pregações dos líderes da Al Qaeda não haviam conseguido.

Atualmente, sua influência persiste após sua morte — da mesma forma que serviu de base para os irmãos Tsarnaev em seu ataque em Boston, quase dois anos depois que os mísseis *Hellfire* haviam eliminado Awlaki, o homem.

## Avaliação do Impacto dos Principais Teóricos Jihadistas

A mensagem de uma guerra santa está viva. Está mais forte do que nunca graças à decisão do ramo da

da antiga Al Qaeda no Iraque, de que chegou a hora do califado. O novo Estado Islâmico não vai parar até que seja destruído ou nos destrua. Não existe negociação com totalitaristas, especialmente totalitaristas religiosos que enxergam o resto do mundo como infiéis a serem convertidos, escravizados ou mortos.

Continuamos perdendo essa guerra, nesses últimos quinze anos. De forma flagrante, na verdade, com dezenas de milhares de mortos em todo o mundo em nome de Allah e, agora, em nome do novo califado do EI e seu imperador, Baghdadi.

A jihad se tornou uma ameaça a tudo o que é digno no mundo e, principalmente, para os EUA, o país que personifica os valores da liberdade individual que é tão contrária ao movimento jihadista global. O que fazer, então? Como podemos vencer? Aprendamos com as lições de nossa última guerra contra totalitaristas, a Guerra Fria, que vencemos contra o comunismo. Apliquemos a abordagem de George Kennan para entender a ameaça que enfrentamos e, então, formulemos uma resposta estratégica tão boa quanto o documento TOP SECRET NSC-68, de Paul Nitze, para destruirmos nosso inimigo [Relatório do Conselho de Segurança Nacional 68, um dos componentes da política norte-americana que deu início à Guerra Fria — N. do T.]. ■

*Sebastian Gorka, Ph.D., é Catedrático de Teoria Militar “Major General Matthew C. Horner” na Marine Corps University e presidente da firma Threat Knowledge Group. Especializado em guerra irregular e estratégia jihadista, é instrutor regular no John F. Kennedy Special Warfare Center and School, do Comando de Operações Especiais do Exército dos EUA; na Divisão de Contraterrorismo do FBI; e no Comando de Operações Especiais dos EUA. Serviu como perito junto ao Departamento de Justiça durante o julgamento relacionado às explosões na maratona de Boston.*

## Referências

1. É fascinante comparar esse tema de “inevitabilidade da vitória” com o totalitarismo marxista, que também tomava como artigo de fé o fato de que o comunismo venceria e destruiria o capitalismo e a democracia. As pessoas só precisam escolher se vão aderir ao “Paraíso dos Operários” e construí-lo ou se acabarão relegados ao “monte de cinzas da história”.

2. Nos últimos anos, a expressão “Preparação de Inteligência do Campo de Batalha” tornou-se vítima da onda politicamente correta dentro do Pentágono. Hoje em dia, é mais frequentemente

substituída pela nova expressão oficial: “Preparação de Inteligência do Ambiente”, para que ninguém fique com a impressão de que estejamos realmente em guerra.

Aconteceu algo muito parecido quando disseram aos nossos profissionais da guerra da informação no Forte Bragg que eles deixariam de executar Operações Psicológicas contra nossos inimigos para, em vez disso, conduzirem Operações de Apoio à Informação.

Sejam bem-vindos ao mundo da “Alice no País das Maravilhas”, de eufemismos em um tempo de guerra.



Um policial egípcio barbado entoava *slogans* e segura o Alcorão durante um protesto muçulmano salafista em apoio aos policiais de barba — que haviam sido impedidos de trabalhar no Ministério do Interior — diante do Palácio Presidencial Abdeen, no centro do Cairo, Egito, em 01 Mar 13. Alguns policiais haviam sido suspensos por terem deixado a barba crescer, violando os regulamentos antimuçulmanos promulgados por Hosni Mubarak antes de sua remoção em 2011. Enquanto os policiais afirmaram estarem sofrendo discriminação por causa de sua religião, os que apoiavam os regulamentos se opunham ao que consideravam uma islamização da força policial. (Foto de Khalil Hamra, Associated Press)

# “Recomendar o Bem”

## A Moralidade Islâmica e por que ela Importa

Capelão (Maj) Seth H. George, Exército dos EUA

**S**ebastian Gorka afirma, acertadamente, que só será possível derrotar o Estado Islâmico (EI) se entendermos e enfraquecermos a alegada legitimidade moral de Abu Bakr al-Baghdadi<sup>1</sup>. Essa alegação de legitimidade moral de Baghdadi é semelhante à de outros grupos jihadistas, permitindo-lhes recrutar

novos militantes — às vezes a taxas espantosas<sup>2</sup>. Qual é a razão disso e há algo que se possa fazer? Para ajudar a entender qual pode ser o papel dos Estados Unidos da América (EUA) em derrotar o EI e outras organizações jihadistas, este artigo apresentará duas ideias que talvez sejam novas para a maioria dos leitores: (1) um dever

moral e legal islâmico chamado “recomendar o bem e proibir o ilícito\*” e (2) como os jihadistas criaram uma narrativa populista, usando esse dever para estabelecer sua própria legitimidade moral e legal.

Destacar a influência de *recomendar o bem e proibir o ilícito\*\** consiste em um esforço para entender o princípio básico segundo o qual as comunidades islâmicas buscam organizar a vida cívica e pessoal<sup>3</sup>. Grupos como o EI alegam ser modelos desse dever e, com isso, não só oferecem benefícios financeiros aos que decidam aderir, mas também a mais eficaz ferramenta de recrutamento disponível: uma “autêntica” identidade islâmica<sup>4</sup>.

O conceito de “recomendar o bem” (ou “ditar a retidão” — veja a N. do T. adiante) pode passar facilmente despercebido por ser um fundamento presumido da moral, da mesma forma que os ocidentais, quer sejam religiosos quer não, pressupõe a Regra de Ouro\*\*\*. Entretanto, em épocas de confusão e injustiça, o dever pode ser invocado, da mesma forma que o líder dos direitos civis Martin Luther King se apoiou na autoridade moral da Regra de Ouro para contestar a moralidade pública do *status quo*<sup>5</sup>. Assim, visionários muçulmanos também têm sido capazes de contestar a moralidade pública de seu *status quo* com reformas que alegam estarem fundamentadas no dever moral de *recomendar o bem e proibir o ilícito*.

## A Formação da Lei Islâmica e sua Promessa de Sucesso

Como o Alcorão não descreve, de maneira detalhada, como *recomendar o bem*, Maomé e seus companheiros (por volta de 610–680 d.C.), conhecidos como *salaf* ou “predecessores virtuosos”, são frequentemente citados como a “melhor das gerações”, servindo como

modelos do dever. Portanto, os primeiros estudiosos islâmicos catalogaram, minuciosamente, suas práticas e tradições, com o objetivo de determinar como viviam e tomavam decisões. Essas tradições, ou *hadith*, tornaram-se um guia prático para a vida. Em consequência, desde os primeiros estágios da *umma* (comunidade) islâmica, o dever de recomendar o bem está entremeado com todos os aspectos da vida, desde as normas que regem o sistema bancário até os preceitos da família, sendo tão fundamental que é praticamente considerado o “Sexto Pilar” do islamismo<sup>6</sup>.

Com o tempo, o Alcorão e os *hadith* se tornaram a primeira e segunda fontes da lei islâmica por estudiosos e juristas especializados conhecidos como *ulemâs*. Alguns renomados estudiosos, como os imãs Hanifa, Malik, Shafi’i e Hanbal, cujos métodos jurídicos formaram as quatro principais escolas sunitas de jurisprudência, reconheceram que havia um consenso, ou *ijma*, em torno de certas questões de fé e prática em toda a comunidade islâmica. *Ijma* tornou-se a terceira fonte da lei islâmica. As questões complexas exigiam o raciocínio interpretativo e analógico, fazendo da *qiyas* (o uso de razão e da analogia) a quarta fonte da lei islâmica<sup>7</sup>.

Durante a época áurea do Império Islâmico (do século IX ao século XII aproximadamente), os juristas desenvolveram um entendimento e método de interpretação abrangente dessas quatro fontes da lei islâmica chamado *ijtihad*, que foi aplicado a questões como acordos comerciais, guerra, tratados, disputas civis e práticas pessoais e públicas de devoção religiosa. Essa tradição, frequentemente denominada “Islã tradicional”, sobreviveu à invasão dos mongóis e se difundiu por todo o Império Otomano.

Atualmente, os extremistas islâmicos e jihadistas interpretam seus textos sagrados vinculando o sucesso dos *salaf* e a época áurea com a aplicação de trechos do Alcorão, como a Surata 3:104: “E que surja de vós uma nação que recomende o bem, dite a retidão e proíba o ilícito”<sup>8</sup> [extraído da tradução de Samir El Hayek, disponível *on-line* — N. do T.]. Um *hadith* inicial do primeiro califa, Abu Bakr, afirma: “Se seguirdes a orientação (correta) e proibirdes o que for incorreto, nenhum mal poderá vir a vós daqueles que estão em erro”<sup>9</sup>. Esses trechos e outros como eles levaram muitos muçulmanos a se perguntar: “Se essa obrigação foi um meio de sucesso para os *salaf*, por que não o seria para nós?”

[Notas do Tradutor: \*Com base na tradução de Samir El Hayek, Alcorão, disponível on-line, onde também aparece como “ditar a retidão”. Na tradução de Mansour Challita, a expressão foi traduzida por “recomendar a probidade”. As opções “ditar” ou “ordenar” são mais próximas dos verbos empregados no artigo em inglês (“command” ou “enjoin”).

\*\*Ou “ditar a retidão e proibir o ilícito” com base em outro versículo, na tradução de Samir El Hayek.

\*\*\* “Regra de Ouro. A mais famosa das máximas morais. Ela surge, no mínimo, em duas versões. A positiva ou cristã é: ‘Faça aos outros aquilo que você gostaria que fizessem a você’. A negativa ou confuciana é: ‘Nunca faça aos outros aquilo que você não gostaria que fizessem a você’. [...]” Trecho extraído de BUNGE, M. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectivas, 2002.]

## O Declínio do Procedimento Legal e a Ascensão do Dever Moral entre 1880 e 1980

Embora houvessem sido os intérpretes da lei islâmica durante séculos, os *ulemâs* perderam influência em virtude de mudanças políticas, a começar pela centralização do poder no Império Otomano e seu fim, culminando com a abolição do califado, em 1924. Outros desafios à influência dos *ulemâs* foram a ascensão do socialismo; o sucesso de Israel; a distribuição desigual da riqueza derivada do petróleo, que beneficiou, primordialmente, certas famílias abastadas; e o presumido domínio das potências ocidentais. Essas queixas são, muitas vezes, proclamadas como explicações para o terrorismo. Contudo, sob a superfície, ocorria uma reforma religiosa, na qual a autoridade dos *ulemâs* estava sendo contestada por “profetas” do dever moral, que prometiam êxito, ao mesmo tempo que plantavam as sementes do jihadismo.

Já em 1880, *ulemâs* como Muhammad Ilish (1802–1882) e outros previram que, se os ensinamentos populistas de Jamāl al-Dīn al-Afghānī (1838–1897) e Muhammad Abduh (1849–1905) fossem aceitos no lugar da autoridade tradicional do jurista para interpretar a lei islâmica, haveria uma “anarquia religiosa”, uma “guerra civil” e um “caos religioso para os muçulmanos comuns”. Ilish apontou para a ascensão de Muhammad al-Wahhab, que havia rejeitado o *consenso* dos juristas e iniciado uma jihad dentro da Arábia, como um claro exemplo. Abduh argumentou, efetivamente, que qualquer pessoa instruída tinha o direito de interpretar a lei islâmica, particularmente o Alcorão, em vez de depender de juristas especialmente treinados<sup>10</sup>. No Egito, isso gerou defensores de todo tipo de proposta, desde uma educação progressista e reformas sobre questões de gênero até os movimentos políticos islamistas e salafistas. Ironicamente, além de ataques contra a influência tradicional dos *ulemâs*, esses movimentos eram pró-europeus inicialmente.

Contudo, em meados do século XX, já estavam produzindo grupos revolucionários com potencial político.

A Irmandade Muçulmana e Sayyid Qutb (1906–1966) afirmaram que o governo de Gamal Abdel

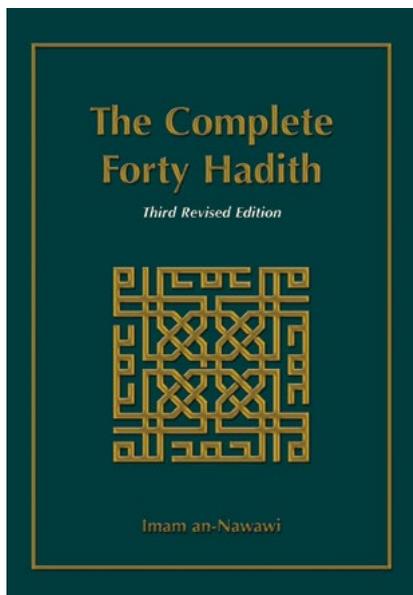
Nasser não tinha um verdadeiro compromisso com o Islã, tampouco ele vivia e governava em conformidade com o Alcorão e os *hadith*. Qutb também alegou que os *ulemâs* haviam sido “comprados” pelo governo, eram incapazes de cobrar responsabilidade das autoridades governamentais e estavam permitindo que a sociedade caísse em práticas não islâmicas, que levavam a uma ignorância do Islã. Qutb asseverou que a situação exigia uma jihad eterna pelos fiéis muçulmanos contra esses “inimigos próximos” do Islã, com base no que os *salaf* haviam feito para *recomendar o bem*<sup>11</sup>.

Embora o tom populista de Qutb não chegasse a reivindicar uma jihad violenta, Salam Faraj foi mais longe, afirmando que a jihad, em seu sentido mais completo, era um dever que estava sendo negligenciado. Sustentou que os perigos

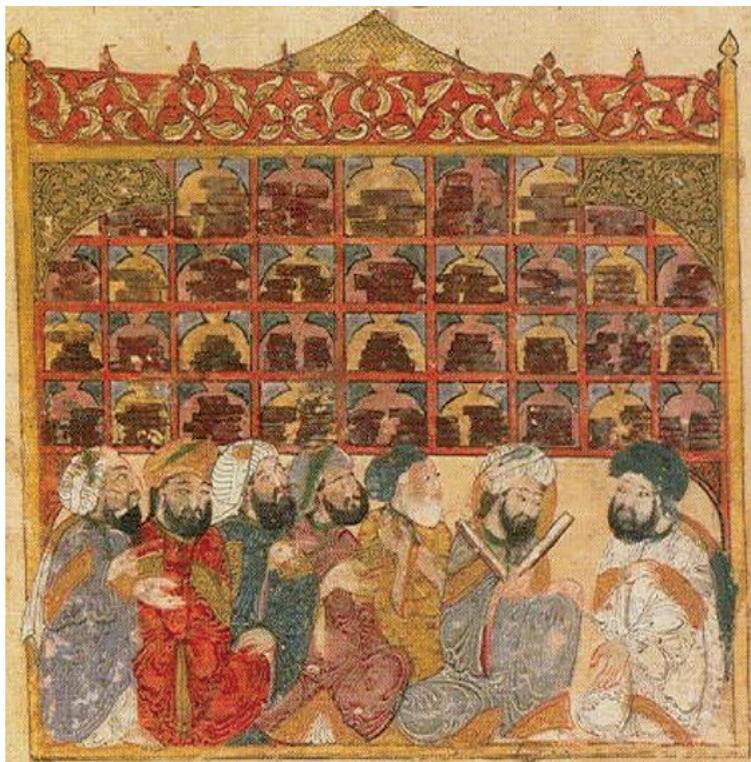
apresentados pelos dirigentes egípcios nos anos 70 eram análogos aos do domínio mongol do século XIII. Faraj justificou o assassinato de Anwar Sadat como um ato de jihad ao postular que combater o inimigo próximo deveria ser uma prioridade<sup>12</sup>.

Por não serem treinados legalmente, Qutb e Faraj foram rejeitados pelos *ulemâs* e acusados de selecionar, cuidadosamente, certos juristas e *hadith* para promover suas ideias. Contudo, a combinação do populismo de Qutb e do individualismo de Faraj estabeleceu as condições para a legitimidade moral jihadista de três maneiras. Primeiro, seus escritos continham citações do Alcorão e *hadith* e eram formulados com uma retórica exaltada para mobilizar os companheiros muçulmanos em relação a seu futuro.

Segundo, como a narrativa iniciada por Abduh e outros havia gerado grande dúvida em relação aos *ulemâs*, seus conhecimentos jurídicos deixaram de ser considerados inquestionáveis, passando a ser vistos como uma



Versão em inglês de uma coletânea de ditos e ações de Maomé e seus companheiros, utilizada juntamente com o Alcorão para guiar a jurisprudência islâmica. Essas coletâneas são intituladas *Hadith*. Das muitas coletâneas diferentes de *Hadith*, a do Imã an-Nawawi, ilustrada acima, é uma das mais famosas e duradouras.



Os estudiosos islâmicos em uma biblioteca Abbasid. Ilustração de Maqamat de al-Hariri por Yahyá al-Wasiti, Bagdá, 1237. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

tradição artificial apoiada em métodos antiquados e rígidos de *ijma* e *qiyas*. Esta última observação se devia, em parte, a uma narrativa que havia sido criada pelos ulemás tradicionais durante o século XIX, com o intuito de impedir que Abduh e seus alunos reinterpretassem a lei islâmica. Entretanto, essa estratégia fracassou e, em vez de conservar o papel de juristas especialmente treinados, ela contribuiu para sua marginalização<sup>13</sup>.

Finalmente, com o enfraquecimento dos ulemás e de sua abordagem em relação à lei islâmica, esses reformadores leigos formularam seus argumentos com base na essência moral da lei, no dever sagrado de *recomendar o bem e proibir o ilícito*. Ao se dedicarem a esse dever diligentemente, as promessas do Islã seriam realizadas e a honra perdida da *umma*, recuperada.

Esse apelo à moralidade, aliado a correntes de mudança política, irrompeu no Irã com a Revolução Islâmica de 1979 e Ruhollah Khomeini (1902-1989), que estimulou a revolução xiita, afirmando que ele seria um “jurista justo”:

O poder sobre vocês vale ainda menos aos meus olhos, salvo por isto: ao governá-los e comandá-los, talvez possa estabelecer o

“correto”, isto é, as leis e instituições do Islã, e “destruir o incorreto”, isto é, todas as leis e instituições inadmissíveis e opressoras<sup>14</sup>.

A ascensão do Hamas sobre a entidade Organização para a Libertação da Palestina, mais laica, também reflete a tendência à moralidade islâmica. O comentário inicial do Estatuto do Hamas foi extraído diretamente do Alcorão 3:110:

Em nome de Deus [Allah], o Clemente o Misericordioso. [...] Sois a melhor nação que surgiu na humanidade, porque recomendais o bem, proibis o ilícito e credes em Deus. Se os adeptos do Livro cressem, melhor seria para eles. Entre eles há fiéis; porém, a sua maioria é depravada<sup>15</sup>. [Trecho extraído da tradução de Samir El Hayek, disponível *on-line* — N. do T.].

O assassinato de Sadat em 1981 pela Organização Jihad e al-Jama'at al-Islamiyya [ou Gamaa al-Islamiyya] levou a uma campanha violenta para salvar os muçulmanos dos “inimigos próximos” por meio dos princípios de jihad e *hisbah*, isto é, os que *recomendam o bem e proíbem o ilícito*<sup>16</sup>. Osama Bin Laden queixou-se:

O regime saudita impôs às pessoas uma vida sem encanto para o crente livre. Queriam que as pessoas comessem e bebessem e celebrassem o louvor a Deus, mas se as pessoas quisessem incentivar a retidão e proibir o ilícito [um dever que lhes é imposto pelo Alcorão], não podiam. Ao contrário, o regime os demite de seus empregos e [...] eles são detidos em prisões. Rejeitei viver essa vida submissa [...] Vi-me obrigado [...] a executar uma pequena parte do meu dever<sup>17</sup>.

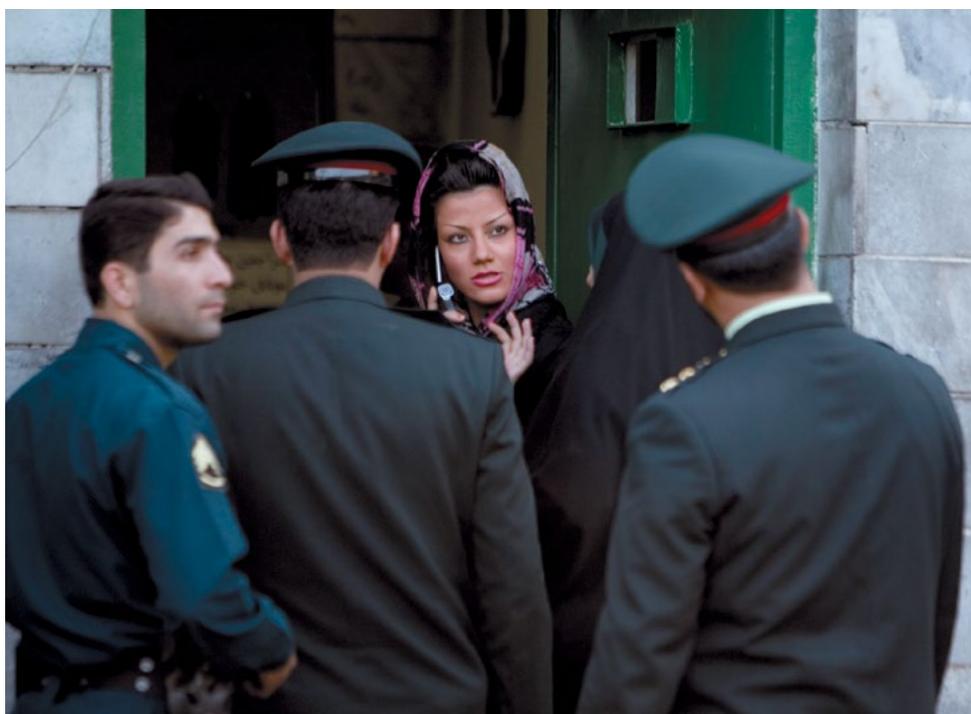
## A Vida segundo a Nova Narrativa Moral

Os jihadistas que *recomendam o bem* atualmente são poderosos recrutadores meramente por viver em conformidade com *hadith* como este: “Quem dentre vós presenciar uma má ação, que a mude com as suas mãos; se não puder, que o faça com suas palavras; se também não puder, que o faça com o coração, sendo que esta é a mostra mais débil da fé”<sup>18</sup> [trecho extraído de Abu

Zakaria An-Nawawi, *Os Quarenta Hadith (Ditos)*, tradução para o português de Rodrigo Abu Abdurrahman — N. do T.]. Esse *hadith* representa uma abordagem sensata em relação à moralidade pessoal e pública, mas também confere liberdade para uma aplicação benevolente de *recomendar o bem* pela maioria dos juristas. Contudo, os jihadistas rejeitam essa liberdade em prol de sua própria interpretação, que transforma o uso das mãos em uma ideologia rígida de *hisbah* aplicada a todas as esferas da vida, especialmente a devoção religiosa pública<sup>19</sup>. Essa é a base ideológica para a legitimidade moral de Baghdadi.

Os que tentam restringir *recomendar o bem* à devoção religiosa pessoal, ou a jihad a uma luta espiritual interior, mas não corroboram suas perspectivas com evidências de todas as quatro fontes da lei islâmica, não podem sustentar seus argumentos diante de alguém como Baghdadi, que é bastante versado nessa narrativa legal e moral.

A declaração de um califado é uma outra expressão do “recomendar o bem”, sendo uma convocação ao espírito de devoção religiosa que tem atraído milhares de recrutas à participação como advogados, servidores públicos, militares e, mais notadamente, *hisbah* — a polícia moral, que proíbe o ilícito. Basta assistir ao vídeo “The Jihadist Next Door” (“O Vizinho Jihadista”, em tradução livre) para perceber seu apelo na Grã-Bretanha ou o documentário “ISIS VICE News” para constatar que, segundo sua imagem pública, o EI está empenhado em um programa social abrangente de *recomendar o bem*, em que a modéstia e o respeito às mulheres são incentivados e atividades como a especulação de preços e a mistura de água com gasolina são monitoradas e proibidas<sup>20</sup>. Além disso, os líderes do EI se submetem às decisões dos tribunais islâmicos, tendo



A polícia iraniana interroga mulher suspeita de violar as restrições dos códigos de vestimenta islâmicos, em uma delegacia no leste de Teerã, Irã, 23 Abr 07. A polícia iraniana, incumbida de impor as leis de moralidade iranianas relativas às vestimentas, normalmente toma medidas severas em relação aos trajes das mulheres antes do verão, quando o grande aumento da temperatura faz com que muitas se sintam tentadas a desobedecer ao rígido código de vestimenta islâmico. (Foto de Morteza Nikoubazl, Reuters)

punido aqueles que o governo sírio se recusou a punir<sup>21</sup>. Isso tem um amplo apelo por fazer aparentar que todos estão sujeitos à lei. O jornalista Jurgen Todenhofer observou que o EI está atraindo recrutas que são “vencedores” em suas respectivas comunidades, e não “perdedores” ou “fracassados”<sup>22</sup>. Além disso, os que estiverem dispostos a combater e morrer como mártires são celebrados como *hisbah*, isto é, os que morreram recomendando o bem e proibindo o ilícito<sup>23</sup>.

## A Resposta dos Ulemás

Depois que Salam Faraj assassinou Anwar Sadat e descreveu a jihad como um dever que estava sendo negligenciado, o *Mufti* Jad al-Haq, da Universidade Al-Azhar, descreveu o papel tradicional dos juristas em um tom correto, mas com pouca aceitação: “A devoção religiosa é para todos os muçulmanos, mas a [interpretação da] religião e decretar seus preceitos e o que é lícito e o que é proibido cabem às pessoas especializadas nisso”<sup>24</sup>.

A “Mensagem de Amã”, escrita pelos estudiosos tradicionais da Jordânia, respondeu aos jihadistas com o seguinte texto como parte de seu comentário inicial:

Essa mensagem magnânima que o Criador — grande em Seu poder — revelou ao iletrado Profeta Maomé — que a paz e bênçãos de Deus estejam sobre ele, e que foi levada adiante por seus sucessores e pelos membros de sua família depois dele, é um discurso de fraternidade, humanidade e uma religião que abrange toda a atividade humana. Declara a verdade diretamente, recomenda o bem, proíbe o ilícito, honra o ser humano e aceita os outros<sup>25</sup>.

A “Carta Aberta a Baghdadi”, escrita por um grupo variado de acadêmicos de todo o Oriente Médio, contesta as ações do EI e alega que seu uso de *hisbah* é coação e agressão.

Os estudiosos apresentam seu argumento item por item, saturando a “Carta Aberta” com palavras que determinam “isso é proibido”. Sob o cabeçalho “Coação e Compulsão”, os autores afirmam:

Em Al-Raqqa, Deir el-Zor e outras áreas sob seu controle, grupos armados que se denominam “al-hisbah” fazem rondas, repreendendo as pessoas como se houvessem sido incumbidos por Deus de executar seus mandamentos. Contudo, nem um único integrante dos Companheiros [de Maomé] fez isso. Isso não é recomendar o bem e o honrado e proibir o ilícito; ao contrário, é coação, agressão e intimidação constante e aleatória<sup>26</sup>.

Essas assertivas são mais que refutações de uma moralidade jihadista. São, com efeito, um apelo à mesma moralidade islâmica por legitimidade. Apoiam-se na crença teológica de que é Allah quem convoca os muçulmanos a “recomendar o bem” como um meio de transcender as rivalidades políticas, e não como um método de interpretação que um grupo possa reivindicar exclusivamente. É extremamente importante reconhecer isso. Visto que as regras estão fundamentadas na religião, a missão de governar é sagrada. Tanto os jihadistas quanto os estudiosos compartilham essa convicção, sendo uma importante distinção o fato de que, atualmente, a maioria dos estudiosos crê que a lei islâmica não requer um califado, mas aceita uma variedade de regimes de governo, como monarquias; líderes autocráticos; ou até democracias liberais (que não devem ser confundidas com democracias laicas), como no caso da Constituição

de 2014 da Tunísia. Além disso, embora a missão de governar seja sagrada, o governo não é visto como um instrumento para impor a devoção religiosa, como no caso do EI, mas como uma instituição sujeita à lei islâmica e a Allah<sup>27</sup>.

## Entender a Lei Islâmica é Algo Culturalmente Complicado

Considerando essas perspectivas sobre o governo, os EUA precisam entender como propostas relacionadas à governança são vistas pelo prisma da lei e moralidade islâmica, especialmente porque pensamos e falamos em termos de uma democracia *laica* e costumamos projetar a ideia de separação entre Igreja e Estado sobre o resto do mundo<sup>28</sup>. Khomeini advertiu seus leitores que os ocidentais tentariam privar o Islã de seu poder mediante a transformação de suas mesquitas em igrejas<sup>29</sup>. Com efeito, nossa política externa exigiu que os militares norte-americanos estabelecessem os detalhes da governança laica no terreno e, como aprendemos após várias missões, o problema são os detalhes.

Vale considerar um incidente de 2007 em Al Qaim, no Iraque, no qual uma patrulha norte-americana encontrou um jovem iraquiano enforcado em um balanço. Foi apresentado um relatório que acabou alcançando o Corpo Multinacional-Iraque (*Multi-National Corps-Iraq — MNC-I*). Um oficial do estado-maior do MNC-I contactou o planejador de Governança e Engajamentos Tribais da Província de Anbar, desejando saber o que estava sendo feito sobre esse “assassinato” e se providências estavam sendo tomadas para investigar a questão por meio dos funcionários iraquianos relevantes. O planejador explicou que se tratava, em essência, de uma questão de justiça tribal envolvendo o estupro de uma menina, desaconselhando fortemente qualquer envolvimento dos EUA. Perturbado, o oficial indagou: “Chamamos isso de Estado de Direito?”<sup>30</sup>

Supondo que uma investigação houvesse sido realizada em conformidade com o Estado de Direito, onde e como se separaria a justiça tribal das punições *tazir* (determinadas pelo juiz) e *hudud* (fixas) da lei islâmica?<sup>31</sup> Quem veria ameaçada ou validada a sua legitimidade moral? Serve como um exemplo de por que devemos estar conscientes dos princípios morais por trás da lei islâmica e permitir que nossos parceiros julguem os crimes. Nesse caso, apesar do repugnante método de punição, recomendou-se o bem e proibiu-se o ilícito.

## O Que se Pode Fazer para Enfraquecer a Legitimidade Moral dos Jihadistas?

1. A legitimidade de extremistas como os talibãs pode ser considerável quando eles proíbem práticas imorais como o recrutamento e uso de meninos dançarinos no Afeganistão. Deixar de reconhecer a moralidade por trás de certos aspectos da lei islâmica resultará na incapacidade de saber quem o povo considera como autoridades legítimas. Além disso, se hesitarmos em apoiar nossos parceiros por causa de seu compromisso com a lei islâmica (*sharia*), os extremistas e jihadistas dominarão o discurso e os ciclos de violência continuarão. Durante os anos 80 e 90, os integrantes do al-Jama'at al-Islamiyya, do Egito, realizaram *hisbah* violentamente, “com as suas mãos”. Após grande derramamento de sangue, pressão do governo egípcio e exposição à tradição mais ampla da lei islâmica, a maioria veio a entender o Islã como uma religião prática e reconheceu meios mais pacíficos de *hisbah*<sup>32</sup>.

2. O laicismo alimenta a fogueira do recrutamento jihadista e os ciclos de violência contra os “colaboradores” há anos. Precisamos estar cientes de como nossa descrição de democracias laicas pode minar os esforços de estudiosos tradicionais e de nossos parceiros entre os funcionários do governo, que necessitam de nosso apoio ao mesmo tempo que participam de diálogos políticos sobre a lei islâmica (*sharia*) e suas reformas contemporâneas.

3. O Ten Cel Brian Steed observou que, nas culturas árabes, precisamos nos concentrar em sermos provedores. Ser um provedor que oferece vários serviços

é um método cultural de estabelecer a confiança e o entendimento mútuos<sup>33</sup>. Um exemplo recente disso no nível tático é o adestramento, capacidade de transporte aéreo e operadores que fornecemos para assistir os *peshmerga* (combatentes curdos) em sua missão de libertar os prisioneiros iraquianos em outubro de 2015<sup>34</sup>. Um exemplo diplomático de longa data é a nossa missão na Península do Sinai, originada dos acordos de Camp David. Da mesma forma, em 2007, em Ramadi, os EUA adotaram uma política durante o “Despertar de Anbar”, segundo a qual os combatentes tribais que haviam atacado nossos militares seriam perdoados, se os líderes sunitas se reconciliassem com os líderes xiitas. Isso levou a uma série de negociações expressas em um linguajar moral que recomendava o bem. A combinação de ação e narrativa produziu resultados que minaram a legitimidade do EI que operava no Iraque. Abordagens como essa manterão nossos parceiros em uma posição de liderança, projetando uma visão de governança baseada em uma legitimidade moral que seja reconhecida pela população.

## Conclusão

Precisamos nos empenhar em entender e reconhecer os diálogos que nossos parceiros islâmicos vêm travando em relação a “recomendar o bem e proibir o ilícito”. Precisamos resistir à tentação de estabelecer um Estado de Direito laico separado de um entendimento específico sobre como a lei islâmica é vista dentro da área de operações. Por fim, devemos, ainda, facilitar negociações e prestar serviços para ajudar a derrotar os jihadistas de formas que permitam que nossos parceiros aumentem sua legitimidade moral. ■

O Capelão (Maj) Seth H. George, do Exército dos EUA, serve, atualmente, na 3ª Brigada de Combate Blindada, 4ª Divisão de Infantaria, no Forte Carson, Estado de Colorado. Possui títulos de mestrado pelo Seminário Sangre de Cristo e University of Kansas. George serviu em várias missões no Iraque e no Afeganistão e foi professor assistente no U.S. Army Command and General Staff College, Forte Leavenworth, Estado do Kansas.

## Referências

1. Sebastian Gorka, *The Islamic State and Information Warfare: Defeating ISIS and the Broader Global Jihadist Movement*, Threat Knowledge Group website, January 2015, p. 3,

acesso em 15 jul. 2016, <http://threatknowledge.org/wp-content/uploads/2015/11/TKG-Report-ISIS-Info-Warfare.pdf>.

2. Michael Weiss, “How I Escaped From ISIS”, The Daily Beast

website, 15 November 2015, acesso em 15 jul. 2016, <http://www.thedailybeast.com/articles/2015/11/15/confessions-of-an-isis-spy.html>.

3. Em árabe, este termo é conhecido como *amr bil ma'ruf wal-nahi 'an al-munkar*; Human Dimension Capabilities Development Task Force, "Cross-Cultural Competence: Introduction and Overview of Key Concepts", *Mission Command Center of Excellence white paper*, 8 December 2010, p. 10, acesso em 15 jul. 2016, [http://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/HDCDTF\\_WhitePaper\\_Cross-Cultural%20Competence\\_Final\\_2015\\_04\\_10\\_0.pdf](http://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/HDCDTF_WhitePaper_Cross-Cultural%20Competence_Final_2015_04_10_0.pdf).

4. Anonymous, "The Mystery of ISIS", *New Yorker*, 13 August 2015, acesso em 15 jul. 2016, <http://www.nybooks.com/articles/archives/2015/aug/13/mystery-isis/>. Um bom argumento é que não se pode reduzir a ascensão do Estado Islâmico (EI) a uma questão de economia, moralidade, nacionalismo, território ou a alguma combinação particular desses elementos; em vez disso, resta-nos uma realidade desconcertante. A tese do autor oferece uma advertência à de Gorka (mencionada adiante). O EI não constitui a totalidade do problema e, portanto, precisamos ir além dele e refletir sobre nosso grau de entendimento sobre o modelo moral e a cultura de nossos aliados.

5. Muhammad Musa Al Shareef, *Shaykh al-Islam Ibn Taymiyyah*, Youtube video, 26 January 2011, acesso em 15 jul. 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=mPOQ1PR5IiE>. Nesse vídeo fascinante, um xeque do Islã, Ibn Taymiyyah, é apresentado como um modelo de "recomendar o bem" durante o tumulto sob o domínio mongol. Durante os primeiros 25 minutos, a expressão é utilizada repetidas vezes para demonstrar o excelente caráter e convicção de Taymiyyah; Martin Luther King Jr., "Early Years", in *The Autobiography of Martin Luther King, Jr.*, ed. Clayborne Carson (New York: Warner Books, January 2001), chap. 1. Martin Luther King afirmou: "Não podemos ser verdadeiros cristãos enquanto desprezarmos os principais ensinamentos de Jesus: amor fraterno e a regra de ouro".

6. Fazlur Rahman, *Major Themes of the Qur'an* (Chicago: University of Chicago, 2009), p. 43; Abou El Fadl, *The Great Theft: Wrestling Islam from the Extremists* (New York: HarperSanFrancisco, 2005), p. 122–23.

7. Malise Ruthven, *Islam: A Very Short Introduction* (New York: Oxford University Press, 2012), p. 83.

8. Abdullah Yusuf Ali, *The Meaning of the Holy Qur'an* (Beltsville, MD: Amana Publications, 2002), 3:104, "Let there arise out of you a band of people inviting to all that is good, enjoining what is right, and forbidding what is wrong. They are the ones to attain felicity" ["E que surja de vós uma nação que recomende o bem, dite a retidão e proíba o ilícito. Esta será (uma nação) bem-aventurada" — *Alcorão*, tradução de Samir El Hayek]; At Taubah 9:111, 112 do Alcorão afirma: "Those that turn in repentance; that serve Him, and praise Him; that walk in devotion to the Cause of Allah; that bow down and prostrate themselves in prayer; that enjoin good and forbid evil; and observe the limits set by Allah. So proclaim the glad tidings to the Believers" ["Os arrependidos, os adoradores, os agradecidos, os viajantes (pela causa de Deus), os genuflexos e os prostrados são aqueles que recomendam o bem, proíbem o ilícito e se conservam dentro dos limites da lei de Deus. Anuncia aos fiéis as boas novas!" — *Alcorão*, tradução de Samir El Hayek, disponível *on-line*]; confira também o Alcorão 3:110, 7:157 e 22:41.

9. Nasiruddin Al-Khattab, trans., English Translation of

Musnad Imam Ahmad bin Hanbal, Vol. 1 (Hadith 1–1380) (Riyadh: Darussalam, 2012). Ibn Hanbal (780–855), que inspirou a escola de jurisprudência hanbalita, começa seu famoso Musnad com este hadith do primeiro califa, Abu Bakr, sobre a importância de "recomendar o bem".

10. Indira Falk Gesink, "'Chaos on the Earth': Subjective Truths versus Communal Unity in Islamic Law and the Rise of Militant Islam", *The American Historical Review* 108(3) (June 2003): p. 710–33.

11. Sayyid Qutb, *Social Justice in Islam* (New York: USA Islamic Publications International, 2000), p. 86–87.

12. Faraj Muhammad Abd al-Salam, *The Neglected Duty: The Creed of Sadat's Assassins and Islamic Resurgence in the Middle East*, trans. Johannes J. G. Jansen (New York: Macmillan, 1986), p. 55 e seguinte, p. 200. "Saiba que quando a jihad é um dever individual, não há (necessidade) de pedir permissão aos seus pais para ir embora a fim de conduzir jihad, como afirmaram os juristas; é, assim, semelhante à oração e ao jejum"; "Lutar contra o inimigo próximo é mais importante que lutar contra o inimigo distante", p. 193.

13. Gesink, "Chaos on the Earth", p. 733.

14. Imam Khomeini, *Governance of the Jurist* (Velayat-e Faqeeh): *Islamic Government*, trans. Hamid Algar (Tehran: The Institute for the Compilation and Publication of Imam Khomeini's Works, Original publication 1970), p. 36, acesso em 15 jul. 2016, [http://www.iranchamber.com/history/rkhomeini/books/velayat\\_faqeeh.pdf](http://www.iranchamber.com/history/rkhomeini/books/velayat_faqeeh.pdf).

15. Hamas Covenant, "The Covenant of the Islamic Resistance Movement–Hamas", 14 February 2006, The Middle East Media Research Institute website, acesso em 29 jul. 2016, <http://www.memri.org/report/en/0/0/0/0/0/1609.htm>.

16. Roel Meijer, "Commanding Right and Forbidding Wrong as a Principle of Social Action: The Case of the Egyptian al-Jama'at al-Islamiyya", in *Global Salafism: Islam's New Religious Movement* (London: Hurst, 2009), p. 189–220, acesso em 15 jul. 2016, [http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20090700\\_cdsp\\_global\\_salafism\\_chapter\\_8\\_meijer.pdf](http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20090700_cdsp_global_salafism_chapter_8_meijer.pdf).

17. Gesink, "Chaos on the Earth". Essa citação se deu em resposta ao encarceramento, pelo governo saudita, de estudiosos que se manifestaram contra ele.

18. Michael Cook, *Commanding the Right and Forbidding the Wrong in Islamic Thought* (2000; repr. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010), p. 33–34.

19. *Ibid.*, p. 517, p. 522. Historicamente, proibir o ilícito foi debatido como uma combinação de deveres individuais e comunitários no âmbito local que exigiam várias modalidades de emprego das mãos, fala, coração ou fé para, positivamente, "recomendar o bem", ou, negativamente, "proibir o ilícito". O caráter contemporâneo e competitivo da política organizacional no Oriente Médio levou à visão de que Estados islâmicos devem administrar esse dever com um interesse particular em "proceder com as mãos". Isso se justifica ao analisar referências dispersas ao longo da história por estudiosos como Al-Ghazzali (p. 518, p. 554), Ibn Taymiyya (p. 524) e Nawawi (p. 526).

20. Jamie Roberts, "The Jihadist Next Door", Youtube video, acesso em 11 jul. 2016, a partir de 15:30, <https://www.youtube.com/watch?v=6DsG9yQrdD4>. "Esse é um tipo de jihad para vocês, que vieram, realizando o *dawa*, recomendando o bem e proibindo o ilícito"; Vice News, "The Islamic State", Vice News website, 26 December 2014, acesso em 15 jul. 2016, <https://>

[news.vice.com/video/the-islamic-state-full-length](http://news.vice.com/video/the-islamic-state-full-length).

21. Michael Weiss, "How ISIS Picks Its Suicide Bombers", The Daily Beast website, 16 November 2015, acesso em 15 jul. 2016, <http://www.thedailybeast.com/articles/2015/11/16/how-isis-picks-its-suicide-bombers.html>; Lina Khatib, "The Islamic State's Strategy: Lasting and Expanding", Carnegie Endowment for International Peace website, 29 June 2015, 8, acesso em 15 jul. 2016, <http://carnegieendowment.org/2015/06/29/islamic-state-s-strategy-lasting-and-expanding-pub-60511>. Este artigo documenta o caso de Hasan Jazra e sua gangue, que haviam sido absolvidos por autoridades sírias em virtude de seus contatos pessoais, mas que foram executados pelo EI, para o alívio dos moradores de Raqqa.

22. Jurgen Todenhofer, "Inside ISIS: Rare access to Islamic State", CNN Video, 22 December 2014, acesso em 15 jul. 2016, <http://www.cnn.com/videos/world/2014/12/22/amanpour-exclusive-inside-isis.cnn>; Khatib, "Islamic State's Strategy", p. 21. "De certa forma, o grupo criou sua própria armadilha; recorreu à violência com tanta frequência que não pode 'desescalar' sem perder a credibilidade".

23. "Shari'ah Alone Will Rule Africa", Dabiq 8, 1436 jumada al-akhirah, 31, acesso em 15 jul. 2016, <https://azelin.files.wordpress.com/2015/03/the-islamic-state-e2809cdc481biq-magazine-8e280b3.pdf>. "Um ataque aéreo dos EUA o matou, junto a cinco de seus companheiros, na segunda-feira, 21 do mês Rabi al-Akhir. Com isso, Shaykh Abu Talhah alcançou shahadah aos 45 anos, após uma vida de jihad, *hisbah* e *dawa*. Assim o consideramos, e Allah é seu juiz. Que Allah tenha misericórdia dele e de seus companheiros de martírio".

24. Rachel Scott, "An 'official' Islamic Response to the Egyptian al-Jihad Movement", *Journal of Political Ideologies* 8(1) (2003): p. 55, acesso em 15 jul 2016, <http://www.rc.vt.edu/about-us/people/faculty/Scott.pdf>.

25. Abdullah II bin Al-Hussein, "Amman Message", Jordan Embassy—Berlin website, 9 November 2004, acesso em 15 jul. 2016, <http://www.jordanembassy.de/Amman%20Message%20English.pdf>.

26. "An Open Letter to Baghdadi", Letter to Baghdadi website, chap. 13, 2014, acesso em 15 jul. 2016, <http://www.lettertobaghdadi.com/>.

27. Estudiosos islâmicos contemporâneos afirmam que as democracias podem ser compatíveis com o Islã. Um exemplo é Al-Azhar et al., "Al-Azhar Document", declaração sobre o futuro do Egito, 20 jun. 2011. "Al-Azhar apoia o estabelecimento de um Estado moderno e democrático segundo uma constituição acordada pelos egípcios e que separa entre as autoridades estatais e suas instituições legais governantes"; Constituição de 2014 da Tunísia, tradução a partir da versão em inglês elaborada por United Nations Development Programme, Constituteproject.org website, 28 set. 2015, acesso em 18 jul. 2016, [https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia\\_2014.pdf](https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf). O Artigo 6 declara: "O Estado é o guardião da religião. Garante a liberdade de consciência e crença, o livre exercício de práticas religiosas

e a neutralidade das mesquitas e locais de culto em relação a toda instrumentalização partidária. O Estado se encarrega de disseminar os valores da moderação e tolerância e da proteção do sagrado, da proibição de todas as violações relacionadas. Também se encarrega de proibir e lutar contra pedidos de *takfir* (acusações de apostasia) e contra a incitação de violência e ódio"; George Sadek, "The Role of Islamic Law in Tunisia's Constitution and Legislation Post-Arab Spring", The Law Library of Congress website, acesso em 1 dez. 2015, <http://www.loc.gov/law/help/tunisia.php>. Os debates específicos giravam em torno do papel da lei islâmica na Constituição, a proibição contra a blasfêmia e os direitos legais e constitucionais das mulheres.

28. Gianni Martin, "The Relevance of Religion" (chap. 1) e "The Sources of Conflict" (chap. 3), *The Force of Faith: Conflict in the Abrahamic Traditions and the Impact on Military Operations in the Middle East*, Defense Language Institute Foreign Language Center DVD series, June 2010.

29. Khomeini, *Governance of the Jurist*, p. 8.

30. Kurt Ebaugh, Lt. Col., U.S. Marine Corps, reserva, conversa com o autor, jul. 2015.

31. Raj Bhala, *Understanding Islamic Law* (San Francisco: Matthew Bender, 2011), p. 1177. *Haqq adami* (direitos do homem). "Nenhuma transgressão nesta categoria é expressamente proibida por Allah no Alcorão. [...] O cometimento dessas ofensas decerto é inaceitável, e o Alcorão sugere castigos para algumas delas, notadamente, o homicídio". Parafraseando Bhala, a punição de crimes *haqq adami* é arbitrária. Dependendo da ofensa específica, o critério de aplicação cabe a uma de duas partes: (1) um *qadi* (juiz) islâmico, que pode determinar uma punição *tazir* (arbitrária) ou um castigo *hadd* (obrigatório) (multa, encarceramento ou uma combinação dos dois); ou (2) a vítima ou família da vítima, que podem utilizar *qisas* (represália legal) ou *diyya* (dinheiro de sangue); Patricio Asfura-Heim, "No Security Without Us: Tribes and Tribalism in Al Anbar Province" (Arlington, VA: CNA Analysis & Solutions, June 2014), acesso em 02 ago. 2016, <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA604289>. "Somente casos de homicídio ou graves disputas intertribais são normalmente tratados no âmbito de *'ashira* (tribal). Após a violência sectária que ocorreu em Bagdá durante a guerra civil, a grande demanda pela resolução de disputas tribais fez com que os casos mais sérios fossem resolvidos âmbito do *fakhdha* (clã).

32. Roel Meijer, "Commanding Right and Forbidding Wrong as a Principle of Social Action", p. 209–10.

33. Brian L. Steed, "Bees and Spiders: Applied Cultural Awareness and the Art of Cross-Cultural Influence" (Houston, TX: Strategic Book Publishing and Rights Co., 2014), p. 43-49.

34. Peter Cook, "Statement from Pentagon Press Secretary Peter Cook on Hostage Rescue Mission in Iraq", U.S. Department of Defense website, 22 October 2015, acesso em 28 jul. 2016, <http://www.defense.gov/News/News-Releases/News-Release-View/Article/625236/statement-from-pentagon-press-secretary-peter-cook-on-hostage-rescue-mission-in>.



O governante norte-coreano Kim Jong-un visita o canteiro de obras de um orfanato em Wonsan, na Província de Kangwon, na Coreia do Norte, 11 Fev 15. A qualidade da construção observada na foto indica os problemas enfrentados pela Coreia do Norte. (Foto cedida por Rodong Sinmun)

# O Colapso da Coreia do Norte ou a Reunificação Coreana

## A Importância da Preparação sobre a Previsão

Bryan Port

**A** Coreia é de tremenda importância para a segurança nacional e prosperidade econômica dos Estados Unidos da América (EUA). Infelizmente, a maioria dos norte-americanos não acompanha de perto os acontecimentos na Coreia, apesar dos grandes interesses em jogo — interesses que incluem a segurança de mais de 100 mil norte-americanos na Coreia do Sul (República da Coreia, ou RC), centenas de milhares de empregos norte-americanos ligados às exportações para aquele país e dezenas de bilhões de dólares nele investidos. É provável que norte-americanos perdessem suas vidas, empregos ou propriedades nas primeiras horas de um conflito na Coreia. Além disso, um conflito alteraria o equilíbrio regional de poder e teria implicações estratégicas para os EUA. O modo pelo qual os EUA participassem de um possível conflito, particularmente em relação à reunificação da Coreia, afetaria sua capacidade de conservar o papel de liderança que desempenha no nordeste da Ásia e de continuar a colher os diversos benefícios econômicos e de segurança relacionados. Os efeitos de um colapso do governo da Coreia do Norte ou da reunificação das duas Coreias seriam tão profundos que eles requerem estratégias, políticas, planos, decisões e ações voltados a preparar os EUA e a RC para protegerem seus interesses e moldarem o ambiente estratégico que se seguiria a um desses dois acontecimentos<sup>1</sup>.

A Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia, ou RPDC) representa uma grave e crescente ameaça aos interesses dos EUA. Ameaça diretamente as vidas de norte-americanos e dos cidadãos de nossos aliados; desenvolve e conduz a proliferação de armas de destruição em massa (ADM); e comete abusos sistemáticos contra os direitos humanos. A maioria dos norte-americanos está ciente dos esforços da RPDC para desenvolver armas nucleares e mísseis de longo alcance, frequentemente escutando histórias sobre seus “estranhos” governantes. Entretanto, poucos entendem a persistente ameaça militar convencional da RPDC e a destruição que poderia infligir à RC e, cada vez mais, a ameaça de ADM que ela representa para os EUA. É ainda mais difícil compreender as consequências de um colapso do governo da RPDC. Embora a possibilidade de uma grande perda de vidas norte-americanas seja menor em um cenário de colapso, de qualquer forma, ele alteraria o panorama estratégico do nordeste da Ásia e afetaria, consideravelmente, os interesses dos EUA.

A preparação para um colapso ou reunificação é mais importante do que a sua previsão. Cabe esclarecer, porém, que não estou defendendo um esforço deliberado para derrubar o regime norte-coreano. Meu foco é, ao contrário, na preparação para um colapso ou reunificação, presumindo que, em algum momento, enfrentaremos essa situação sem nenhum esforço direto para provocá-la. A preparação é fundamental devido à importância estratégica desses possíveis acontecimentos. Mesmo sem prever o momento ou as circunstâncias de um colapso ou reunificação, há muitas dimensões dessas situações que podem ser identificadas, possibilitando que envidemos esforços hoje para nos prepararmos para resolver uma crise de instabilidade no futuro.

Embora mantenham um elevado nível de prontidão, produzam planos operacionais detalhados e conduzam um rigoroso adestramento, as Forças dos EUA e da RC podem fazer mais para planejar-se e preparar-se para lidar com um colapso ou reunificação. Com milhões de vidas, trilhões de dólares e interesses nacionais vitais em jogo, é imperioso que os EUA e a RC continuem a desenvolver um entendimento comum, que possibilite a criação e implementação de estratégias, políticas e planos para lidar com um colapso que coloquem a preparação ativa em seu cerne. Os objetivos são claros: permitir a estabilização da Coreia do Norte, habilitar o povo coreano a decidir quando e como reunificar-se e capacitar os EUA e uma Coreia unificada a manter uma das alianças mais bem-sucedidas da história e, por conseguinte, possibilitar que nosso país continue a contribuir para a estabilidade regional e conserve sua influência e interesses no nordeste da Ásia.

É improvável que, em termos de pessoal e quantidade de material bélico, as Forças Armadas da RC e dos EUA tenham capacidades suficientes e pré-posicionadas à disposição para lidar com um colapso da Coreia do Norte ou uma reunificação<sup>2</sup>. Contudo, com base na experiência, doutrina e capacidades existentes, as Forças Armadas dos EUA podem dar uma forte contribuição para uma estratégia centrada em preparação dirigida pela RC. Segundo explica o documento *Army Operating Concept* (“Conceito Operativo do Exército dos EUA”, em tradução livre), como componente da Força Conjunta, o Exército conta com capacidades bem desenvolvidas para estabelecer ambientes estáveis em cenários pós-conflito ou de Estados Falidos [também conhecidos como Estados Frágeis ou Fracassados — N.



Jovens de uma fazenda coletiva na Coreia do Norte efetuam a colheita, 30 Out 12. As chuvas de outono haviam encharcado as plantações, o que pode ter dificultado o armazenamento da colheita. Os cidadãos da Coreia do Norte enfrentam a fome continuamente, o que é exacerbado pela política do país de priorizar os militares. (Foto de Devrig Velly, União Europeia)

do T.], consolidar ganhos e obter resultados sustentáveis<sup>3</sup>. Os esforços do Exército dos EUA para melhorar o desempenho de seus militares e civis ao enfrentarem situações complexas o colocam em boas condições para o êxito na preparação ou execução de operações no caso de um colapso da Coreia do Norte. Apoiadas em uma estratégia centrada em preparação dirigida pela RC, as Forças Armadas dos EUA podem desempenhar um importante papel, ainda que apenas de apoio, na estabilização da Coreia do Norte.

## Contextualização e Delimitação dos Problemas

A RPDC tem muitos problemas diferentes, mas a maioria é identificável e terá de ser enfrentada futuramente, seja por causa de uma guerra, pelo colapso do regime ou por uma reunificação pacífica. Os analistas que acompanham a Coreia do Norte podem apresentar uma lista de oportunidades e desafios relacionados a um colapso ou reunificação<sup>4</sup>. Essa lista, por sua vez, pode oferecer aos órgãos governamentais um modelo para a criação de soluções aos desafios e métodos

para o aproveitamento de oportunidades na busca de objetivos, incluindo o estabelecimento de uma paz duradoura na península, a desnuclearização e a estabilidade regional.

Há um número crescente de obras úteis para avaliar questões ligadas à instabilidade e ao possível colapso da RPDC, assim como referências que fornecem abordagens estruturadas para a preparação proativa e, caso necessário, uma resposta positiva a esses acontecimentos<sup>5</sup>. A doutrina do Exército dos EUA, apoiando-se em sua vasta experiência em operações de estabilização, oferece um modelo para o emprego de análise e preparação, ao qual se pode acrescentar conhecimentos especializados sobre a área<sup>6</sup>. Os estudos acadêmicos e as análises governamentais não sigilosas dos EUA sobre o assunto são algo relativamente recente, proporcionando informações essenciais sobre o contexto específico do país a serem sobrepostas à doutrina e à experiência do Exército dos EUA<sup>7</sup>. Coletivamente, as obras citadas anteriormente são de um valor inestimável para se compreender o contexto de um possível colapso do regime na RPDC ou da reunificação da duas Coreias e,



Agricultores trazem o milho colhido, Província de Hwanghae do Norte, Coreia do Norte, 24 Out 12. Devido à inexistência de instalações adequadas de armazenamento, a colheita fica exposta, o que pode resultar em perdas significativas e contribuir para a continuidade das condições de fome na Coreia do Norte. (Foto de Devrig Velly, União Europeia)

por conseguinte, para formular e executar uma estratégia de preparação para essas possibilidades.

## Estratégia dos “7 Ps”

Uma estratégia dos “7 Ps” [ baseada nos seguintes termos em inglês *politics*, *public (support)*, *prediction (assessment)*, *policy*, *plans*, *preparation* e *prompting (shaping)* — dimensão política, (apoio) público, previsão (avaliação), políticas, planos, preparação e estímulo (moldar) — N. do T.] coloca a aliança entre os EUA e a RC em uma melhor posição para estabilizar a Coreia do Norte e criar condições que possibilitem a reunificação e a re-integração<sup>8</sup>. Todas as sete dimensões são essenciais, mas este artigo tem como foco as políticas governamentais e a preparação. As outras dimensões podem ser utilizadas em conjunto para estimular mudanças positivas e, espera-se, estáveis na Coreia do Norte<sup>9</sup>.

A estratégia dos “7 Ps” não propõe nem exige esforços para derrubar o regime da família Kim. Ao contrário, essa estratégia é concebida, primordialmente, para

possibilitar uma rápida, efetiva e eficiente estabilização e uma potencial reunificação, no caso de uma crise de colapso que se origine internamente na Coreia do Norte. Contudo, tal estratégia talvez possa incentivar ou capacitar o regime da família Kim a implantar mudanças que reduzam a ameaça que ela representa para seus vizinhos e aumentem o bem-estar de seu próprio povo.

## A Dimensão Política e o Apoio Público

São necessários esforços concentrados, tanto nos EUA quanto na RC, voltados a gerar entendimento e apoio para uma campanha de estabilização da Coreia do Norte no caso de um colapso. Na RC, o apoio à reunificação vem enfraquecendo. A não ser por coreanos com 50 anos ou mais, nenhuma camada da sociedade sul-coreana mostra grande disposição para arcar com os custos necessários para alcançar a reunificação, e muito menos para fazer investimentos antecipados por meio de impostos ou outras medidas relevantes

para compensar os custos de tal empreendimento<sup>10</sup>. Em reação à mudança de perspectivas na sociedade da RC, a Presidente Park Geun-hye vem trabalhando para gerar um consenso sobre a reunificação<sup>11</sup>. Pesquisas com grupos de discussão indicam que os esforços de seu governo detiveram o declínio no apoio à reunificação e estimularam um diálogo mais amplo sobre a questão<sup>12</sup>. Entretanto, continua sendo difícil obter um consenso nacional; há uma tendência à aceitação de que a divisão permaneça ou, talvez, de que seja criada uma futura federação. Será necessário mais para manter, reforçar e, finalmente, converter o diálogo social em um apoio tangível à preparação proativa para um colapso ou reunificação, que, dependendo da Coreia do Norte, pode não ocorrer de uma forma que ofereça outra opção à RC além de um envolvimento direto<sup>13</sup>.

O público norte-americano representa um desafio maior em termos de sua disposição a apoiar a estabilização da Coreia do Norte, no caso de um colapso do regime, ou a apoiar a reunificação. Os norte-americanos provavelmente relutariam em apoiar o combate contra elementos remanescentes das Forças Armadas da RPDC para alcançar a estabilização ou reunificação. Para obter apoio, o governo dos EUA teria de fornecer ao povo norte-americano uma explicação convincente sobre os interesses norte-americanos em jogo no caso de um colapso do regime norte-coreano ou de uma reunificação, incluindo a necessidade de obter o controle sobre as ADM da RPDC.

## Da Previsão à Avaliação

Precisamos transcender a tendência a prever o destino do regime Kim, para, em vez disso, avaliar o que seria necessário para estabilizar a Coreia do Norte, caso ele entre em colapso, e para estabelecer as condições para a reunificação. Durante mais de duas décadas, desde a morte de Kim Il-sung, os observadores daquele país se dedicaram a prever o colapso da RPDC em detrimento de uma reflexão metódica sobre a preparação necessária para responder a uma crise de instabilidade na Coreia do Norte, muito menos uma reunificação e reintegração. A partir da morte de Kim Il-sung, o foco no colapso se intensificou em momentos-chave, incluindo a primeira crise nuclear e a onda de fome na Coreia do Norte. O resultado foram vinte anos de um “divagar” analítico: os analistas tendem a admirar o problema e o mistério que a Coreia do Norte representa,

em vez de considerar como obter avanços na busca de interesses nacionais, ou, o que seria mais nobre, como levar assistência ao sofrido povo norte-coreano.

Quando Kim Jong-un passou, efetivamente, a controlar o poder, a “indústria” de previsão do colapso da Coreia do Norte adaptou seu modo de trabalhar. A análise hoje se concentra em novas áreas, como a consolidação do poder e as relações entre as elites norte-coreanas<sup>14</sup>. Em vez de prever o momento e circunstâncias exatas do colapso do regime Kim, a maioria se contenta em afirmar que ele não pode durar para sempre<sup>15</sup>. Essa mudança facilitou a reflexão sobre como responder à instabilidade, e não apenas prevê-la. Também vem produzindo modelos analiticamente poderosos, úteis para uma efetiva preparação<sup>16</sup>.

Felizmente, não precisamos saber o momento ou natureza exatos de um colapso norte-coreano para entendermos e nos prepararmos para os desafios a ele relacionados. Não é necessário definir cada desafio em detalhe. Existe uma quantidade suficiente de objetivos, tarefas e problemas identificáveis para facilitar o planejamento deliberado [para situações hipotéticas, de contingência, segundo definição do documento JP 5-0 — N. do T.], assim como uma preparação proativa. A formulação de políticas e preparação com base nos *fatores conhecidos* nos deixará mais bem preparados para obter êxito quando surgirem, inevitavelmente, as *incógnitas*. Assim, é preciso que a previsão dê lugar à avaliação, e que o planejamento não seja um substituto para uma verdadeira preparação para a instabilidade ou reunificação. Devemos começar a estabelecer condições para o que quer que aconteça, além de melhorar a dissuasão e moldar mudanças positivas e duradouras rumo à estabilidade na Coreia do Norte.

## Como Utilizar as Políticas e a Doutrina para Criar Modelos

A doutrina militar e as políticas dos EUA fornecem um modelo para a preparação. A aplicação de conhecimentos especializados sobre a Coreia a essas políticas e doutrina capacitarão os EUA e a RC a aperfeiçoar e transcender o planejamento para iniciar os preparativos. Políticas e referências doutrinárias específicas incluem a Instrução do Departamento de Defesa 3000.05, *Operações de Estabilização* (DODI 3000.05, *Stability Operations*); Publicação Conjunta 5-0, *Planejamento Operacional Conjunto* (JP 5-0, *Joint*

*Operational Planning*); e Publicação Doutrinária do Exército, *Estabilização* (ADP 3-07, *Stability*).

O documento DODI 3000.05 estipula que as operações de estabilização são uma missão militar central dos EUA<sup>17</sup>. Afirma que civis são mais adequados para o desempenho de tarefas de estabilização, mas quando não estiverem preparados para isso, o Departamento de Defesa comandará as operações para estabelecer a segurança e controle civis, restabelecer os serviços essenciais, reparar e proteger a infraestrutura crítica e prover assistência humanitária. O Departamento de Defesa mantém o controle até que seja possível transferir as tarefas para outros órgãos dos EUA, governos estrangeiros ou organizações internacionais. Entretanto, os EUA devem fazer com que suas políticas e doutrina levem em consideração as circunstâncias especiais de um colapso da Coreia do Norte, particularmente o papel de liderança da RC.

A doutrina norte-americana de planejamento militar constante da JP 5-0 fornece uma abordagem abrangente para o planejamento de quaisquer operações, incluindo a intervenção em crises de instabilidade, desde as que tenham objetivos limitados (resolver uma crise humanitária) até as que incluam estados finais máximos (condições para a reunificação)<sup>18</sup>.

Segundo a ADP 3-07, as tarefas de estabilização são as conduzidas como parte de operações “conduzidas

Astronautas da Estação Espacial Internacional registraram essa imagem noturna da Península Coreana em 30 Jan 14. Ao contrário das imagens diurnas, as luzes urbanas à noite ilustram, de maneira acentuada, a relativa importância econômica das cidades, com base no tamanho relativo. Nessa vista direcionada ao norte, fica imediatamente óbvio que a Grande Seul é uma importante cidade e que o Porto de Gunsan (sul de Seul) é pequeno, em comparação. Há 25,6 milhões de pessoas na região metropolitana de Seul —mais da metade dos cidadãos sul-coreanos— enquanto a população de Gunsan é de 280 mil habitantes. A Coreia do Norte está quase completamente escurificada, em comparação com a Coreia do Sul e a China. A terra escurificada parece ser uma massa de água que liga o Mar Amarelo ao Mar do Japão. Sua capital, Pyongyang, parece ser uma pequena ilha, apesar de uma população de 3,26 milhões de pessoas (em 2008). A emissão de luz de Pyongyang equivale à de cidades menores na Coreia do Sul. Os litorais são, com frequência, bastante visíveis em imagens noturnas, como caso do litoral no leste da Coreia do Sul. Contudo, é difícil discernir a costa da Coreia do Norte. Essas diferenças são ilustradas pelo consumo de energia per capita nos dois países: a Coreia do Sul consome 10.162 quilowatts-horas e a Coreia do Norte, 739 quilowatts-horas. (Foto cedida pela NASA)



fora dos EUA em coordenação com outros instrumentos do poder nacional, para manter ou restabelecer um ambiente seguro e prestar serviços governamentais essenciais, reconstrução emergencial de infraestrutura e ajuda humanitária”<sup>19</sup>. As principais tarefas de estabilização são: estabelecer a segurança e o controle civis; restabelecer os serviços essenciais; apoiar a governança; e apoiar o desenvolvimento econômico e



de infraestrutura<sup>20</sup>. Essas tarefas são elementos importantes em um modelo que guie a preparação para um colapso norte-coreano ou uma reunificação coreana.

### **Decisões Cruciais sobre Políticas**

As políticas dos EUA e da RC relacionadas à Coreia do Norte são, fundamentalmente, acertadas, mas profundamente incompletas. A RC e os EUA têm posições

claras quanto à desnuclearização da Coreia do Norte, à resposta a uma agressão militar norte-coreana e à necessidade de que a RPDC respeite os direitos humanos. Infelizmente, são necessárias diretrizes mais detalhadas para possibilitar a preparação proativa para lidar com situações de colapso ou reunificação.

É preciso, também, que as políticas estabeleçam condições para reduzir ou eliminar, de maneira proativa,



fontes de instabilidade, antes de uma crise que leve a RC e os EUA a intervir, e para influenciar a RPDC, de modo que ela adote uma abordagem responsável. Faz-se necessário estabelecer políticas que nos permitam oferecer uma visão de um futuro positivo para a maioria dos norte-coreanos. Isso não quer dizer, por exemplo, que a RC precise de um código civil e de um código penal já com todos os detalhes para uma Coreia reunificada ou de conjuntos análogos de políticas em outros campos, como o da educação. Em vez disso, precisamos de diretrizes que ofereçam aos norte-coreanos,

individual e coletivamente, um sentido de perspectivas em uma Coreia transformada ou reunificada, e o que devem ou não fazer para concretizar essas oportunidades. Assim, tais diretrizes proporcionariam uma boa plataforma de planejamento e preparação para guiar as Forças Armadas quanto à maneira de se relacionarem com os norte-coreanos no caso de uma intervenção.

As políticas em jogo estão fora da esfera de decisão das Forças Armadas, mas as questões em pauta têm um impacto crucial no planejamento e na condução de operações militares. Algumas dessas questões são,



Militares da República da Coreia montam guarda na Área de Segurança Conjunta entre a Coreia do Norte e Coreia do Sul, 24 Jun 08. Localizada na hoje desocupada aldeia de Panmunjom, Província de Hwanghae do Norte, Coreia do Norte, na Zona Desmilitarizada Coreana, a Área de Segurança Conjunta é utilizada por ambos os países para engajamentos diplomáticos. É a única parte da Zona Desmilitarizada onde as Forças da Coreia do Norte e as da Coreia do Sul ficam frente a frente. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

entre outras: justiça de transição, salários e pensões para ex-funcionários públicos e militares, direitos de propriedade, problemas macroeconômicos (ex.:

alienação da moeda norte-coreana, o *won*) e política educacional (incluindo o desenvolvimento de currículos e o credenciamento profissional). Decisões em áreas como essas capacitarão as Forças Armadas a planejar, adestrar e alocar recursos com bastante antecedência a uma crise. Elas são responsáveis por fornecer o melhor assessoramento militar aos dirigentes civis e por obter uma ideia mais clara de como os dirigentes políticos pretendem proceder. Uma comunicação coletivamente clara entre autoridades militares e civis sobre questões relacionadas às políticas capacitará as Forças Armadas a otimizarem os esforços para facilitar uma transição suave de uma operação comandada por militares para uma chefiada por civis.

Políticas sobre esses tipos de problema podem ser utilizadas para diminuir o alcance, a intensidade e a duração da violência e da resistência durante operações de estabilização. O que é ainda melhor: elas podem aumentar a probabilidade de se obter o apoio popular — na Coreia do Norte e na RC, nos EUA e na comunidade internacional. As diretrizes relacionadas às políticas em cada uma dessas áreas capacitarão as Forças Armadas a cooptar, ou pelo menos neutralizar de maneira não militar, elementos significativos das Forças militares e de segurança da RPDC. Por sua vez, isso poderá diminuir as necessidades relativas a recursos e o risco estratégico associado à estabilização da Coreia do Norte.

Será necessário tomar decisões desse tipo em algum momento, independentemente de como a mudança ocorrer na Coreia do Norte. Se tomadas antes, essas decisões podem mostrar-se úteis na dissuasão, resposta à agressão, configuração estratégica e geração de consenso internacional. A chave é evitar perder oportunidades para se preparar e lidar com mudanças súbitas devido à inexistência de decisões e diretrizes relacionadas a políticas.

## Das Políticas ao Planejamento

Munidos de diretrizes baseadas nas políticas, as Forças Armadas poderão conduzir melhor o planejamento deliberado sobre como responder a um colapso da Coreia do Norte. O planejamento deliberado colocará em relevo questões atualmente ocultas, mas que, caso tratadas inadequadamente, poderiam estimular uma resistência prolongada na Coreia do Norte ou exacerbar uma crise humanitária já grave. Por exemplo, algumas das primeiras áreas que, provavelmente,

passariam para o controle da RC ou da aliança entre ela e os EUA incluem a Província de Hwanghae, na Coreia do Norte — fértil região agrícola. A incapacidade de reabilitar a agricultura rapidamente no caso de um colapso da Coreia do Norte poderia custar a legitimidade à RC e à aliança entre EUA e RC e colocar uma população já vulnerável em maior risco de desnutrição ou fome. O êxito em esforços de desenvolvimento econômico e de infraestrutura no início de uma crise nas primeiras áreas que passem para o controle da RC ou da aliança EUA-RC incentivaria os norte-coreanos em outras regiões do país a serem mais flexíveis, se não cooperativos.

Ao entenderem, com maior precisão, os desafios e oportunidades e sabendo que a maior parte das forças terrestres serão da RC, os EUA estarão mais aptos a identificar e preparar-se para contribuir com multiplicadores do poder de combate específicos ou de estabilização. Áreas específicas a serem consideradas incluem, entre outras: comando, controle, comunicações e computadores; Inteligência de imagens; mobilidade; logística; medicina militar; autoridade policial e justiça militares; e engenharia militar. Adestramos nossas forças para atender aos requisitos de nossos planos. Portanto, mudanças no planejamento terão implicações significativas para o adestramento, prontidão e recursos. Considerando que o adestramento gera a prontidão, essas mudanças em nossos planos levarão a uma melhor preparação.

## **Do Planejamento à Preparação**

Há muita coisa que as Forças Armadas dos EUA podem fazer para se preparar para os desafios de possíveis operações de estabilização na Coreia do Norte. Contudo, isso requer visão, liderança, recursos e a aceitação de riscos. Não é uma tarefa fácil convencer o povo norte-americano ou sul-coreano a investir recursos hoje para um acontecimento que, na opinião de alguns, nunca ocorrerá e que não pode ser previsto com precisão. Essa tarefa se torna ainda mais árdua quando se consideram as outras prioridades e desafios que cada nação enfrenta atualmente. Para complicar a situação, iniciativas de preparação ativa poderiam provocar uma reação adversa da Coreia do Norte, mesmo quando expressamente comunicadas e executadas como sendo desprovidas de qualquer intenção de pôr fim ao regime Kim. Além disso, muito do que pode ser

feito na atualidade não faz parte do campo de ação das Forças Armadas<sup>21</sup>. Contudo, apesar das limitações e restrições, há preparativos que as Forças Armadas dos EUA podem realizar.

Podem utilizar uma plataforma de preparação para reforçar a cooperação interagências. Retomando o exemplo anterior sobre a Província de Hwanghae, as Forças Armadas da RC e dos EUA poderiam consultar especialistas em agricultura a fim de obter ideias sobre as ações iniciais necessárias para reabilitar o setor agrícola da Coreia do Norte, incluindo a identificação de um quadro de especialistas que estejam dispostos a participar do avanço inicial de uma operação de estabilização. Esse quadro se encarregaria de avaliar, organizar e administrar os recursos e as operações para impedir que a Coreia do Norte perdesse o período de plantio devido a um conflito e garantir um rendimento produtivo dentro do prazo de um ano.

Os EUA e a RC também poderiam explorar melhor os desertores. Fala-se muito na quantidade de desertores norte-coreanos que atualmente vivem na RC, e alguns tendem a descartar seu valor para fins de Inteligência, quanto mais seu valor em um esforço para levar estabilidade ao norte. Ainda que incapazes de localizar com precisão as armas nucleares norte-coreanas ou nos permitir vislumbrar os pensamentos íntimos e os monólogos de Kim Jong-un, os desertores das áreas e profissões em questão podem representar um recurso valioso para entender as necessidades que a RC, os EUA e a comunidade internacional enfrentarão na esteira de um colapso da Coreia do Norte.

As Forças Armadas dos EUA podem assessorar e propor providências militares e não militares que envolvam a comunidade internacional, particularmente os Estados contribuintes do Comando das Nações Unidas na Coreia. Mesmo que o assessoramento e propostas resultem apenas em um entendimento comum e maior exatidão no planejamento, ficaremos mais bem preparados para responder a uma crise de instabilidade. Muitos dos países que contribuem com o Comando das Nações Unidas provavelmente desejarão contribuir com os esforços para gerar estabilidade e uma paz duradoura na península coreana. Os EUA podem auxiliar na mobilização e organização desses esforços de um modo que seja aceitável para a RC.

Além disso, os EUA não têm explorado

suficientemente nossos sistemas de ensino profissional militar e de educação civil. Dentro das instituições educacionais do Departamento de Defesa, podemos programar uma instrução aplicável, geral e diretamente, a contingências norte-coreanas, a fim de aumentar a capacidade de nossos profissionais militares para ter êxito nas condições incertas e complexas que decerto caracterizarão uma crise de instabilidade na Coreia do Norte<sup>22</sup>. O Exército dos EUA é bastante adequado nesse sentido, com experiências recentes e profundas em desafios de estabilização incorporados na doutrina e aplicados no adestramento<sup>23</sup>. Conta com a capacidade de realizar o trabalho conceitual necessário para obter êxito ao enfrentar uma crise de instabilidade na Coreia do Norte. Sendo um dos componentes principais do sistema de ensino militar, a Army University (Universidade do Exército) representa um passo significativo para assegurar que o Exército dos EUA não só conserve, como também aumente sua vantagem competitiva em criatividade e inovação, conforme operacionalizada por meio do Comando de Missão<sup>24</sup>.

O estabelecimento de redes de contatos, parcerias e coalizões e a interação com elas são um outro ponto forte das Forças Armadas dos EUA. O Exército deve aumentar o foco na preparação de profissionais em áreas-chave relacionadas a questões coreanas, particularmente a instabilidade norte-coreana. Isso inclui oficiais especializados na área de serviço exterior, em relações internacionais e em assuntos civis e militares da área de operações de apoio à informação. O desenvolvimento de nosso capital humano e as iniciativas para estimular redes utilizando nossos talentos profissionais gerarão lucros na adaptação às condições complexas e mutáveis que eles enfrentarão no caso de um colapso da Coreia do Norte.

## **Produção de uma Mudança Positiva e Estável**

Existe uma linha tênue entre preparar-se para uma mudança e provocá-la. Embora nossa intenção possa ser provocar uma mudança positiva e estável, seus “beneficiários” talvez não a enxerguem dessa forma. O acúmulo de ações preparatórias ao longo do tempo pode ser percebido não como uma série de esforços para nos posicionarmos para um possível futuro, mas como uma tentativa deliberada de ocasionar a mudança de regime. São necessárias comunicações

estratégicas e fortes parcerias internacionais para aumentar a probabilidade de que ações preparatórias não levem a uma situação em que a Coreia do Norte parta para o ataque.

Existe, também, o potencial de transcender a preparação, utilizando ações preparatórias em uma modalidade de “dissuadir e moldar”. Muitas das medidas discutidas anteriormente podem ser empregadas dessa forma, incluindo a determinação de políticas que forneçam futuros alternativos claros e positivos para a maioria dos norte-coreanos, sem que sejam feitos esforços concentrados para aplicar tais políticas antes de uma crise. Também podemos envolver a população norte-coreana com informações práticas, que possam ser usadas para melhorar sua vida cotidiana e torná-la mais bem preparada para lidar com mudanças súbitas. Por exemplo, poderíamos fornecer informações sobre medicina preventiva ou engenharia civil. Isso também aumentaria a credibilidade dos canais que utilizássemos para transmitir as informações. Os investimentos em moldar a situação têm o potencial de levar a Coreia do Norte a efetuar mudanças internamente de maneira estável; de atenuar as dificuldades encontradas, caso o colapso ocorra; e de consolidar a perspectiva de uma aliança entre os EUA e uma Coreia unificada.

## **Conquistando a Paz: Uma Aliança entre os EUA e uma Coreia Unificada**

Conforme observado anteriormente, nossos esforços para nos prepararmos para uma possível instabilidade na Coreia do Norte são insuficientes, colocando em risco milhões de vidas, trilhões de dólares e interesses vitais. Além disso, a forma pela qual os EUA responderem a uma crise terá um tremendo impacto sobre sua futura posição na região e em outras partes do mundo. Caso os coreanos considerem que os EUA não tenham cumprido seus compromissos ou caso a forma pela qual atue leve outros a questionarem sua disposição ou capacidade para a ação em outras partes do mundo, sua habilidade para influenciar e moldar o ambiente estratégico sofrerá um grande golpe. Uma estratégia dos “7 Ps” que priorize a preparação e estabeleça condições para esforços mais deliberados de moldar a situação apresenta a melhor perspectiva para assegurar nosso bom desempenho em uma crise de instabilidade e, por extensão, preservar a aliança entre os EUA e a RC e as opções e liderança norte-americana na região.

As opiniões expressas neste artigo são do autor e não refletem a política ou posição oficiais do Departamento de

Defesa ou de qualquer outro departamento ou órgão do Governo dos EUA. ■

Bryan Port é o Diretor de Estratégia nas Forças dos EUA na Coreia, Comando das Forças Combinadas e Comando das Nações Unidas, em Seul, Coreia. Serviu em funções de comando e estado-maior como militar e como funcionário civil do Exército dos EUA na Coreia do Sul, no Iraque, no Afeganistão e nos EUA. É mestre em Estudos sobre Segurança Nacional pela Georgetown University. Sua formação profissional inclui o estudo do idioma coreano no Defense Language Institute em Monterey, Califórnia, e na Yonsei University, em Seul, na Coreia.

## Referências

1. Muitos dedicaram um tempo considerável à discussão dessas questões com o autor. Por seus conselhos e orientações, quero expressar minha gratidão a Bruce Bennett, da RAND Corporation, e a muitos oficiais atualmente na ativa e funcionários civis dos EUA e da República da Coreia (RC), incluindo Ken Gause, Gen Div Chun In-bum, Dan Pinkston e Peter Beck.

2. Atribuo esta ideia — por não termos assistido a uma grande guerra no território de uma nação industrializada e avançada desde a Segunda Guerra Mundial — a Kwon Go-Hoon, da firma Goldman Sachs, que fez essa observação durante uma conversa que tivemos em Seul, em 2013. Apesar das capacidades das Forças Armadas da RC, a gravidade e a extensão de um colapso fariam com que fosse provável que ela quisesse e precisasse de assistência. Embora as tarefas de estabilização sejam intensivas em mão de obra, a RC seria capaz de lhes dedicar poucos recursos, caso suas forças estejam desgastadas, ou de outra forma impossibilitadas, contra uma resistência em larga escala da Coreia do Norte. Além disso, está prevista uma redução de tropas nas Forças Armadas da RC.

3. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet (TP) 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept: Win in a Complex World* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 31 October 2014).

4. Bruce W. Bennett, *Preparing for the Possibility of a North Korean Collapse* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2013), acesso em 4 abr. 2016, [http://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR331.html](http://www.rand.org/pubs/research_reports/RR331.html); materials associated with the University of Southern California (USC)—Center for Strategic and International Studies (CSIS), Korean Unification Project 2010 Working Paper Series, principal investigators Victor Cha (CSIS) e David Kang (USC), acesso em 4 abr. 2016, <http://csis.org/program/korean-unification>.

5. A literatura ostensiva, governamental e não governamental, sobre a RC, muitas vezes é sujeita a críticas quanto a um ou mais aspectos, incluindo avaliações excessivamente otimistas sobre os desafios ou sobre a capacidade da RC para enfrentá-los. Outra crítica significativa diz respeito à falta de exatidão ou detalhe.

6. U.S. Army Field Manual (FM) 3-07, *Stability* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], June 2014); Army Doctrine Publication (ADP) 3-07, *Stability* (Washington, DC: U.S. GPO, 31 August 2012); Army Doctrine Reference Publication (ADRP) 3-07, *Stability* (Washington, DC: U.S. GPO, August 2012). A doutrina dos EUA sobre as operações de estabilização baseia-se

fortemente nas lições aprendidas no Iraque e no Afeganistão. Contudo, muitos coreanos reagem negativamente quando norte-americanos, ou indivíduos de outras nacionalidades, apoiam-se nas experiências naqueles dois países, afirmando que a Coreia não é como nenhum dos dois. É recomendável que aqueles que tenham responsabilidades relacionadas à preparação para uma crise na península honrem as diferenças e que os críticos se valham das lições aprendidas no Iraque e no Afeganistão devido às várias semelhanças, mesmo que as utilizem apenas como ponto de partida.

7. Bennett, *North Korean Collapse*; USC-CSIS, Korean Unification.

8. Estabeleço uma clara distinção entre “moldar” e “mudar” o regime. Moldar visa a alterar a forma pela qual o regime pensa, decide e age, ao contrário de mudar o regime, que se concentra em substituir todas as principais autoridades e em modificar, fundamentalmente, a estrutura política da Coreia do Norte.

9. Reconheço os colegas do Comando dos EUA no Pacífico pelo trabalho que realizaram sobre um conceito para uma “mudança estável”.

10. Em 2010, o então Presidente Lee Myung-bak propôs um imposto para angariar fundos para pagar por uma reunificação. Confira Brett Cole, “South Korea President Calls for Reunification Tax”, site Reuters online, 15 August 2010, acesso em 14 jul. 2016, <http://www.reuters.com/article/us-korea-north-tax-idUSTRE67E08K20100815>.

11. O governo Park codificou importantes conceitos sobre a Coreia do Norte no documento *New Era of Hope: National Security Strategy*, da RC, no final de 2014. See Park Geun-Hye, “A New Kind of Korea: Building Trust between Seoul and Pyongyang”, *Foreign Affairs* (September/October 2011); Blue House, *A New Era of Hope: National Security Strategy* (Republic of Korea: Blue House, October 2014).

12. A afirmação de que o apoio à reunificação não está mais diminuindo baseia-se, em parte, nos resultados de mais de três dúzias de grupos de discussão compostos de jovens e conduzidos de 2010 a 2015. Esses grupos normalmente incluíam de seis a dez estudantes universitários sul-coreanos no final da adolescência ou com vinte e poucos anos. A grande maioria dos participantes reconheceu que as iniciativas da presidente haviam intensificado a discussão sobre a unificação de maneira ampla, ainda que não

houvessem levado a um aumento do apoio. Contudo, as iniciativas da Presidente Park parecem ter interrompido o declínio do apoio à reunificação e ter, possivelmente, estabelecido uma base para a renovação do apoio no futuro. A justificativa para o apoio vem mudando da noção de imperativo histórico e vínculos étnico-nacionalistas com o Norte para a de considerações estratégicas.

13. Han Wool Jeong, *The Public's Appraisal of the Park Geun-hye Administration's Unification Policy: The Deterioration of Support for the Unification as a "Bonanza" Idea and a Way to Reignite Momentum*, trans. Benjamin A. Engel (Seoul: East Asia Institute, August 2015), acesso em 21 jun. 2016, [http://www.eai.or.kr/data/bbs/eng\\_report/201509071627572.pdf](http://www.eai.or.kr/data/bbs/eng_report/201509071627572.pdf).

14. Ken E. Gause, *North Korean House of Cards: Leadership Dynamics Under Kim Jong-un* (Washington, DC: Committee for Human Rights in North Korea, 2015), acesso em 21 jul. 2016, [https://www.hrnk.org/uploads/pdfs/HRNK\\_Gause\\_NKHOC\\_FINAL.pdf](https://www.hrnk.org/uploads/pdfs/HRNK_Gause_NKHOC_FINAL.pdf).

15. Uma busca da expressão "Preparing for North Korean Collapse" ("Preparação para o Colapso Norte-Coreano") no site Google, realizada em 22 Mai 16, resultou em seis artigos diferentes e de fontes confiáveis na primeira página (ex.: RAND Corporation, Council on Foreign Relations Asian Institute e o site National Interest) sobre a preparação para um colapso da Coreia do Norte. Outras fontes mostram uma tendência a distanciar-se de previsões específicas sobre o momento do colapso norte-coreano para avaliações gerais de que o regime não será capaz de manter-se, incluindo Julian Ryall, "Is North Korea Finally Close to Collapse?" site Deutsche Welle, 13 April 2016, acesso em 21 jun. 2016, <http://www.dw.com/en/is-north-korea-finally-close-to-collapse/a-19183141>; Armin Rosen, "The Long History of (Wrongly) Predicting North Korea's Collapse", site The Atlantic, 6 August 2012, acesso em 21 jun. 2016, <http://www.theatlantic.com/international/archive/2012/08/the-long-history-of-wrongly-predicting-north-koreas-collapse/260769/>; Andrei Lankov, "When May North Korea Collapse?" site Fortuna's Corner, 4 March 2014, acesso em 21 jun. 2016, <http://fortunascorner.com/2014/03/04/when-may-north-korea-collapse-by-andrei-lankov/> (Lankov é um dos mais renomados especialistas sobre a Coreia do Norte. Foi

consultado frequentemente por este autor e é frequentemente consultado por autoridades do mais alto escalão do governo dos EUA); Kim Sung-han, "The Future of North Korea", site Center for Strategic and International Studies, 4 November 2014, acesso em 21 jun. 2016, [https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/publication/141031\\_The\\_Future\\_of\\_north\\_korea.pdf](https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/141031_The_Future_of_north_korea.pdf) (Kim serviu como Vice-Ministro de Relações Exteriores da RC entre 2012 e 2013).

16. Bennett, *North Korean Collapse*; USC-CSIS, Korean Unification.

17. Department of Defense Instruction 3000.05, *Stability Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 16 September 2009), acesso em 14 jul. 2016, login requerido, <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/300005p.pdf>.

18. Joint Publication 5-0, *Joint Operational Planning* (Washington, DC: U.S. GPO, 11 August 2011). Além disso, gostaria de destacar uma importante expressão utilizada aqui: a distinção entre uma verdadeira reunificação e as condições para ela. Uma real reunificação envolve decisões políticas que não competem aos militares. Ao contrário, as Forças Armadas devem criar as condições para que as decisões políticas possam ser feitas no ambiente mais seguro possível.

19. ADP 3-07, *Stability*, GL-2.

20. *Ibid.*, p. 11.

21. As Forças Armadas não estão preparadas para armazenar materiais de assistência humanitária a serem usados em operações de estabilização. Tampouco são os elementos mais indicados para chefiar a criação e execução de ações de informação amplas para transformar as perspectivas norte-coreanas e preparar a população para lidar melhor com mudanças súbitas.

22. ADRP 1, *The Army Profession* (Washington, DC: U.S. GPO, 14 June 2015); TP 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept*.

23. FM 3.07, *Stability*; ADP 3.07, *Stability*; ADRP 3.07, *Stability*; TP 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept*.

24. Robert B. Brown, "The Army University: Educating Leaders to Win in a Complex World", *Military Review* 95, no. 4 (July-August 2015): p. 18.



O dirigente da União Soviética, Vladimir Lenin, sentado em seu gabinete no Kremlin, lê o jornal *Pravda*, em Moscou, na Rússia, 16 Out 18.

# A Fórmula de Lenin para Moldar a Opinião Pública pelo Agendamento\*

Cel (Res) William M. Darley, Exército dos EUA

[\**Agenda setting*, termo que ficou conhecido por "agendamento" em campos relacionados à Teoria da Comunicação — N. do T.]

*Sabe-se que não é, de modo algum, necessário ter a simpatia da maioria de uma população para dirigi-la. Uma organização adequada pode fazê-lo.*

—Roger Trinquier

O fundador da União Soviética, Vladimir Ilitch Ulianov, conhecido como Lenin, utilizou três conceitos interligados para definir uma pauta de questões públicas que facilitou sua tomada e consolidação do poder político na Rússia nos idos de 1917. Familiarizar-se com esses princípios e suas relações seria algo de grande valia para os planejadores estratégicos militares por duas razões. Primeiro, tal conhecimento poderia proporcionar um entendimento coerente sobre uma metodologia específica, empregada há mais de um século por diversos grupos insurgentes e terroristas e por regimes autoritários, como os da China, Rússia, Coreia do Norte, Cuba e Venezuela, com o objetivo de tomar o poder político e, uma vez no poder, de exercer o controle sociopolítico. Segundo, as conexões entre esses princípios ajudam a revelar a ideologia que permeia muitas organizações de base e de *lobby* que operam em Estados políticos estáveis e os utilizam para moldar o ambiente sociocultural interno, no qual os atuais planejadores militares ocidentais têm de operar.

Neste artigo, a relação entre os conceitos é demonstrada por meio do desenvolvimento gradual de um modelo rudimentar, que visa a elucidar como cada um deles se relaciona com os demais no processo de definição da pauta de debate público, ou agendamento (*agenda setting*). Tal modelo não tem a pretensão de abarcar a infinidade de fatores ligados ao fenômeno extremamente complexo de angariar o apoio público necessário para prevalecer em um conflito político. Visa, na verdade, a ajudar os planejadores operacionais e estratégicos a identificar as relações gerais e, por vezes, difíceis de discernir entre os conceitos ora especificados, que continuam sendo empregados por adversários contra o Ocidente em geral e contra os Estados Unidos da América (EUA) em particular.

## Agendamento

Para os fins deste artigo, definição da agenda, ou agendamento (*agenda setting*), é o processo complexo por meio do qual alguns temas de interesse público são selecionados dentre um amplo universo de questões

concorrentes e passam a ser o principal foco de orientação psicológica, debate e formação de opinião de uma determinada comunidade. A elaboração do modelo proposto neste artigo ajuda a responder a uma questão essencial: Como poderia um ativista político (ex.: um revolucionário insurgente) definir a agenda pública de maneira propícia à obtenção de objetivos políticos específicos? Para responder a essa questão, faz-se necessário examinar duas outras: Quem são esses formadores ou definidores da agenda pública (*agenda setters*) que se encarregam de selecionar, entre todos os possíveis assuntos, aqueles que se tornarão o foco de interesse da comunidade? Além disso, como concentram a atenção da população no conjunto restrito de questões nas quais eles querem que ela pense?

## Como a Opinião Pública Muda

Deixando de lado, por ora, as circunstâncias em que uma comunidade seja coagida a aceitar uma agenda imposta, cabe observar que, em qualquer sociedade, a maioria das pessoas é extremamente dependente de outras como fonte do conteúdo de suas opiniões sobre questões alheias às suas experiências imediatas do dia a dia. Um grande número de pesquisas mostra que as principais decisões feitas pela maioria das pessoas ao formarem sua opinião sobre questões públicas não se originam, de modo geral, de uma análise independente dos detalhes relevantes, e sim dos líderes de opinião que elas escolheram para pensarem em seu lugar. Assim, as mudanças de opinião que ocorrem dentro de grupos com tendências sociopolíticas semelhantes são, na maioria dos casos, fruto da influência de novos posicionamentos de seus líderes de opinião e formadores da agenda, e não da análise e consideração de um integrante individualmente<sup>1</sup>. Em consequência, para os que queiram entender ou atuar sobre a opinião pública para fins políticos, o fator mais crucial é identificar quem são os principais líderes de opinião que definem a agenda de uma determinada comunidade e como seu modo de pensar poderá ser influenciado para passar a apoiar as prioridades do ativista em questão.

## Por Que Tantas Pessoas Dependem de Outras para Pensarem por Elas

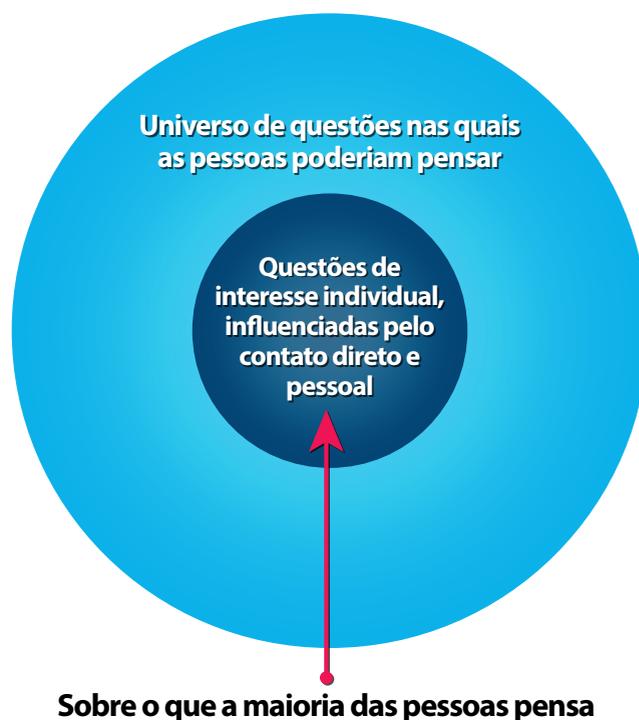
Embora exista uma infinidade de questões importantes nas quais um indivíduo possa pensar e se interessar, muitos só conseguem considerar em profundidade

um pequeno número delas. Não é, necessariamente, que não se importem com questões mais amplas da comunidade ou do país. A verdade é que muitos normalmente têm outras prioridades mais prementes, que requerem tempo e são o foco de sua atenção e energia no dia a dia — como garantir seu sustento ou lidar com os desafios de criar os filhos. Para eles, as principais questões de interesse pessoal são tão predominantes e consomem tanto tempo que há pouco espaço cognitivo para pensar sobre outros assuntos que não afetem sua vida de forma direta e ameaçadora (veja a figura 1). Assim, os indivíduos que se sintam social ou moralmente obrigados a ter um posicionamento sobre as grandes questões sociais ou nacionais buscam, habitualmente, substitutos que pensem por eles, formulando, em seguida, os detalhes das opiniões adotadas com base em sua confiança nesses “pensadores substitutos”.

## Os Líderes de Opinião que Definem a Agenda

Esses pensadores substitutos que atuam como formadores da agenda para muitas pessoas em uma determinada comunidade podem ser classificados em três tipos principais. Primeiro, há o tipo tradicional. Durante a maior parte da História da humanidade, os formadores da agenda consistiram em líderes da comunidade com quem os demais integrantes tinham um contato pessoal. Esses líderes incluem chefes de famílias importantes, professores carismáticos, autoridades governamentais locais, militares ou policiais, membros do clero, além de líderes formais e informais de grupos sociais, entre outros. Obtêm sua influência por herdarem seu *status* ou com base em uma conquista pessoal observada pela comunidade.

Contudo, a partir da prensa de Gutenberg, em 1439, surgiu um segundo tipo de formador da agenda pública: as pessoas envolvidas na produção e edição dos meios de comunicação de massa, distribuídos a distância. Este segundo tipo define a pauta de questões da comunidade por meio de uma influência impessoal e a longa distância, baseada na ampla difusão de palavras, ideias e imagens com apelo ao público. Esses poderosos e impessoais formadores da agenda evoluíram, na atualidade, obtendo uma grande influência indireta sobre a pauta de prioridades da comunidade em decorrência das opiniões transmitidas pela mídia, que não envolve o contato direto e pessoal. Desde Gutenberg, os meios de



(Gráfico criado por Arin Burgess, *Military Review*)

## Figura 1 – Questões de Interesse Individual

comunicação de massa ampliaram o círculo de formadores da agenda pública, de modo a incluir carismáticos teóricos políticos; filósofos e pensadores religiosos; educadores; ativistas nacionais ou internacionais; celebridades do meio artístico, dos esportes ou do mundo da moda; jornalistas famosos e outras figuras com apelo popular. Embora ainda se discuta qual seria a fonte de maior influência — as interações pessoais tradicionais ou as figuras da mídia —, restam poucas dúvidas de que estas últimas se tornaram poderosas formadoras da agenda pública por meio de um contato amplo, ainda que impessoal, com o público, pelos meios de comunicação de massa<sup>2</sup>.

Ao avaliar como os definidores da agenda midiática cresceram em influência, vale destacar a obra de Donald Shaw e Maxwell McCombs, pesquisadores sobre a mídia, cujos estudos detalhados demonstraram, de modo persuasivo, a poderosa influência que os meios de comunicação de massa exercem sobre a definição da pauta pública no mundo moderno. Suas conclusões, demonstradas pela primeira vez ao pesquisarem o impacto da mídia sobre as eleições nos EUA, estabeleceram, de forma decisiva, a correlação extremamente forte entre as questões que os meios de comunicação

decidem cobrir, editorialmente, e as que exercem uma influência central durante os ciclos eleitorais. Subsequentemente, os estudos de Shaw e McCombs foram amplamente reproduzidos por centenas de outros pesquisadores de mídia e sociologia, a maioria dos quais chegou a conclusões semelhantes<sup>3</sup>. Essas pesquisas subsequentes parecem confirmar a ideia de que a mídia tem uma influência extraordinariamente forte, quando

estava intimamente ligado à seleção editorial de itens cobertos pelos meios de comunicação que elas seguiam (ou seja, a mídia conecta as pessoas e estabelece a pauta de notícias). [...] A pesquisa de Cohen o levou a afirmar que a imprensa não era especialmente efetiva em dizer às pessoas o que pensar, mas era extraordinariamente poderosa em dizer-lhes

*sobre* o que pensar — e falar. Isso é, em uma palavra, *agendamento*: os meios de comunicação definem e concentram o interesse da comunidade em um conjunto demarcado de questões, por meio da cobertura diária de notícias.

Desde então, centenas de estudos sobre a mídia confirmaram a observação de que os veículos da imprensa influenciam quais questões e temas as pessoas consideram mais importantes e dignos de ponderar e debater, em detrimento de outros importantes assuntos de possível interesse à disposição<sup>4</sup>.

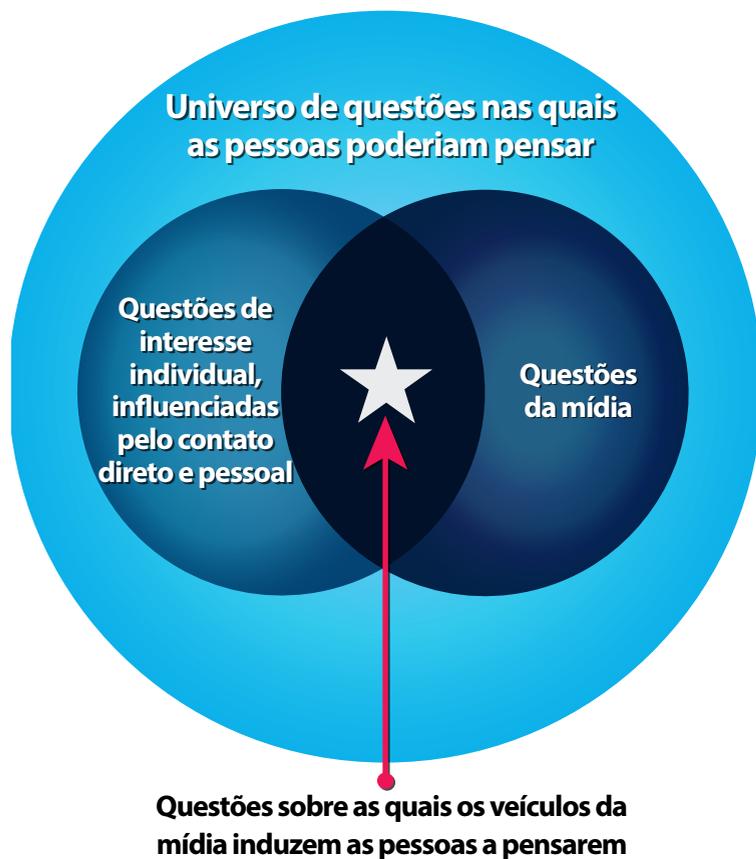
Assim, dois principais tipos de formador da agenda se desenvolveram, os quais se sobrepõem na sociedade moderna e se apoiam mutuamente na definição da pauta de debate da comunidade: os que o fazem por meio do contato pessoal com seus integrantes e os que o fazem por intermédio dos meios de comunicação de massa (veja a figura 2).

Contudo, há uma poderosa terceira categoria de definidores da agenda a ser incorporada no processo de agendamento. A teoria de Lenin inclui aqueles que se organizam para *coagir* o foco do público, direcionando-o para certas questões. Esses três tipos de formador

da agenda, assim como a relação entre eles, serão discutidos em conjunto, como elementos-chave da teoria de Lenin, a seguir.

## Lenin como Teórico da Mídia

A grande influência que a mídia exerce na definição de questões comunitárias consideradas durante as eleições é ressaltada pela relação entre os conceitos-chave de um processo de influência política formulado por Lenin. Ele criou seus conceitos ao servir como líder da ala bolchevique do Partido Comunista



(Gráfico criado por Arin Burgess, *Military Review*)

## Figura 2 – Questões Focalizadas pela Mídia

não decisiva, sobre o processo de definição da agenda da comunidade, o qual seleciona não só os temas que determinam o resultado de eleições, mas também as questões sociais em geral, que se tornam o foco de interesse, debate e controvérsia para o público. Como Shaw e os colegas Thomas C. Terry e Milad Minooie observaram em um artigo recente:

O que é agendamento (*agenda setting*)?

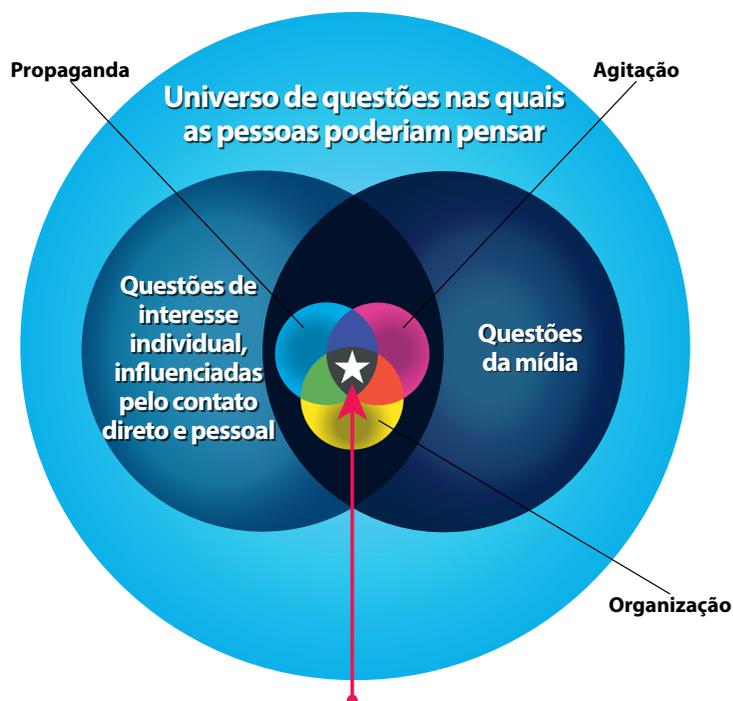
No início dos anos 60, o cientista político Bernard Cohen descobriu que o que as pessoas sabiam sobre assuntos internacionais

Russo nos anos que precederam a Revolução Russa de 1917. Para entender por que ele os formulou, é necessário conhecer seu contexto.

A partir do final do século XIX, havia grande polêmica sobre a teoria marxista entre os líderes dos movimentos comunistas e socialistas na Europa. As discussões se tornaram exaltadas, caracterizando-se, muitas vezes, por ataques pessoais, insinuações, ameaças e, não raro, violência. O ponto de impasse, que gerou tanto atrito, referia-se a divergências sobre interpretações da teoria marxista; se Karl Marx havia, de fato, previsto a morte do capitalismo por meio do processo que alguns denominavam determinismo econômico<sup>5</sup>. Frustrados, os líderes dos movimentos comunistas e socialistas europeus questionavam cada vez mais e analisavam criticamente por que não havia ocorrido ainda o fim da História que, a seu ver, Marx havia previsto décadas antes. Entretanto, alguns resistiram a apelos por uma revisão das interpretações da doutrina marxista para ajustá-las à experiência histórica. Os defensores mais acirrados da ideologia marxista insistiam, dogmaticamente, que a natureza do capitalismo e as forças que o impeliam à sua inevitável destruição haviam parado temporariamente apenas, mas recuperariam o impulso devido às inevitáveis pressões naturais do determinismo econômico<sup>6</sup>.

Por sua parte, Lenin rejeitou duramente o conceito de determinismo econômico, rotulando-o de “economismo” e criticando-o por sua fé ingênua em forças misteriosas, que ocasionariam a inevitabilidade de um levante espontâneo do proletariado. Afirmou, em vez disso, que essas argumentações eram interpretações equivocadas, que distorciam a análise de Marx. Na verdade, insistiu Lenin, o que o caráter evolutivo do capitalismo produziria de modo inevitável seria nada mais que o surgimento de uma oportunidade para que o proletariado se rebelasse e se apossasse dos meios de produção<sup>7</sup>. Em consequência, Lenin asseverou, os comunistas comprometidos com a causa tinham a responsabilidade de se organizar e incitar a revolução, e não meramente esperar para que as condições tomassem forma espontaneamente com base em uma fé equivocada nas supostas leis naturais do determinismo econômico<sup>8</sup>.

Em um esforço para difundir essa perspectiva mais amplamente, Lenin escreveu e publicou uma monografia intitulada “Que fazer?”<sup>9</sup> [Os trechos traduzidos foram extraídos da versão em português disponível no site <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm> — N. do T.] Nessa obra, Lenin apresentou uma fórmula simples, mas profunda, para um efetivo ativismo político, fornecendo um esboço geral que explicava como organizar um movimento político revolucionário e que descrevia a relação essencial dos meios de comunicação de massa com tal movimen-



Como o Partido de Vanguarda induz as pessoas a pensarem sobre determinadas questões

(Gráfico criado por Arin Burgess, *Military Review*)

### Figura 3 – Questões Focalizadas pelo Partido

to e como deveriam ser utilizados para promover fins políticos. Essa obra tem tido uma enorme influência no ativismo político desde sua época até o presente. Em sua monografia, Lenin descreve os dois princípios centrais que, a seu ver, eram necessários para incitar uma revolução.

### O Partido de Vanguarda

Lenin sustentava que o primeiro de dois importantes passos para promover um objetivo político era estabelecer um *partido de vanguarda*, isto é, um núcleo de

ativistas (revolucionários) “profissionais” extremamente disciplinados. A finalidade desse núcleo dentro de um partido político era a de trabalhar em tempo integral na organização e liderança da ação política. Segundo Lenin, esse partido de vanguarda era essencial porque — ao contrário da fé ortodoxa de alguns marxistas dogmáticos —, a seu ver, os membros do proletariado não teriam a capacidade de ser nada mais que uma turba corajosa, mas sem direção, a menos que fossem cuidadosamente instruídos, treinados e, então, rigorosamente disciplinados por uma organização de liderança. Sem um partido de vanguarda, afirmava Lenin, um movimento político seria dirigido por amadores e fracassaria.

Entre as principais responsabilidades do partido de vanguarda estava a de educar o proletariado, inculcando-lhe a consciência política e de classe. Para isso, o partido de vanguarda precisava assumir a função de instigar na classe operária o reconhecimento da existência de uma luta de classes, ao mesmo tempo que organizava e expandia o movimento mediante a imposição uma rígida e implacável disciplina de partido entre os recrutados para a causa revolucionária.

Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária [...] Diante dessa característica comum aos membros de tal organização [...] Necessariamente essa organização não deve ser muito extensa, e é, preciso que seja o mais clandestina possível [...] se começamos por estabelecer uma organização de revolucionários, forte e sólida, poderemos assegurar a estabilidade do movimento em seu conjunto, atingir simultaneamente os objetivos sociais-democratas e os objetivos propriamente sindicais<sup>10</sup>. [Extraído de <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap04.htm> — N. do T.]

Poderíamos perguntar: se estivesse vivo hoje, que organizações Lenin reconheceria como herdeiras de seu conceito de partido de vanguarda? Desde sua época, é difícil pensar em qualquer movimento revolucionário ou insurgente de peso nos séculos XX e XXI que não tenha sido liderado pelo equivalente a um partido de vanguarda. Entre muitos outros exemplos, há os do Partido Fascista de Benito Mussolini, na

Itália; do Partido Nacional-Socialista de Adolf Hitler, na Alemanha; e do Movimento Quinta República de Hugo Chávez, na Venezuela. Em um outro contexto, os radicais islâmicos Sayyid Qutb e Abul Ala Maududi propuseram que eram necessários partidos de vanguarda para liderar a desobediência e perda comunidade muçulmana mundial e trazê-la de volta para uma restauração da sociedade islâmica. Por exemplo, Qutb especificou a necessidade de uma vanguarda islamista em seu livro *Ma'alim fi-al-Tariq* (“Os Marcos”, também conhecido como “Marcos na Estrada”):

É necessário que haja uma vanguarda, que inicie a viagem com determinação e prossiga adiante no caminho. [...] É necessário que essa vanguarda conheça os marcos e pontos de referência no caminho rumo a esse objetivo. [...] Escrevi “Os Marcos” para essa vanguarda<sup>11</sup>.

Algo igualmente significativo, porém, é que se pode afirmar, com legitimidade, que boa parte do caráter da atuação de lobistas políticos e das organizações de base da atualidade foi herdada diretamente do conceito leninista de que um movimento político só pode obter sucesso se chefiado por um grupo de agitadores profissionais trabalhando em tempo integral na coordenação e propaganda de uma causa.

A ênfase na criação de uma liderança ao estilo de um partido de vanguarda com o objetivo de facilitar a organização e agitação pode ser vista claramente em entidades de *lobby* e ativismo ao longo de todo o espectro de orientação política do Ocidente. Nos EUA, exemplos de agitadores e organizadores profissionais incluem, ou incluíram, as seguintes entidades (para mencionar apenas uma pequena fração desses grupos de vanguarda): Association of Community Organizations for Reform Now (ACORN), American Civil Liberties Union, People for Ethical Treatment of Animals, National Rifle Association, National Council of La Raza e American Israel Public Affairs Committee.

Não surpreende que a literatura que frequentemente orienta as atividades desses grupos de *lobby* e de ativismo de base tenha sido produzida por organizadores e agitadores profissionais, como Saul Alinsky e Wade Rathke, cujas obras refletem o imperativo leninista de formar organizações de vanguarda, incluindo eventuais alusões ao jargão, pensamento e prática leninista

e conotações relacionadas. Por exemplo, em *Rules for Radicals* (“Regras para Radicais”), Alinsky observa:

Uma ilustração pura e simples desse ponto pode ser vista no resumo de Trotsky sobre as famosas *Teses de Abril* de Lenin, publicadas pouco depois de este último retornar do exílio. Lenin ressaltou: “A missão dos bolcheviques consiste em derrubar o governo imperialista. Este se sustenta graças ao apoio dos social-revolucionários e mencheviques, que por sua vez se apoiam na confiança que as massas populares depositam neles. Nós representamos uma minoria. Nessas condições não se pode nem sequer falar do emprego da violência de nossa parte”. A essência dos discursos de Lenin durante essa época era: “Eles têm as armas e, portanto, somos pela paz e pela reforma pelo voto. Quando tivermos as armas, então vamos nos impor pela bala.” E assim foi<sup>12</sup>. [Os trechos traduzidos das *Teses de Abril* foram extraídos de <http://www.pstu.org.br/lenin-e-as-%c2%91teses-de-abril%c2%b4/> — N. do T.]

De fato, o próprio Alinsky promoveu seu livro *Rules for Radicals* como nada menos que um guia para organizar e incitar uma revolução mediante a condução de atividades com claras conotações estratégicas de estilo leninista, destinadas a extrair um resultado de um adversário político por meio de uma habilidosa organização, agitação e propaganda (veja a figura 3).

## O Meio de Comunicação de Massa Necessário à Revolução

Segundo, para que tivesse êxito, era essencial, na opinião de Lenin, que o partido de vanguarda obtivesse controle de pelo menos um meio de comunicação de massa influente. Em consequência, ele estipulou que o partido de vanguarda deveria colocar sob seu controle

direto um meio de comunicação de massa totalmente dedicado a promover sua causa. Para esse fim, ele propôs o estabelecimento do que ele denominou um jornal “para toda a Rússia”. Por que um jornal? Em uma época em que o rádio e o telégrafo estavam em sua infância e o telefone ainda estava sendo inventado, o único verdadeiro meio de comunicação de massa disponível era o jornal. Lenin descreveu a necessidade vital de tal meio de comunicação para o ativismo político da seguinte forma:

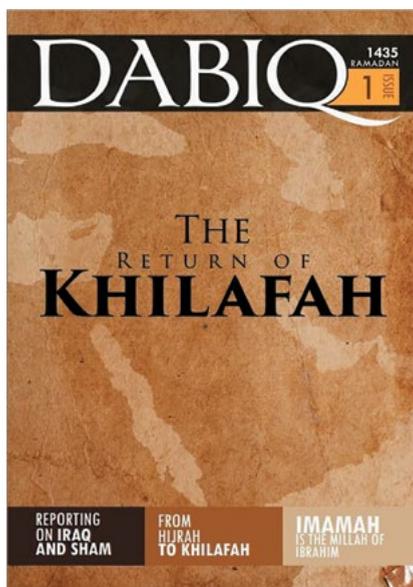
A elaboração de um jornal político para toda a Rússia [...] deve ser o *fio condutor*: seguindo-o, poderemos desenvolver ininterruptamente essa organização, aprofundá-la e alargá-la (isto é, a organização revolucionária sempre pronta a apoiar todo protesto e efervescência).

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo; é também um organizador coletivo. A esse respeito, *pode-se compará-lo aos andaimes* que se levantam ao redor de um edifício em construção; constitui o esboço dos contornos do edifício, facilita as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam

a tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo trabalho organizado<sup>13</sup>. [Extraído de <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap05.htm> — N. do T.]

Em outras palavras, os objetivos do jornal “para toda a Rússia”, conforme delineados por Lenin, eram o de fornecer emprego aos integrantes da vanguarda, enquanto estivessem construindo o partido e o movimento, e o de servir como instrumento para organizar os seguidores do partido, fazendo propaganda em prol da causa do movimento e agitação em diversos locais, a fim de enfraquecer a ordem sociopolítica existente e criar as condições para o levante popular do proletariado.

Se estivesse vivo hoje, que instrumentos de comunicação Lenin buscaria controlar a fim de organizar e



Uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado Islâmico (EI) ao se estabelecer foi a publicação de uma revista em papel couchê, *Dabiq*, para servir como principal órgão de recrutamento, organização, propaganda e agitação em prol de sua causa. A primeira edição foi publicada em julho de 2014. (Foto cedida por Wikimedia Commons)



**Sobre o que o Partido de Vanguarda e a Cheka/Camisas Pardas obrigam as pessoas a pensarem**

(Gráfico criado por Arin Burgess, *Military Review*)

## Figura 4 – Questões Focalizadas pelo Partido e Impostas pela Cheka

agitar a massa e fazer propaganda em prol de sua causa e qual deles serviria, ao mesmo tempo, como o “andaime” para construir o partido? Na verdade, Lenin era um visionário e oportunista. Portanto, não há dúvida de que Lenin teria buscado os mais avançados meios de comunicação à disposição, com o intuito de concentrar a atenção pública em seus objetivos políticos. Em consequência, o enorme potencial de utilizar a internet e as mídias sociais para alcançar milhões de pessoas, como um meio rápido e econômico de organização, agitação e propaganda, decerto teria atraído sua atenção. Ainda que seu programa de ativismo, em tempos modernos, pudesse incluir veículos tradicionais, como panfletos e jornais, é mais provável que ele se concentrasse em obter exposição por meio de transmissões de TV e rádio e, especialmente, pela internet e mídias sociais.

Não surpreende que, seguindo a fórmula de Lenin, o Estado Islâmico (EI) e a Al Qaeda empreguem, na atualidade, a internet justamente na função que o

modelo leninista havia idealizado para os meios de comunicação: como um instrumento para recrutar, organizar e sincronizar as atividades do partido; promover sua ideologia; e incitar a agitação em prol de suas causas. Por exemplo, tanto a Al Qaeda quanto o EI contam com sofisticados *sites*, cada um deles contendo uma publicação que serve ao propósito de promoção e organização em prol de sua agenda. Além disso, Lenin provavelmente teria prontamente reconhecido, entendido e aprovado a política do EI que incentiva a transmissão de decapitações pela internet como um esforço deliberado que serve ao duplo propósito de aterrorizar os adversários e de provocar e frustrar os governos ocidentais.

Desde a época de Lenin, é difícil pensar em qualquer duradouro movimento revolucionário ou insurgente nos séculos XX ou XXI que não tenha incluído um partido de vanguarda provido de controle ou total posse de pelo menos um

meio de comunicação de massa adaptado às suas necessidades ou ao seu ambiente de operação. Por exemplo, o *Volksicher Beobachter* (“O Observador Nacional”) apoiou a ascensão do Partido Nacional-Socialista na Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial; o jornal *Pravda* (“Verdade”) apoiou a consolidação de poder dos bolcheviques na Rússia; e o *Granma* apoiou o partido comunista de Fidel Castro em seu domínio sobre Cuba. Esses são apenas alguns exemplos que demonstram a fusão que, segundo Lenin, era necessária entre um partido de vanguarda e o controle de um meio de comunicação de massa, a fim de usurpar e, então, manter a hegemonia política sobre uma sociedade.

## A Necessidade da Cheka

Por fim, embora não tenha sido especificamente mencionado em “Por Onde Começar”, Lenin acrescentou, de fato, um terceiro princípio à sua fórmula de



“agendamento” revolucionário pouco depois de tomar o poder na Rússia, em 1917: reprimir a formação de uma oposição política e de qualquer agenda política alternativa, por todos os meios que fossem necessários.

Cabe observar que os dois primeiros princípios da teoria de Lenin dependiam, de modo geral, do livre arbítrio dos que escutassem a mensagem revolucionária para ponderar e tomar decisões sobre o que ele buscava transmitir. Em consequência, o êxito dos esforços de propaganda e agitação descritos por Lenin em “Que Fazer?” dependia, para sua efetividade, da habilidosa elaboração e distribuição de mensagens, aliadas a atividades persuasivas. Parafraseando Shaw e McCombs, essas eram técnicas voltadas a restringir o universo de assuntos sobre as quais o público-alvo seria, coletivamente, instigado a considerar.

Contudo, Lenin não se satisfaz em depender do livre arbítrio de um público para aceitar ou rejeitar sua agenda, ou pauta, revolucionária, o que teria apenas deixado em aberto a possibilidade de que outros programas políticos concorrentes a usurpassem, por meio de uma organização e mensagens mais atrativas e habilidosas.

Os “Camisas Pardas” da SA ateam fogo na bandeira negra, vermelha e dourada da recém-estabelecida República de Weimar nas ruas de Berlim, Alemanha, em 30 Jan 33. Os integrantes da SA usavam uniformes marrom claro e eram, frequentemente, empregados por autoridades do partido nazista para dispersar reuniões de adversários políticos, especialmente comunistas, e atacá-los em combates de rua. (Foto cedida por Bildarchiv Preussischer Kulturbesitz)

Assim, o último princípio do modelo teórico de Lenin é a coerção direta. Após tomar o poder sobre a Rússia, Lenin imediatamente ordenou que o leal e implacável bolchevique Felix Dzerzhinsky instituisse a *Comissão Extraordinária de Combate à Contrarrevolução e à Sabotagem*. Estabelecida em 20 de dezembro de 1917 com o nome de *Cheka*, tinha por única finalidade impedir o surgimento de uma oposição política ao domínio bolchevista. As táticas empregadas, apoiadas pelo Estado, incluíam ridicularizar publicamente os adversários políticos; censurar e apossar-se dos meios de comunicação; vandalismo, intimidação e agressões físicas; sequestros, tortura e assassinato. Durante a campanha de “Terror Vermelho” de Lenin, estima-se



que entre 12 mil e 200 mil adversários políticos tenham sido mortos, conforme ele foi “apertando o laço” em torno da agenda pública<sup>14</sup>. Além disso, ao mesmo tempo que adotava medidas para esmagar os adversários políticos, a Cheka caminhava de braços dados com o recém-formado ministério de propaganda estatal, para assegurar que a agenda pública fosse definida pelo próprio Lenin e ninguém mais. Munido de um disciplinado partido de vanguarda, do controle estatal dos veículos de comunicação por meio do ministério de propaganda e da Cheka em operação, Lenin passou a não mais depender exclusivamente dos caprichos da persuasão para influenciar o pensamento independente e o livre arbítrio entre as massas russas a fim de definir a agenda estatal (veja a figura 4).

Subsequentemente, a Cheka tornou-se o modelo adotado por outros governos socialistas e fascistas, assim como vários outros regimes autoritários. Por exemplo, observando cuidadosamente a fórmula de Lenin, o ditador italiano Benito Mussolini estabeleceu uma organização secreta com a mesma missão de esmagar a oposição política e da mídia após tomar o poder.

Partidários do “Partido Comunista Revolucionário, EUA” queimam a bandeira norte-americana em frente aos portões da Arena Quicken Loans em Cleveland, Ohio, em 20 Jul 16. (Foto de Adrees Latif, Reuters)

Não surpreende que, em um visível tributo a Lenin, ele tenha apelidado a organização de Cheka<sup>15</sup>. Imitando, por sua vez, Mussolini, os Nacionais-Socialistas da Alemanha estabeleceram, primeiro, os “Camisas Pardas” e, logo em seguida, a Gestapo, sendo ambas as organizações calcadas nos modelos italiano e soviético da Cheka.

Se estivesse vivo hoje, que organizações Lenin reconheceria como herdeiras do conceito de Cheka criado por ele? A resposta: organizações como a Cheka estão por toda a parte hoje em dia, sendo instrumentos convencionais de todo Estado autoritário importante, incluindo a China, o Irã, a Coreia do Norte, a Venezuela e Cuba, entre outros. Como herdeiras da Cheka, essas entidades operam, de modo geral, segundo a metodologia leninista, sendo principalmente dedicadas a eliminar ou impedir o surgimento de qualquer indício de oposição política

aos seus respectivos regimes, por mais inofensivo ou remoto que um desafio pareça.

Talvez mais significativo é o fato de que o espectro da brutalidade vingativa de Lenin para com seus adversários passou hoje a ser típico de muitos grupos de ativismo político supostamente não violentos que atuam em Estados estáveis do Ocidente. Tais organizações empregam táticas de intimidação leninistas que, ainda que não cheguem aos mesmos níveis de violência da Cheka e dos “Camisas Pardas”, refletem, não obstante, sua intolerância e metodologia, em seus esforços obstinados de reprimir a oposição política e a ameaça de que pautas concorrentes surjam de outras organizações.

Essas táticas coercitivas incluem, cada vez mais, a utilização da internet e das mídias sociais para um incessante assédio a indivíduos. Incluem, ainda, o uso sistemático de processos infundados nos tribunais; manifestações; piquetes; perseguições; desobediência civil voltada a perturbar a ordem e segurança pública; vandalismo; interrupção de assembleias públicas, incluindo esforços concentrados para impedir que os adversários políticos consigam conduzir comícios públicos ou proferir discursos; e a exposição pública ao ridículo, organizada por meio da mídia eletrônica (especialmente pela obtenção de apoio de veículos da mídia de entretenimento). Além disso, também se empregam, às vezes, a intimidação contra indivíduos ou parentes, ataques físicos esporádicos e uma variedade de outras atividades que visam a impedir um adversário político de efetivamente organizar e agitar a massa em prol de uma pauta política alternativa. Por exemplo, os esforços organizados recentemente nos EUA por diversos grupos com o objetivo de prejudicar ou provocar o cancelamento de vários comícios políticos por meio da violência e de ameaças durante o atual ciclo eleitoral norte-americano ilustram a contínua influência da metodologia da Cheka, criada por Lenin, sobre as organizações de base e os grupos de interesse internos.

## Conclusão

Quando os oficiais militares examinarem o panorama das concorrentes causas ativistas internas de insurgência, terrorismo e agressão (incluindo as organizações e técnicas por trás das chamadas “Revoluções Coloridas”) ao longo de todo o espectro global, a lição a ser extraída é a de que nenhum movimento de caráter político conseguirá sobreviver muito tempo sem ser liderado por um partido de vanguarda e sem

ter o controle (ou total apoio) de pelo menos um meio de comunicação influente, para a organização, propaganda e agitação em prol da causa. Esses movimentos ficarão incapacitados, a menos que obtenham a capacidade proativa de impedir o surgimento de uma oposição política ou de suprimir seus adversários políticos — caso surjam — pela força, assédio ou exposição ao ridículo.

Em consequência, em Estados instáveis e autoritários ou não democráticos, quanto mais próximo um movimento político estiver de alcançar a situação ideal — de ser liderado por um partido de vanguarda bem organizado, que possa influenciar os líderes de opinião e que controle ao menos um meio de comunicação de massa influente — e quanto maiores forem seus meios de intimidar (ou até esmagar) os adversários políticos por meio de táticas violentas semelhantes às da Cheka, maior será a probabilidade de que o partido obtenha o controle efetivo sobre o Estado. Da mesma forma, em Estados políticos estáveis e não autoritários, quanto mais próximo um interesse político estiver do ideal de manter a convivência entre um partido de vanguarda formado por organizadores e agitadores profissionais dedicados em tempo integral ao *lobby* e agitação e pelo menos um grande meio de comunicação (que esteja praticamente sob seu controle) — além de contar com meios para intimidar e silenciar os concorrentes políticos mediante várias táticas de intimidação e assédio —, maior a probabilidade de que ele seja capaz de dominar e ditar a pauta pública interna da comunidade ou Estado.

Os oficiais e sargentos mais antigos dos EUA devem se familiarizar com a origem e o emprego dos princípios e táticas de ativismo revolucionário criados por Lenin, já que são frequentemente empregados, hoje em dia, por insurgentes, regimes autoritários e muitos grupos internos de *lobby* e organizações de base, constituindo uma ameaça à segurança nacional. Além disso, essas atividades são aliadas, frequentemente, às chamadas operações cinéticas, com o objetivo de obter maiores efeitos psicológicos e estratégicos. Munidos desse conhecimento, os planejadores militares serão capazes de planejar e operar mais efetivamente no atual ambiente complexo, ao entenderem como importantes componentes do ativismo político dos adversários são utilizados, muitas vezes, de uma forma sistemática e sincronizada para alcançar objetivos políticos. ■

O Coronel William M. Darley, da reserva remunerada do Exército dos EUA, serviu durante 31 anos no componente da ativa do Exército dos EUA. Concluiu o bacharelado na Brigham Young University em 1977, como parte do programa ROTC (de formação de oficiais da reserva). Trabalha, atualmente, como editor na Military Review.

## Referências

**Epígrafe.** Roger Trinquier, *Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency* (London: Pall Mall Press Ltd., 1964), p. 4.

1. Paul F. Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet, *The People's Choice*, 2nd ed. (New York: Columbia University Press, 1948), p. 137; Elihu Katz, "The Two-Step Flow of Communication: An Up-To-Date Report on an Hypothesis", *The Public Opinion Quarterly* 21, no. 1 (Spring 1957): p. 61–78 (edição comemorativa de 20 anos de pesquisas de opinião pública); Elihu Katz e Paul F. Lazarsfeld, *Personal Influence, The Part Played by People in the flow of Mass Communications* (New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2006), p. 31–42.

2. George M. Beal e Joseph M. Bohlen, "The Diffusion Process" supplement to North Central Regional Publication No. 1 of the Agricultural Extension Services, *How Farm People Accept New Ideas, Special Report 15* (Ames, IA: Iowa State University, 1981), acesso em 15 ago. 2016, <http://www.soc.iastate.edu/extension/pub/comm/SP15.pdf>. A relativa influência de líderes de opinião em comparação com a dos meios de comunicação foi analisada em um estudo conduzido em 1959 pelos pesquisadores Joe Bohlen e George Beal, da Iowa State University, que concluíram que mudanças de opinião podem ser explicadas por um processo decisório aparentemente composto de cinco etapas, fato observado entre grupos de agricultores que consideravam a adoção de uma nova espécie de milho híbrido. Identificaram as seguintes etapas: consciência; informação ou interesse; avaliação; experiência; e adoção. Concluíram que os meios de comunicação exercem um importante papel nos primeiros dois estágios (consciência e informação ou interesse); contudo, desempenham uma função de menor importância nos últimos três estágios, em que os líderes de opinião que se comunicam por meio do contato interpessoal se tornam os principais fatores que levam a mudanças de opinião e comportamento.

3. Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw, "The Agenda-Setting Function of Mass Media", *Public Opinion Quarterly* 36(2) (1972): 174, doi:10.1086/267990, apresenta a primeira instância desses estudos; para obter mais exemplos, veja Maxwell E. McCombs, *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*, 2nd ed. (Malden, MA: Polity, 2014); veja também Donald L. Shaw, Bradley J. Hamm e Thomas Terry, "Vertical vs. Horizontal Media: Using Agenda-Setting and Audience Agenda-Melding to Create Public Information Strategies in the Emerging Papyrus Society", *Military Review* 86(6) (2006): p. 13–25.

4. Donald L. Shaw, Thomas C. Terry e Milad Minooie, "Military Communication Strategies Based on How Audiences Meld Media and Agendas", *Military Review* 95, no. 6 (November-December 2015): p.17

5. Stanley Pierson, *Marxist Intellectuals and the Working-Class Mentality in Germany, 1887-1912* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993), p. 33, p. 60–63; Karl Marx, *Contribution to the*

*Critique of Political Economy* (Moscow: Progress Publishers, 1859), Preface; Cyril Smith, "Kautsky and 'Revisionism'; Philosophy and Bolshevism", Marx at the Millennium website, acesso em 16 August 2016, <https://www.marxists.org/reference/archive/smith-cyril/works/millenni/smith2.htm>; Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto of the Communist Party* (New York: Rand School of Social Science, 1919), p. 28, acesso em 16 ago. 2016, [https://books.google.com/books/about/Manifesto\\_of\\_the\\_Communist\\_Party.html?id=T-ZE4AQAAMAAJ&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&hl=en#v=snippet&q=grave-diggers&f=false](https://books.google.com/books/about/Manifesto_of_the_Communist_Party.html?id=T-ZE4AQAAMAAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&hl=en#v=snippet&q=grave-diggers&f=false). Marx afirma: "[A burguesia] produz, antes [de mais nada], o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis". Peter G. Stillman, "The Myth of Marx's Economic Determinism", site Marx Myths and Legends, April 2005, acesso em 16 ago. 2016, <https://www.marxists.org/subject/marxmyths/peter-stillman/article.htm>. [Trecho traduzido extraído de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm> — N. do T.]

6. Dick Geary, *Karl Kautsky* (Manchester, UK: Manchester University Press, 1987), p. 3–14, p. 16–17, p. 20–29; Smith, "Kautsky and 'Revisionism'", site Marx at the Millennium.

7. James E. Connor, ed., *Lenin on Politics and Revolution, Selected Writings* (New York: Pegasus, 1968), p. 189–95.

8. *Ibid.*, p. 195.

9. Vladimir Ilyich Lenin, "What Is To Be Done?", in *Lenin on Politics and Revolution*, ed. James E. Connor, p. 31–78. [Os trechos traduzidos foram extraídos da versão em português disponível no site <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm> — N. do T.]

10. Connor, *Lenin on Politics and Revolution*, p. 62, p. 67.

[Extraído de <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap04.htm> — N. do T.]

11. Sayyid Qutb, "Introduction", *Milestones* (Charleston, SC: CreateSpace Independent Publishing Platform, 1 January 2005), acesso em 17 ago. 2016, [https://drive.google.com/file/d/0B9UK4WbD\\_y24UTJhVG1OeGRTTlk/view?pli=1](https://drive.google.com/file/d/0B9UK4WbD_y24UTJhVG1OeGRTTlk/view?pli=1).

12. Saul Alinsky, *Rules of Radicals: A Pragmatic Primer for Realistic Radicals* (New York: Vintage Books, 1971), p. 37. [Os trechos traduzidos das *Teses de Abril* foram extraídos de <http://www.pstu.org.br/lenin-e-as-%c2%91teses-de-abril%c2%b4/> — N. do T.]

13. Lenin, "What is to Done? The 'Plan' For an All-Russia Political Newspaper", Marxists Internet Archive website, acesso em 17 ago. 2016, <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1901/witbd/v.htm>. [Extraído de <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap05.htm> — N. do T.]

14. "The Cheka", site Alpha History, acesso em 17 ago. 2016, <http://alphahistory.com/russianrevolution/cheka/#sthash.vGOssXfL.dpuf>.

15. Brenda Haugen, *Mussolini, Fascist Italian Dictator* (Minneapolis: Compass Point Books, 2007), p. 68–69.

# Treinamento para a Ação Decisiva

Major Will Shoemate, Exército dos EUA

Major Benjamin Jensen, Exército dos EUA

No pensamento militar ocidental tradicional, a ação decisiva se refere à concentração do poder de combate no lugar e no tempo certos para ter êxito. Os *Regulamentos dos Serviços em Campanha do Exército dos EUA (Field Service Regulations of the United States Army)*, de 1910, a doutrina vigente na época, declaram, “os resultados decisivos são obtidos apenas pela ofensiva”, e os comandantes “executarão um esforço enérgico no ponto decisivo”<sup>1</sup>. Uma ação decisiva seria o esforço ofensivo — o ataque principal — que venceria a batalha. O ponto decisivo teria sido entendido como o lugar e o tempo em que o ataque principal ocorreria. Os comandantes tomavam a iniciativa e buscavam uma batalha decisiva que destruiria a capacidade do inimigo de resistir.

Na doutrina conjunta contemporânea, um *ponto decisivo* é “um lugar geográfico, evento chave, fator crítico ou função que, quando acionado, permite que os comandantes consigam uma vantagem conclusiva sobre um adversário ou contribui materialmente para a obtenção de sucesso”<sup>2</sup>. Embora essa definição permita abranger mais do que operações de combate em locais geográficos específicos, os planejadores modernos tendem a usar a ideia tradicional de

pontos decisivos, para traçar linhas de controle das operações que sincronizam as ações.

Em 2012, o manual Publicação de Referência Doutrinária 3-0, *As Operações Terrestres Unificadas*

(ADRP 3-0, *Unified Land Operations*) modificou o conceito fundamental do que significa ser decisivo na guerra moderna. Hoje, o Exército define a *ação decisiva* não como a concentração do poder de combate ofensivo no lugar e no tempo certos, mas como “as combinações contínuas e simultâneas de operações ofensivas, defensivas e de estabilização ou de



Viaturas de combate Bradley da 3ª Brigada de Combate, 1ª Divisão de Cavalaria, do Forte Hood, Texas, em deslocamento para exercícios de fogos reais, como parte do seu adestramento em ação decisiva, no Centro Nacional de Treinamento, no Forte Irwin, Califórnia, Jan 2013. (David Crozier, *NCO Journal*)

apoio defensivo das missões das autoridades civis”<sup>3</sup>. As combinações simultâneas de missões reflete um entendimento mais amplo das operações modernas, que não são uma sequência de batalhas lineares de posições fixas com critérios claros de conclusão. Em vez disso, a guerra moderna envolve combinações fluidas das manobras de armas combinadas e de segurança de área contra ameaças indefinidas. Portanto, os exercícios de adestramento do Exército precisam preparar comandantes ágeis e adaptáveis que sejam capazes de combinar eficazmente as missões ofensivas, defensivas e de estabilização.

Este artigo discute formas em que o Exército pode prover o treinamento que garantirá que as unidades



Militares do 173º Regimento de Cavalaria Paraquedista, de Forte Bragg, Carolina do Norte, se reúnem em um ponto de reunião depois de aterrar no Complexo de Operações Urbanas no Campo de Provas e de Treinamento de Nevada, na Base da Força Aérea Nellis, Nevada, 18 Nov 09. Os militares são parte do Exercício de Forças Aeromóveis da Escola de Armas da Força Aérea dos EUA, que ocorre semestralmente e proporciona treinamento realista para as forças de combate aéreo, forças aeromóveis e pessoal do Exército dos EUA. (Michael R. Holzworth, Força Aérea dos EUA)

estejam prontas para conduzir operações terrestres unificadas por meio de ação decisiva.

## O Modelo Operacional Adequado para a Combinação de Missões

Os comandantes de unidade do Exército começam ao descrever as operações em termos de tempo, espaço, propósito e recursos. Coerente com a doutrina operacional do Exército e a “FORSCOM Command Training Guidance (CTG)—Fiscal Year 2016” (“Diretriz de Comando para o Adestramento, do Comando d Forças — Ano Fiscal 2016”, em tradução livre), os centros de treinamento de combate empregam o “Ambiente de Treinamento para Ação Decisiva (*Decisive Action Training Environment — DATE*) para replicar os ambientes operacionais complexos que envolvem conflito de alta intensidade e ameaças híbridas<sup>4</sup>. Esse programa oferece cenários de

treinamento complexos e realistas que exigem que as brigadas de combate (Brigade Combat Team – BCT) integrem recursos limitados, como os batalhões de armas combinadas (batalhões compostos por subunidades de diferentes armas, N. do T.), aviação, órgãos de coleta de informações, operações de informações e meios de Engenharia<sup>5</sup>. Em particular, uma brigada de combate que executa um ataque precisa garantir a integração dos facilitadores-principais que permitam identificar as zonas de ruptura e as faixas defensivas principais para melhor distribuir as forças de modo a conseguir uma vantagem relativa. A brigada de combate precisa sincronizar e integrar a coleta de informações e os fogos conjuntos para desgastar a capacidade do inimigo de aprimorar sua capacidade defensiva.

Simultaneamente com a integração dos facilitadores-chave em apoio ao ataque, a brigada de combate

precisa, também, executar missões ofensivas ou defensivas junto com missões de estabilização para garantir a segurança do povo. A simultaneidade dessas tarefas é essencial para uma consciência situacional contínua e uma compreensão do ambiente operacional compartilhada.

Eu (autor colaborador William Shoemate) servi como observador no Centro Nacional de Treinamento do Exército entre junho de 2014 e julho de 2015. Durante a minha experiência obtida ao longo de 10 rodízios de treinamento, descobri que as unidades que aplicaram o

modelo operacional de operações de combate profunda e aproximada e de operações de segurança conduziram a ação decisiva com mais eficácia durante o treinamento. A doutrina do Exército incentiva os comandantes a estabelecer um modelo operacional para cada operação, mas não exige um modelo específico. O manual ADRP 3-0 sugere três: operações de combate profunda e aproximada e operações de segurança; operações decisivas, secundárias e de apoio logístico; e esforços principais e de apoio<sup>6</sup>.

No modelo operacional de operações de combate profunda e aproximada e de operações de segurança, os comandantes geralmente expõem a sua visão em termos do terreno e da sequência de eventos. Eles planejam as ações com base em dissuadir o envolvimento das forças neutras enquanto se concentram na velocidade e na mobilidade para superar rapidamente o inimigo em um lugar e tempo críticos para explorar a iniciativa.

No modelo de operações decisivas, secundárias e de apoio logístico, eles visualizam um ponto principal

— uma operação decisiva — que determinará o resultado. Eles planejam com base em uma grande conceitualização que concentra os recursos em uma operação singular que cumpre a missão.

No modelo de esforços principais e de apoio, eles priorizam as missões de unidades subordinadas com

base nas capacidades. O modelo de esforços principais e de apoio pode complementar outros modelos<sup>7</sup>.

Nos eventos de treinamento que observei no Centro Nacional de Treinamento, quando os comandantes de brigadas de combate conceituaram os engajamentos

como operações de combate profunda e aproximada e operações de segurança, eles tiveram mais probabilidades de integrar os meios multiplicadores do poder de combate para desgastar as forças inimigas antecipadamente no combate, enquanto focaram simultaneamente as missões de estabilização por toda a área de operações para complementar a sua capacidade de executar as principais competências da manobra de armas combinadas e de segurança de área.

Em todos os casos, a condução de segurança de área é essencial para manter a vantagem relativa e a iniciativa. A segurança de área é “a aplicação dos elementos do poder de combate em ação unificada para proteger populações, forças, infraestrutura e atividades; para negar ao inimigo posições de vantagem; e para consolidar os ganhos para manter a iniciativa”<sup>8</sup>. As atividades como a proteção de populações e de infraestrutura, e a consolidação de ganhos, implicam missões de estabilização.

Por exemplo, durante o rodízio 15-01 no Centro Nacional de Treinamento, uma brigada de combate foi desafiada durante todo o exercício para garantir



Militares liberam barreiras de concreto de um guindaste durante um esforço para melhorar a segurança na parte sul de Cidade de Sadr, distrito de Bagdá, 3 Mai 08. (Exército dos EUA)



Militares da 1ª Divisão Blindada conduzem uma patrulha de combate com a polícia iraquiana durante a Operação *Iraqi Freedom* em Tal Afar, no Iraque, 29 Abr 06. (Sgt Aaron Allmon, Força Aérea dos EUA)

a vantagem relativa por meio da simultaneidade de operações. Para aproveitar as oportunidades de empregar recursos limitados, os comandantes da unidade

avaliaram continuamente o ambiente operacional. Eles desenvolveram um entendimento compartilhado por toda a brigada de combate, que permitiu decisões oportunas para manter uma vantagem relativa. A importância desse treinamento era que qualquer brigada de combate precisaria sincronizar e executar segurança de área ao mesmo tempo que dissuadiria o envolvimento de forças neutras por meio de fogos conjuntos e de coleta de informações.

Durante três rodízios de treinamento entre setembro e novembro de 2014, observei que as brigadas de combate que empregaram o modelo de operações decisivas, secundárias e de apoio logístico limitaram a sua capacidade para analisar e avaliar as operações em apoio à segurança de área. O conceito doutrinário que descreve esse modelo, indutor do significado anterior da palavra “decisivo”, levou os estados-maiores a pensar em apenas uma batalha decisiva ao contrário da combinação dos efeitos. Por exemplo, durante o rodízio 14-08, a brigada de combate limitou a sua capacidade ao concentrar

os recursos na operação decisiva. Isso permitiu que as forças inimigas alocassem poder de combate esmagador no lugar e tempo designados para manter uma posição



Militares do 3º Regimento de Cavalaria Blindado e soldados iraquianos atravessam um cruzamento durante uma patrulha de segurança de rotina no centro de Tal Afar, no Iraque, 11 Set 05. As patrulhas foram realizadas para eliminar os refúgios dos insurgentes e limpar cachês de armas na área de operações. (Sgt Alan D. Monyelle, Marinha dos EUA)

de vantagem relativa. O modelo usado pela brigada de combate para a conceituação e a integração dos recursos com o objetivo de aplicar poder de combate esmagador em um lugar e um tempo específicos foi degradado devido à sua incapacidade de desgastar as forças inimigas antecipadamente.

### **Exemplos Históricos da Combinação de Missões feita pelas Forças durante Operações**

As operações da coalizão em Tal Afar, em 2005, e na Cidade de Sadr, em 2008, são exemplos de como as forças dos EUA e os seus parceiros conduziram operações em uma maneira coerente com o conceito operacional de ação decisiva de 2012. O 3º Regimento de Cavalaria Blindado, comandado pelo então Cel H.R. McMaster, empregou a manobra de armas combinadas e a segurança de área para manter uma continuada vantagem relativa no seu escalão<sup>9</sup>. Para capacitar as operações ofensivas dentro da cidade, o 3º Regimento

de Cavalaria Blindado e as forças iraquianas isolaram os pontos fortes do inimigo por meio de operações ofensivas, defensivas e de estabilização simultâneas. As forças da coalizão mobilizaram os elementos iraquianos dentro da cidade para estabelecer um cordão interior e exterior. Essa missão, controlar para isolar, foi apoiada pelo reconhecimento contínuo da área. Simultaneamente, as forças da coalizão conquistaram progressivamente um relacionamento cordial com o povo local por meio do reparo e manutenção da infraestrutura crítica e da garantia da liberdade de manobra para o comércio por toda a cidade.

O 3º Regimento de Cavalaria Blindado utilizou a integração dos fogos conjuntos com os meios de coleta de informações para engajar as forças inimigas isoladas. Isso mostrou que a capacidade de uma unidade de integrar os fogos conjuntos com os meios de coleta de informações para localizar identificar e destruir as forças inimigas é algo essencial para as operações bem-sucedidas. Em Tal Afar, o controle bem-sucedido

das transições e da integração contínua dos meios multiplicadores do poder de combates levaram ao sucesso.

Semelhante a Tal Afar, a batalha pela Cidade de Sadr, em 2008, demonstrou que a execução simultânea das missões ofensivas, defensivas e de estabilização podem levar às operações bem-sucedidas<sup>10</sup>. A integração dos multiplicadores do poder de combate pela 4ª Divisão de Infantaria e pelas forças da coalizão, desde fogos conjuntos até os meios de coleta de informações, moldou o ambiente operacional e criou vários problemas para a força insurgente dominante, Jaish

al Mahdi. Na Cidade de Sadr, as forças da coalizão conduziram segurança de área por meio de manobras terrestres, enquanto engenheiros, protegidos por caçadores(atiradores de elite), construíram uma barreira para proporcionar segurança ao povo, isolando os elementos malignos. Simultaneamente, as forças de operações especiais da coalizão conduziram incursões contra indivíduos de alto valor, ao mesmo tempo que a aviação de ataque interdito as equipes de foguetes do inimigo.

A integração dos multiplicadores do poder de combate pelas forças da coalizão na Cidade de Sadr, em 2008, foi marcadamente semelhante às realizadas, no Centro Nacional de Treinamento, pelas brigadas de combate mais bem-sucedidas que eu observei. O êxito, tanto nos exercícios de treinamento quanto nas operações, parece depender da capacidade das forças amigas fazer transição rapidamente entre as missões ofensivas, defensivas e de estabilização ao mesmo tempo que favorece o Comando de Missão em todos os escalões. Na Cidade de Sadr, isso foi realizado pela execução de manobra de armas combinadas e a segurança de área para isolar o inimigo e obter a iniciativa.

Os elementos dessa versão de ação decisiva foram aplicados continuamente durante todo o combate.

O Exército dos EUA não é a única força militar que adota combinações simultâneas de missões ofensivas, defensivas e de estabilização. Por exemplo, durante a guerra de 2006 com Israel, o Hezbollah empregou uma estratégia militar sofisticada que integrava a guerra de guerrilha de desgaste como ação defensiva, os fogos de foguetes na ofensiva e as operações de estabilização nas áreas sob o seu controle<sup>11</sup>. O Hezbollah empregou veículos aéreos não tripulados (VANT) e fo-



Um carro de combate *Merkava* destruído pelo Hezbollah durante a sua guerra de 2006 contra Israel. (Foto cortesia da Wikimedia Commons)

guetes fornecidos pelo Irã em seu modelo equivalente de combates assimétricos principais e profundos<sup>12</sup>. Os VANT capacitaram o reconhecimento tático e as emboscadas anticarro, enquanto os foguetes atacaram os centros populacionais como um esforço para pressionar Israel a se retirar. Segundo o acadêmico Iver Gabrielsen em “The Evolution of Hezbollah’s Strategy and Military Performance, 1982–2006” (“A Evolução da Estratégia e do Desempenho Militar do Hezbollah, 1982-2006”, em tradução livre), os seus combatentes empregaram 13 princípios da guerra que enfatizavam aspectos das operações de estabilização. Por exemplo, os princípios relacionados à formação das condições civis eram, “A mídia possui incontáveis armas .... empregá-las na batalha!” e “O povo é o tesouro — cultivá-lo!”<sup>13</sup>

Durante as campanhas da Crimeia e de Donbas, as forças militares russas empregaram a doutrina de Gerasimov. Ela recomenda que o “emprego amplo das medidas políticas, econômicas, informacionais, humanitárias e outras não militares sejam aplicadas em coordenação com o potencial de manifestação do povo ... para criar uma frente de operações permanente

por todo o território do Estado inimigo”<sup>14</sup>. Esse modelo busca claramente as vantagens relativas por meio da combinação de missões ofensivas, defensivas e de estabilização<sup>15</sup>.

Na Crimeia, as forças russas utilizaram operadores especiais e colaboradores para obter a iniciativa por meio de propaganda para convencer russos étnicos enquanto usaram simultaneamente elementos velados para capturar terreno chave, como campos de aviação e portos. Essas ações foram apoiadas pelos fogos de artilharia e foguete de longo alcance. Além disso, eles protegiam as suas forças usando uma rede antiaérea sofisticada e integrada enquanto utilizavam ameaças de nível estratégico (como mudanças de postura nuclear e exercícios militares repentinos) para impedir ou evitar apoio externo.

## A Evolução do Conceito Operacional do Exército

Quando o manual ADRP 3-0, *As Operações Terrestres Unificadas* substituiu o termo “as operações no amplo espectro” pelo termo “a ação decisiva”, o Exército começou a orientar os comandantes a empregarem combinações contínuas e simultâneas de missões ofensivas, defensivas e de estabilização para obter a iniciativa e conseguir uma posição de vantagem relativa<sup>16</sup>. Em contraste com a ideia tradicional de ações decisivas como a concentração do poder de combate, a razão pela mudança do significado de decisivo foi explicado da seguinte forma:

O conceito operacional aborda mais do que o combate entre oponentes armados. As forças do Exército conduzem operações entre populações. Isso exige que as forças do Exército derrotem o inimigo e simultaneamente restabeleçam as condições civis. As missões ofensivas e defensivas derrotam as forças inimigas enquanto que as missões de estabilização reestruturam as condições civis. A vitória em batalhas e engajamentos é importante, mas por si só, talvez não seja o mais significativo. O restabelecimento das condições civis (junto com organizações civis, autoridades civis e forças multinacionais) mostra, frequentemente, ser igualmente importante para o êxito da campanha. Em muitas operações conjuntas, a estabilização ou o apoio de segurança para as missões das autoridades civis provam ser muito mais importantes do que as missões ofensivas e defensivas<sup>17</sup>.

A necessidade das forças operacionais de combinar e sincronizar uma ampla gama de missões tem permanecido constante desde o passado até o presente e continuará assim no futuro. No entanto, como a maioria das forças armadas ocidentais, o Exército dos EUA possui uma longa tradição de definir a ação decisiva como a aplicação do poder de fogo superior ou elementos de manobra contra um inimigo no lugar e no tempo ideal. Nos *Regulamentos dos Serviços em Campanha (Field Service Regulations)*, de 1923, a ação decisiva implicava “a capacidade do comando de concentrar as forças em pontos decisivos”<sup>18</sup>. Em 1976, o Manual de Campanha 100-5, *Operações (FM 100-5, Operations)* declarou que a aplicação de forças superiores incluía fogos. O manual citava que, “os resultados decisivos exigem a concentração habilidosa de poder de fogo”<sup>19</sup>.

Com o advento da doutrina de “Combate Ar-Terra” em 1982, o significado de “decisivo” começou a se expandir em três direções significativas. Primeiro, a doutrina, que recomendou usar poder de combate para realizar ataques profundos que desestabilizassem o adversário, reintroduziu a ênfase nas manobras. Enquanto a doutrina de “Defesa Ativa”, de 1976, se concentrou no poder de fogo e no emprego de fogos de supressão para possibilitar o movimento no combate aproximado, o Combate Ar-Terra recomendou o uso de fogos e manobras nos combates profundos e aproximados. Segundo a edição de 1982 do FM 100-5, *Operações*, “o Combate Ar-Terra seria dominado pela força que mantivesse a iniciativa e, com ataques profundos e manobras decisivas, destruísse a capacidade do oponente de lutar e de se reorganizar em profundidade”<sup>20</sup>.

Segundo, o Combate Ar-Terra introduziu o conceito de um campo de batalha dinâmico e um entendimento mais amplo do poder de combate e dos fatores intangíveis que determinariam os resultados da guerra. O manual definiu o poder de combate pelos seus elementos: “manobra, poder de fogo, proteção e liderança”<sup>21</sup>. Cada um desses elementos do poder militar tinha um papel em ajudar os comandantes a reunir a dosagem adequada de forças no ponto decisivo. Além disso, o manual se referiu a uma gama de aspectos intangíveis que moldam os resultados como as dinâmicas do combate. Segundo o manual, “o poder relativo de combate e os efeitos dos fogos e manobras são significativos em decidir o resultado das batalhas; contudo, um número de fatores intangíveis frequentemente predominam, [incluindo o] nível de

adestramento, motivação das tropas, habilidade do comandante, firmeza de propósito e audácia — as capacidades para perceber oportunidades, pensar rapidamente, comunicar claramente e agir de forma decisiva”<sup>22</sup>.

Enquanto que a doutrina de Combate Ar-Terra de 1982 expandiu o campo de batalha e a ideia do que constituía o poder de combate, em 1986, a doutrina operacional do Exército ampliou o entendimento do alcance dos campos de batalha. A edição de 1986 do FM 100-5 citava, “as guerrilhas, forças de operações especiais e terroristas buscarão evitar batalhas de posições fixas e atacarão pontos de vulnerabilidade dispersos”<sup>23</sup>. O manual de 1986 enfatizou a adaptação do Combate Ar-Terra para as curtas contingências, dos grandes teatros de guerra.

Apesar desse foco mais amplo, o manual de 1986 ainda enfatizou o ataque em profundidade contra os alvos inimigos altamente compensadores como pontos decisivos no campo de batalha moderno. De fato, na edição de 1986, a doutrina recomendou um raciocínio que abrangesse campos de batalha múltiplos e antecipasse a adaptação do adversário. Ainda, o manual abordou o potencial de munições de precisão, dizendo, “sistemas terrestres e aéreos potentes, complementados por munições guiadas de precisão estreitamente coordenadas, serão capazes de concentrar grande poder de combate, especialmente nos pontos decisivos”<sup>24</sup>.

## De Doutrina Eficaz a Treinamento Eficaz

A palavra *decisivo* já evoluiu além das suas raízes do Século XX. Hoje, dificilmente uma batalha decisiva,

única e linear, irá acontecer. As forças frequentemente conduzem operações entre a guerra e a paz como, por exemplo, nas áreas urbanas que não são propícias para a concentração do poder de combate contra um único ponto geográfico decisivo. A unidade capaz de combinar de forma simultânea e contínua as missões ofensivas, defensivas e de estabilização, como descrito na doutrina do Exército, será aquela mais capaz de obter uma posição de vantagem relativa contra o inimigo. O modelo, ou modelos operacionais, ou, escolhidos pelo comandante — como operações de combate profunda e aproximada e operações de segurança; operações decisivas, secundárias e de apoio logístico; e esforços principais e de apoio — influenciam muito em como o comandante organiza a dosagem de missões ofensivas, defensivas e de estabilização. Cada comandante precisa coordenar as tarefas de forma que melhor aproveite a manobra de armas combinadas e a segurança de área.

Para melhorar a prontidão, as unidades necessitam tempo e espaço para treinamento realista na sede. Essa instrução deve enfatizar, desde a instrução individual até o adestramento das frações, os conjuntos de capacidades requeridas na ação decisiva, especialmente os fogos de longo alcance, reconhecimento, segurança e integração dos meios multiplicadores do poder de combate. Além disso, os exercícios de adestramento de estado-maior, coerentes com o padrão do Centro Nacional de Treinamento, precisam ser elaborados para preparar comandantes ágeis e adaptáveis capazes de combinar as missões ofensivas, defensivas e de estabilização em um modelo de operações de combate profunda e aproximada e operações de segurança. ■

*O Major William H. Shoemate, Arma de Engenharia do Exército dos EUA, é Oficial Administrativo do Grupo de Guerra Assimétrica. É bacharel pela University of the Ozarks e mestre pelo U.S. Army Command and General Staff College. Foi comandante na 2ª Divisão de Infantaria e no Grupo de Guerra Assimétrica. Entre 2014 e 2015, foi observador controlador/treinador no Centro Nacional de Treinamento.*

*O Major Benjamin M. Jensen, Reserva do Exército dos EUA, é bolsista militar do Grupo de Estudos Estratégicos do Comandante do Exército (Chief of Staff of the Army Strategic Studies Group). É bacharel pela University of Wisconsin, Madison, mestre pela National Intelligence University e mestre e doutorado pela School of International Service da American University. Exerceu função de comando no 629º e no 323º Batalhões de Inteligência Militar e serviu na Inteligência conjunta no Comando Europeu dos EUA. É chefe de departamento acadêmico na Marine Corps University e acadêmico residente na School of International Service da American University, em Washington, D.C.*

---

## Referências

1. *Field Service Regulations of the United States Army* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 1910), p. 157 e 160, obsoleto, acesso em: 6 mai. 2016, <http://cgsc.cdmhost.com/cdm/ref/collection/p4013coll9/id/900>.
2. Joint Publication 5-0, *Joint Operation Planning* (Washington, DC: U.S. GPO, 2011), p. GL-8.
3. Army Doctrine Reference Publication (ADRP) 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2012), p. GL-2.
4. Department of the Army, Headquarters, U.S. Army Forces Command [FORSCOM], Memorandum for Commanders, Major Subordinate Commands/Units Reporting Directly to FORSCOM, Army National Guard Bureau, Office, Chief Army Reserve and Army Service Component Commands, "FORSCOM Command Training Guidance (CTG)—Fiscal Year 2016," 19 Oct. 2015, acesso em: 5 mai. 2016, <https://fce.forscom.army.mil/FC-DocMgmt/SiteAssets/Default.aspx> (login é necessário), p. 12.
5. Para uma sinopse do treinamento disponível no Centro Nacional de Treinamento (U.S. Army National Training Center), veja Operations Group, U.S. Army National Training Center, *Training for Decisive Action: Stories of Mission Command* (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2014) acesso em: 12 jul. 2016, <http://usacac.army.mil/CAC2/cgsc/carl/download/csipubs/Training-ForDecisiveAction.pdf>.
6. ADRP 3-0, p. 1-10 até 1-12.
7. *Ibid.*
8. Army Doctrine Publication 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, October 2011), p. GL-7.
9. George Packer, "The Lesson of Tal Afar: Is it Too Late for the Administration to Correct Its Course?" *The New Yorker* online, 10 Apr. 2006, acesso em: 12 jul. 2016, <http://www.newyorker.com/magazine/2006/04/10/the-lesson-of-tal-afar>.
10. David E. Johnson; M. Wade Markel; e Brian Shannon, "The 2008 Battle of Sadr City" (documento específico, RAND Corporation, 2011).
11. Iver Gabrielsen "The Evolution of Hezbollah's Strategy and Military Performance, 1982–2006" *Small Wars & Insurgencies* 25, no. 2 (June 2014), doi:10.1080/09592318.2014.903636.
12. Marc Lindemann, "Laboratory of Asymmetry: The 2006 Lebanon War and the Evolution of Iranian Ground Tactics," *Military Review* 90, no. 3 (May-June 2010).
13. Gabrielsen, "The Evolution of Hezbollah's Strategy and Military Performance," p. 258.
14. Valery Gersimov, "The Science of Military Prediction," *Military-Industrial Kurier*, 27 Feb. 2013, como citada e traduzida em Robert Coalson, "Top Russian General Lays Bare Putin's Plan for Ukraine," *The World Post* online, 2 Sep. 2014, acesso em: 5 mai. 2016, [http://www.huffingtonpost.com/robert-coalson/valery-gersimov-putin-ukraine\\_b\\_5748480.html](http://www.huffingtonpost.com/robert-coalson/valery-gersimov-putin-ukraine_b_5748480.html).
15. Para uma síntese da campanha na Crimeia, veja Kristin Ven Bruusgaard, "Crimea and Russia's Strategic Overhaul," *Parameters* 44, no. 3, (Autumn 2013).
16. ADRP 3-0, p. 2-2 até 2-6.
17. *Ibid.*, p. 2-3.
18. *Field Service Regulations, United States Army: 1910* (Washington, DC: U.S. GPO, 1923), p. 56, obsoleto, acesso em: 15 nov. 2015, [http://carl.army.mil/docs/field\\_service\\_1923.pdf](http://carl.army.mil/docs/field_service_1923.pdf).
19. Field Manual (FM) 100-5, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 1976), p. 3-5, obsoleto, acesso em: 15 nov. 2015 <http://cgsc.cdmhost.com/cdm/ref/collection/p4013coll9/id/42>.
20. FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 1982), obsoleto, p. 1-5.
21. *Ibid.*, p. 2-4.
22. *Ibid.*
23. FM 100-5, *Operations* (Washington: Department of the Army, 1986), obsoleto, p. 3.
24. *Ibid.*



O Secretário de Defesa Ash Carter (à esquerda) e o Secretário de Defesa Nacional filipina Voltaire Gazmin apertam mãos em um V-22 Osprey, do Corpo de Fuzileiros Navais, ao partir do USS *John C. Stennis*, depois de visitar o navio aeródromo no Mar da China Meridional, 15 Abr 16. Carter visitou as Filipinas como parte de um esforço para solidificar o reequilíbrio na região Ásia-Pacífico. (Suboficial Adrian Cadiz, Força Aérea dos EUA)

# O Perigo das Ilusões — e Como Evitar que Essas Causem Conflitos Uma Perspectiva sobre a China

Cel Michael J. Forsyth, Exército dos EUA

**E**m 2015, eu tive a oportunidade de receber um oficial superior chinês durante a sua visita aos Estados Unidos. Durante a sua permanência, ele exprimiu continuamente que os Estados Unidos devem respeitar a China, e que não devem seguir uma política de contenção. Independente do assunto em discussão, o oficial sempre voltou a esse tema. Parecia para mim que essa percepção de perseguição chegava quase a ser uma paranoia.

Ao supor que as declarações do oficial chinês representavam as opiniões das autoridades do seu país, eu me lembrei da situação histórica da Alemanha Imperial antes da Primeira Guerra Mundial. O medo irracional de ser cercado influenciou a classe política e militar da Alemanha, uma mentalidade que contribuiu para o advento da guerra. Eu me perguntei se os chefes militares chineses, como as autoridades alemãs do passado, estariam começando a acreditar que outros países na sua região estavam tentando cercá-los. Se for assim, o precedente histórico sugere que essa paranoia por parte da China pode ter consequências graves, particularmente se a China reagir com exagero às presumidas ameaças contra a sua soberania.

Para evitar mal entendidos e as subseqüentes consequências que possam ocorrer, os Estados Unidos e os seus parceiros na região Ásia-Pacífico precisam esforçar-se para desfazer essa noção — onde ela existir entre as autoridades chinesas — de que os Estados Unidos e os seus parceiros estão tentando conter a China. Os Estados Unidos podem realizar isso com uma estratégia de equilíbrio cuidadosamente implementada.

## **A Alemanha antes de 1914**

Em 1871, uma Alemanha unificada surgiu no palco mundial como uma grande potência depois da impressionante derrota da França, na Guerra Franco-Prussiana<sup>1</sup>. Antes de 1871, os povos germânicos estavam divididos entre dezenas de pequenos reinos, ducados, principados e cidades livres, bem como em dois grandes Estados, a Áustria e a Prússia — que se competiam pela liderança desse conglomerado de entidades políticas. Nessa disputa, a Prússia tinha gradualmente ascendido em poder ao longo dos séculos XVIII e XIX, obtendo grande influência entre esses dispersos e, em sua maioria, pobres Estados germânicos, ao mesmo tempo que a influência da Áustria tinha lentamente declinado. Não obstante, esses dois Estados mais

poderosos competiam para unir os reinos mais fracos de etnia alemã sob uma única bandeira de liderança germanófono<sup>2</sup>.

A disputa atingiu o seu ápice em 1866 quando a Áustria e a Prússia travaram uma breve guerra pela hegemonia sobre os Estados alemães menores. A Prússia surpreendeu a Áustria com uma vitória rápida e decisiva em Königgrätz, em 3 de julho de 1866. Desde então, o Império Austríaco assumiu uma posição subordinada à Prússia<sup>3</sup>. Depois, a Prússia estabeleceu uma confederação livre de Estados germânicos, não concluindo uma unificação política completa. Contudo, suficiente controle sobre a política externa e os assuntos militares foi concedido à Prússia que permitia que essa pudesse ditar as atividades dos seus vizinhos<sup>4</sup>.

Em 1870, o atrito prolongado entre os franceses e os prussianos levou à guerra. O Chanceler prussiano Otto von Bismark armou uma crise que exigia que a Prússia agisse para salvar a sua honra. Com um arranjo de forças da confederação e o seu próprio grande exército, a Prússia mobilizou um exército combinado que sobrepujou a França. No final das hostilidades em 1871, Bismark aproveitou a oportunidade para proclamar a criação de um Império Alemão unido sob a liderança do rei prussiano, agora imperador, Guilherme I. Durante uma cerimônia, em 1871, na Sala dos Espelhos em Versalhes, em Paris, o novo Estado afirmou o seu domínio. A partir disso, a nova balança do poder entre as grandes potências da Europa pendeu pesadamente para a Alemanha imperial<sup>5</sup>. Em apenas uns poucos anos, a nova nação forjada da miscelânea de reinados e ducados fracos e desunidos tinha se tornado o poder mais forte no continente europeu. Como tal, a Alemanha inspirou respeito, e fomentou temor, entre os seus vizinhos.

A França, a Grã-Bretanha e a Rússia, percebendo uma ameaça mútua representada pelo Império Alemão, formaram o que chegou a ser conhecida como a Tríplice Entente, em 1907, para enfrentar a rápida ascensão da Alemanha. Elas consideravam a sua aliança como uma espécie de “seguro” contra expansão alemã futura, por meio de compromissos de apoiar uma à outra com forças militares em caso de um conflito.

Os chefes alemães, por outro lado, naturalmente viam essa aliança como uma tentativa de impedir a ascensão do seu país. Como resultado, as autoridades alemães — especialmente o Kaiser Guilherme II, que

## A China desde a Segunda Guerra Mundial

A encarnação moderna da China como uma nação é, em algumas formas, paralela com a ascensão da Alemanha. No final do século XX, a China começou a se erguer de um longo período de subjugação colonial. Em 1949, os comunistas chineses derrotaram os nacionalistas após uma guerra civil prolongada e implacável. Isso foi a culminação da luta para se livrar do jugo colonial aplicado no povo chinês, primeiro por várias potências europeias, e depois pelo Japão. Entre 1945 e 1949, grupos chineses com ideologias políticas conflitantes lutaram entre si pela hegemonia do país. Os comunistas, que emergiram vitoriosos, rapidamente estabeleceram um sistema de governança severo controlado centralmente que condenou a China a um período de desenvolvimento atrofiado e de supressão política.

Contudo, nos anos 70, uma nova geração de líderes começou a guiar a China em uma nova direção, depois da morte de Mao Tsé-Tung. A nova liderança buscou trazer mais prosperidade e crescimento econômico a China por meio de um capitalismo administrado pelo Estado. O comunismo não foi abandonado, porém muitos dos seus mecanismos econômicos foram liberalizados e modificados para capacitar o crescimento, embora ainda supervisionado centralmente pelo partido. Isso levou à ascensão da China da estagnação e da pobreza a um nível sem precedentes de prosperidade econômica e de acentuada influência política no mundo. Já nos anos 90, o crescimento econômico anual de dois dígitos elevou a China para um lugar entre no primeiro nível das nações. Com o seu crescimento inacreditável veio a exigência da China por maior respeito.



Preocupado que as grandes potências da Europa estavam conspirando para cercar a Alemanha e limitar o seu poder e influência no continente, o Kaiser Guilherme II, imperador da Alemanha e rei da Prússia, se reuniu, em 8 de dezembro de 1912, com os seus principais conselheiros militares para discutir as linhas de ação, incluindo a possibilidade de declarar a guerra. A reunião chegou a ser conhecida como o “Conselho da Guerra”. (Foto cortesia da Wikipedia)

sucedeu Guilherme I, em 1888 — começaram a acreditar que seus vizinhos estavam tentando cercar a nação. No caso de Guilherme, alguns historiadores acreditam que o seu estado mental beirava a paranoia. Durante seus encontros com outras autoridades europeias, Guilherme e os seus ministros declaravam rotineiramente que a Alemanha precisava de um “lugar ao sol” e espaço adequado para viver<sup>6</sup>. Os seus processos mentais são considerados a principal razão do advento da Primeira Guerra Mundial, em que a Alemanha atacou primeiro para evitar um envolvimento.

nismo não foi abandonado, porém muitos dos seus mecanismos econômicos foram liberalizados e modificados para capacitar o crescimento, embora ainda supervisionado centralmente pelo partido. Isso levou à ascensão da China da estagnação e da pobreza a um nível sem precedentes de prosperidade econômica e de acentuada influência política no mundo. Já nos anos 90, o crescimento econômico anual de dois dígitos elevou a China para um lugar entre no primeiro nível das nações. Com o seu crescimento inacreditável veio a exigência da China por maior respeito.

De uma forma semelhante às preocupadas opiniões das nações vizinhas com relação à Alemanha na Europa pré-Primeira Guerra Mundial, no final da década de 90 os vizinhos da China começaram a ter medo que ela viesse a agredir as suas soberanias. As ações chinesas, como testes de mísseis perto do litoral de Taiwan, em 1996, e reivindicações sobre as Ilhas Spratly, que tiveram origens mais ou menos durante o mesmo tempo, têm alimentado esses temores<sup>8</sup>. Portanto, alguns Estados têm tomado medidas para proteger os seus interesses. Por exemplo, após um período de várias décadas de relações tépidas entre a Índia e os Estados Unidos, eles estão cultivando um forte relacionamento que inclui acordos econômicos e de segurança. Segundo Ted Galen Carpenter, iniciativas como essas fazem com que as autoridades chinesas acreditem que os Estados Unidos estão encabeçando “uma estratégia de contenção orientada contra a China”<sup>9</sup>.

Em resposta, a China contra-ataca essa presumida contenção por meio de uma reaproximação com a Rússia. Desde 2013, a China e a Rússia estão cooperando em benefício mútuo. Por exemplo, em 2013, elas assinaram um acordo de US\$ 270 bilhões para dobrar a quantidade de petróleo russo enviado para a China. Em 2015, elas assinaram outro acordo em que a Rússia construiria um oleoduto para facilitar a entrega de gás natural da Sibéria<sup>10</sup>.

A China e a Rússia possuem uma longa história de antagonismo, da mesma forma que a Rússia e os Estados Unidos. Então, por que a China e a Rússia estão trabalhando juntos agora? Para a Rússia, um acordo econômico com a China oferece uma maneira de diminuir os efeitos opressivos das sanções econômicas impostas pelo Ocidente devido às ações severas na Ucrânia. Contudo, no caso da China, fazer vista grossa ao relacionamento adverso anterior com a Rússia parece oferecer uma forma de contrabalançar os Estados Unidos, e assim prover proteção contra a contenção<sup>11</sup>. Um paralelo histórico pode ser encontrado na tentativa alemã de enfrentar a Tríplice Entente com a Tríplice Aliança da Itália, da Áustria-Hungria e da Alemanha (bem como com uma aliança com o Império Otomano).

De fato, os paralelos entre a ascensão da Alemanha do século XIX e o surgimento moderno da China são altamente interessantes. Assim como a Alemanha emergiu como uma grande potência a partir de

pequenas fontes dispersas, a China cresceu no século XX. Além disso, as alegações e as declarações feitas pelos governos delas são semelhantes. Por exemplo, durante uma reunião, de 2010, da Associação das Nações do Sudeste da Ásia, segundo o repórter John Pomfret da *Washington Post*, os participantes alegaram ouvir o ministro das relações exteriores chinês dizer, “A China é um grande país e outros países são pequenos”<sup>12</sup>. Se essa declaração reflete as atitudes prevalentes, a exigência de respeito por parte da China combinada com alegações de hegemonia regional — que alguns têm rotulado como uma Doutrina de Monroe chinesa — soa como algo do passado<sup>13</sup>.

Uma consequência do poder da China é que as nações na sua fronteira, como as Filipinas, o Vietnã, a Coreia do Sul e o Japão, têm desenvolvido vínculos mais íntimos entre si. Além disso, a violação chinesa das rotas de navegação internacionais também aproximou os Estados Unidos desses países.

Embora atualmente não haja uma aliança formal ou tratados de segurança em vigor, a soma das relações mais íntimas entre os Estados Unidos e os vizinhos regionais da China leva alguns acadêmicos e líderes chineses a acreditarem que existe um esforço concentrado para conter a nação deles. De fato, como observado pelo autor Biwu Zhang, até existe a alegação feita por alguns acadêmicos chineses de que os Estados Unidos estão fomentando disputas entre a China e os seus vizinhos como uma forma para aumentar as dificuldades do país<sup>14</sup>. Mais uma vez, isso soa como algo do passado, quando as autoridades da Alemanha imperial chegaram a acreditar que a Entente estava cercand-os e que era necessário agir. Ao julgar mal as percepções alemãs, os militares, políticos e diplomatas da Entente fracassaram em evitar o cataclismo da Primeira Guerra Mundial em face de uma Alemanha ascendente. Será que as autoridades agirão de uma forma diferente para evitar um conflito com uma China renascente neste século?

## **Uma Proposta de Políticas para Melhores Relações com a China**

Os exemplos da História talvez possam ajudar-nos a descobrir novas formas para repetir erros. As autoridades chinesas temem a contenção porque não querem que o país perca influência, fique estagnado, ou de alguma maneira, se torne submisso aos desejos e interesses



O CMG Wang Jianxun, Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada do Mar Meridional, do Exército de Libertação Popular (Marinha), e Comandante da Força-Tarefa de Escolta, proporciona uma visita na ponte do navio chinês *Jinan* ao C Alte John Fuller, Comandante da Região Naval Havaí e do Naval Surface Group Middle Pacific (Grupo da Armada Naval do Centro Pacífico) durante uma visita rotineira a Havaí, 13 Dez 15. (Sgt Nardel Gervacio, Marinha dos EUA)

de outras nações, como aconteceu antes de 1949. Tal futuro é impensável e intolerável para os chineses<sup>15</sup>. Portanto, como podem os Estados Unidos e outras nações da região Ásia-Pacífico mudar essa percepção entre os autoridades chineses?

Ashley J. Tellis da Fundação Carnegie para a Paz Internacional escreveu um excelente estudo com recomendações sólidas que podem evitar a disseminação entre as autoridades chinesas da percepção de que os Estados Unidos estão tentando implementar uma política de contenção. A sua abordagem aconselha a promoção de equilíbrio e de cooperação em vez da contenção. As suas recomendações principais aos formuladores de políticas para conseguir esse equilíbrio são apoiar os atores regionais, aprofundar seletivamente a globalização, reforçar as capacidades militares dos EUA e revigorar a economia dos EUA<sup>16</sup>. A implementação

efetiva da política geral de equilíbrio e do amplo crescimento de Tellis deve ser apoiada com quatro elementos críticos: a transparência, o engajamento, a inclusão e a concordância de opinião<sup>17</sup>.

Por séculos, o equilíbrio de poder entre as grandes potências mundiais, estruturadas em blocos, foi facilitado por líderes políticos com a finalidade de manter a paz. Foi apenas após o Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos implementaram uma política de contenção para enfrentar a expansão da União Soviética.

A contenção, nesse caso, funcionou, o que não pode acontecer com a China. Primeiro, as economias chinesas e norte-americanas estão inextricavelmente interconectadas. Em contraste com isso, durante a Guerra Fria, as economias norte-americanas e soviéticas estavam quase completamente separadas como parceiros comerciais em blocos ideológicos conflitantes.

Segundo, a localização geopolítica da China faz com que a contenção seja extremamente problemática devido à sua centralidade na Bacia do Pacífico. Além disso, as ambições de expansão soviética estendiam por todo o mundo, enquanto que a China não necessariamente deseja a expansão, até mesmo em um nível regional. Na realidade, o que a China provavelmente quer é hegemonia regional e reconhecimento como a primeira nação no Pacífico. Portanto, a contenção da China adiantaria pouco uma vez que as suas ambições são limitadas a sua própria região<sup>18</sup>. Assim, o equilíbrio faz mais sentido do que a contenção, mas como pode funcionar?

O equilíbrio não significa a formação de um bloco de nações na Ásia para enfrentar a China por uma perspectiva militar ou econômica. Em vez disso, como Tellis observa, a criação de equilíbrio na Ásia “se concentraria principalmente em restringir a capacidade de Pequim de usar indevidamente as suas crescentes capacidades nacionais em maneiras que diminuem o poder norte-americano”<sup>19</sup>. Em vez de formar blocos conflitantes, o equilíbrio instigaria a China a conformar-se às normas internacionais. Para implementar uma estratégia de equilíbrio, os Estados Unidos precisam “apoiar os seus parceiros asiáticos, compensar as perdas ... [que os Estados Unidos têm] sofrido devido à participação da China no comércio global, reinvestir na manutenção da superioridade militar necessária para a efetiva projeção de poder dos EUA por todo o mundo e revitalizar a sua economia nacional”<sup>20</sup>.

Em resumo, o equilíbrio significa a reconstrução da força norte-americana ao mesmo tempo em que trabalha intimamente com amigos na região, fortalecendo-os e resolvendo os medos que esses possuem que podem causar enfrentamentos desnecessários. Assim, os Estados Unidos devem ser vistos como redirecionando a sua energia para solidificar a sua própria economia e fortalecer amigos ao invés de parecer estar buscando a contenção da China.

Para fazer com que uma estratégia de equilíbrio como essa funcione, os Estados Unidos precisam, primeiro, conduzir os seus esforços com 100% de transparência<sup>21</sup>. A transparência ajuda a formar confiança, e isso é a única forma para reduzir as suspeitas sustentadas pelos chineses. Portanto, os Estados Unidos devem fazer uma declaração absolutamente clara sobre sua política de equilíbrio, e sobre o seu apoio para o amplo crescimento de todas as nações da Bacia do

Pacífico “para concretizar o seu potencial estratégico e aumentar a sua cooperação mútua” para o benefício de todos<sup>22</sup>. A política deve integrar todos os instrumentos do poder nacional, com um equilíbrio entre os elementos diplomáticos, militares, econômicos e de informações.

Segundo, Tellis observa, “os Estados Unidos (e os seus amigos) devem engajar a China em vários níveis, de forma bilateral e multilateral, “incluindo trocas industriais, sociais, militares e educacionais”<sup>23</sup>. Na sua análise das percepções chinesas, Zhang descobriu uma mentalidade entre alguns acadêmicos chineses que pode traduzir um apoio para a abordagem exposta por Tellis. Isso sugere que pode haver uma oportunidade para conduzir engajamento significativo com os chineses sem instigar medo de um cerco<sup>24</sup>.

No entanto, os Estados Unidos precisam evitar a condução de engajamentos que, quando somados, demonstrem inconsistência na política geral. A inconsistência dá a aparência de fraqueza e de uma falta de integridade. Além disso, as Forças Armadas não devem parecer como a vanguarda das iniciativas de políticas, enquanto as preocupações diplomáticas, econômicas e de informações vêm atrás. Isso pode levar à interpretação errônea e à desconfiança, com autoridades chinesas protestando contra esforços bem-intencionados para construir relações e melhorar cooperação e parceria. Assim, o engajamento precisa ter uma mensagem clara, distribuída uniformemente por todos os elementos do poder nacional, com as Forças Armadas em apoio.

Terceiro, os Estados Unidos têm que incluir a China em todas as decisões internacionais e no desenvolvimento das políticas e protocolos mundiais<sup>25</sup>. Não se pode admitir que a China aja como um mero observador no cenário mundial.

Atualmente, a China tende a usar sua política de não intervenção nos assuntos internos de outras nações, para evitar a participação em eventos de manutenção da estabilidade global. A China, às vezes, fica de lado durante as crises mundiais, criticando outros que tentam trazer ordem do caos. Contudo, a China já não pode se reservar o direito de reclamar sem participação, se quer ganhar o respeito que almeja. Se a China quer respeito, deve ser chamada a tornar-se mais engajada na comunidade mundial. Ela deve ser incentivada a fazer parceria com outras nações para

evitar ou estabilizar crises, para a melhoria de todos<sup>26</sup>. Tellis ressalta no seu estudo que os Estados Unidos precisam persuadir a China a aceitar isso.

Finalmente, apesar das inúmeras áreas de desacordo, Tellis identifica oportunidades em que a China, os seus vizinhos e os Estados Unidos podem trabalhar juntos. Entre eles, a cooperação no aprofundamento das transações comerciais e no combate ao terrorismo.

Todas as nações da região da Ásia-Pacífico se beneficiam imensamente pelo comércio entre si. A expansão desse entre as nações pode trazer recompensas para todos os participantes<sup>27</sup>. Além disso, a China, os Estados Unidos e os seus parceiros coletivamente permanecem vulneráveis aos grupos terroristas. Os Estados Unidos já aprenderam muitas lições ao longo da última década que podem ajudar a China, que possui uma ameaça significativa do Islã radical nas suas províncias no noroeste. Os dois países e outros na região podem fazer parceria para combater esse problema comum. Essa cooperação pode ajudar a derrubar barreiras, construir confiança e entendimento e evitar que a China interprete mal a intenção de outras nações.

## Conclusão

A história não é um modelo que pode ser usada para prever eventos ou resultados específicos do futuro. Contudo, uma análise do passado pode revelar padrões

pelos quais se pode avaliar os desafios atuais. Uma análise superficial dos eventos demonstra esquisitas semelhanças entre a Alemanha imperial do século passado e a China atual. Um sentimento de paranoia de ser cercada influenciou as autoridades alemãs, levando a passos errados que mergulharam o mundo em uma guerra devastadora. Com base na minha observação pessoal e em uma pesquisa de fontes publicadas, a China pode estar desenvolvendo uma ilusão de que os Estados Unidos estão liderando um esforço para contê-la. O perigo é que tal situação possa levar à avaliação errada e à reação exagerada — um conflito desnecessário.

O conflito é evitável se os Estados Unidos empregarem todos os instrumentos do poder nacional para conseguir um equilíbrio de poder em que a China não precisa ser cerceada. Uma política de equilíbrio deve fortalecer a economia dos EUA bem como a dos seus parceiros, manter o poder militar dos EUA e remover o foco de atenção da China. Fator inerente ao sucesso de tal política é a redução do sentimento entre as autoridades chinesas que os Estados Unidos estão tentando contê-la. Os Estados Unidos podem fazer isso ao comunicar claramente o seu desejo por um benefício mútuo.

A cultivação de um parceiro na China — junto com os amigos da região — em vez de um adversário pode evitar uma colisão que provavelmente seria devastadora para todos. ■

*O Coronel Michael J. Forsyth, do Exército dos EUA, é o Chefe de Estado-Maior da Região do Alasca do North American Aerospace Defense Command (NORAD) e Comandante da Base Conjunta Elmendorf-Richardson. É mestre em Estudos Estratégicos pelo U. S. Army War College, e também possuindo títulos de mestrado pela Escola de Estudos Militares Avançados e pela Louisiana State University. Serviu quatro rodízios em combate, um durante a Operação Desert Storm e três no Afeganistão. É autor de três livros sobre campanhas da Guerra Civil dos EUA.*

## Referências

1. Christopher Clark, *Iron Kingdom: The Rise and Downfall of Prussia, 1600-1947* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006), p. 510.

2. *Ibid.*, p. 531-33.

3. *Ibid.*, p. 542 e 545-46.

4. Michael Sturmer, *The German Empire, 1870-1918* (New York: The Modern Library, 2000), p. 15-24.

5. Sturmer, *The German Empire*, 3-5; and Gordon Craig, *Germany, 1866-1945* (New York: Oxford University Press, 1978), p. 33-34.

6. Sturmer, *The German Empire*, p. xxi, 84-85, e 88-90; e Clark, *Iron Kingdom*, p. 553-55.

7. Ashley J. Tellis, *Balancing Without Containment: An American Strategy for Managing China* (Washington, DC: Carnegie

Endowment for International Peace, 2014), p. 3 e 13.

8. John Thornhill, "China's Neighbors Get Nervous" International Forum online, 2 Dec. 2002, acesso em: 12 mai. 2016, <http://www.internationalforum.com/Articles/chinas%20neighbors%20get%20nervous%20by%20Thornhill.htm>.

9. Ted Galen Carpenter, "Is India the Latest Component of a U.S.-Led Encirclement Strategy against China?" Cato Institute website, 12 Feb. 2014, acesso em: 10 mai. 2016, <http://www.cato.org/publications/commentary/india-latest-component-us-led-encirclement-strategy-against-china/>.

10. Denis Pinchuk, "Rosneft to Double Oil Flows to China in \$270 Billion Deal," Reuters online, 21 Jun. 2013, acesso em: 12 mai. 2016, <http://www.reuters.com/article/us-rosneft-china-idUSBRE95K08820130621>; e Edward C. Chow e Michael Lelyveld, "Russia-China Gas Deal and Redeal," Center for Strategic & International Studies, 11 May 2015, acesso em: 13 mai. 2016, <http://csis.org/publication/russia-china-gas-deal-and-redeal>.

11. Peter Harris, "The Geopolitics of Sino-Russian Rapprochement," The Diplomat online, 11 Jul. 2014, acesso em: 12 May 2016, <http://thediplomat.com/2014/07/the-geopolitics-of-sino-russian-rapprochement/>; e Daniel Wagner, "Why the China/Russia Rapprochement Won't Last," Huffington Post website, modificado mais recentemente em: 10 jan. 2015, acesso em: 12 mai. 2016, [http://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/china-russia-rapprochement\\_b\\_6133480.html](http://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/china-russia-rapprochement_b_6133480.html).

12. John Pomfret, "U.S. Takes a Tougher Tone With China," Washington Post website, 30 Jul. 2010, acesso em: 10 mai. 2016, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/07/29/AR2010072906416.html>.

13. Tellis, *Balancing Without Containment*, p. 5. Parece que Tellis tenha introduzido a ideia de que a política externa

chinesa para os seus vizinhos é um tipo de Doutrina de Monroe.

14. Biwu Zhang, "Chinese Perceptions of US Return to Southeast Asia and the Prospect of China's Peaceful Rise," *Journal of Contemporary China* 24(91) (2015): p. 185-87 e 189. doi:10.1080/10670564.2014.918419. O autor deste estudo observa que ele analisou 83 artigos e estudos de uma variedade de jornais acadêmicos chineses. Da mostra, 75 artigos adotaram uma posição negativa sobre as ações dos EUA que envolviam a China. Trinta e cinco desses adotaram uma posição de que os esforços dos EUA enfraqueceram a influência da China no Sudoeste Asiático ou pioraram a sua situação de segurança, sugerindo uma percepção prevalente de que a política dos EUA é orientada para minar a China.

15. *Ibid.*, p. 188.

16. Tellis, *Balancing Without Containment*, p. x.

17. *Ibid.*, p. ix-x, 5-6, 38, 50 e 84.

18. *Ibid.*, p. 2, 24, 29-30 e 35-36.

19. *Ibid.*, p. 32.

20. *Ibid.*, p. 33.

21. *Ibid.*, p. 84.

22. *Ibid.*, p. 36.

23. *Ibid.*, p. 37.

24. Zhang, "Chinese Perceptions of US Return to Southeast Asia," p. 189-90. Zhang descobriu que 29 dos 83 artigos examinados apresentaram recomendações que a China se engaje com os Estados Unidos. Muitos deles sugerem uma abordagem semelhante à de Tellis.

25. Tellis, *Balancing Without Containment*, p. 87.

26. *Ibid.*, p. 37-39.

27. *Ibid.*, p. 38-39 e 42-44.

# Coronel Danilo Mota Alencar



**O** CORONEL DE INFANTARIA Danilo Mota Alencar assumiu a função de Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA e Redator-Assessor da Edição Brasileira da *Military Review*, no Forte Leavenworth, Kansas, no dia 20 de junho de 2016. Nascido na cidade de Fortaleza, incorporou-se às fileiras do Exército em 1983 na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Campinas/ SP, sendo declarado Aspirante a Oficial em dezembro de 1989.

Possui os cursos de Piloto de Helicóptero, Avançado de Aviação, Operações na Selva e

Avançado de Inteligência, tendo desempenhado a função de Subcomandante e instrutor no Centro de Instrução da Aviação do Exército. Coursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1996 e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) no biênio 2007-2008.

Em 2001, realizou o curso Aviation Captain Career Course, em Fort Hucker, AL. Comandou o Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, localizado em Rio Branco/AC, no biênio 2011/2012. No período de 2013 a 2015, serviu como assessor no Gabinete do Comandante do Exército, quando foi nomeado para a função atual.